

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

Jose Luis Abalos Junior



UM PORTO EM CONTRADIÇÃO

**Memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de
requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS**

Porto Alegre

2017

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Dissertação de Mestrado

Jose Luis Abalos Junior

UM PORTO EM CONTRADIÇÃO

**Memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de
requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS**

Dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Abalos Junior, Jose Luis

Um porto em contradição : memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS / Jose Luis Abalos Junior. -- 2017.
148 f.

Orientadora: Cornelia Eckert.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Transformações urbanas. 2. Memória política. 3. Ativismo urbano. 4. Cidade. 5. Imagem. I. Eckert, Cornelia, orient. II. Título.

Jose Luis Abalos Junior

UM PORTO EM CONTRADIÇÃO

Memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS

Dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Cornelia Eckert (Orientadora)

Prof. Dr. Jean Segata (UFRGS)

Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty (UFRGS)

Dra. Ana Paula Marcante Soares

Porto Alegre

2017

A Pedrinho e Dona Ruth,
por tornarem evidente a beleza do que é se transformar.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado durante o período integral de realização do curso.

Em especial, meu agradecimento aos professores e funcionários do PPGAS/UFRGS, pela possibilidade de estudar nesse centro que é referência em nossa disciplina no país.

Agradeço a Cornelia Eckert, minha paciente e dedicada orientadora nessa dissertação, também personagem essencial no processo formativo, desde a graduação em Ciências Sociais.

Obrigado à equipe do BIEV e do NAVISUAL que me acolheu desde Março de 2014 se fazendo além de uma comunidade de saber, um lugar de amigos.

Ao “Coletivo Cais Mauá de Todos” e a rede “Minha Porto Alegre” por fazerem parte da minha caminhada nestes dois anos. Em especial a Vanessa e Jacqueline interlocutoras que sempre me auxiliaram em tudo que precisei na realização do trabalho de campo.

A minha paciente revisora Susana Soares que me deu o auxílio necessário no processo de escrita desta dissertação.

Por fim a Dona Ruth e a Dona Carmen, vó e mãe incomparáveis que sempre expressaram seu amor e apoio incondicional e me deixam sem palavras para demonstrar minha gratidão.

Resumo

Recentemente o Cais Mauá, antigo porto da cidade Porto Alegre/RS, teve um projeto de revitalização aprovado nas múltiplas instâncias administrativas da burocracia do estado e encaminha-se para ser implementado em 2017. Busco demonstrar no decorrer deste trabalho que a ideia de um “reestabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto”, apontada pelo empreendimento responsável pela revitalização, não é consensual. Ela aglutina inúmeras contradições políticas que procurei acompanhar etnograficamente através do contato consentido com coletivos de ativismo urbano. Realizando uma antropologia dos processos de contradição que se relacionam aspectos sócio-históricos, paisagísticos e econômicos proponho demonstrar o quanto transformações urbanas na cidade, especificamente as ligadas à área portuária porto alegreense, estão vinculadas a uma memória política. Através das narrativas de meus interlocutores e de pesquisas em acervo pude perceber que os projetos de (re)qualificação para o Cais Mauá são tão históricos quanto as suas resistências. Com decadência das atividades portuárias na década de oitenta, ativistas, gestores de políticas e planejadores urbanos sonharam desenvolvimentos diferenciados para a região. Neste sentido a resistência à revitalização do Cais Mauá emerge não só como o estabelecimento de planos, projetos e propostas alternativas, mas como um confronto de modelos de cidade no século XXI.

Palavras Chaves: Cais Mauá, Ativismo, Transformação Urbana, Sociedades Complexas, Memória Política.

Abstract

Recently, the Cais Mauá, ancient port in the city of Porto Alegre, had a revitalization project approved in the multiple administrative instances of the state bureaucracy and it is scheduled to be implemented in 2017. I intend to demonstrate in the course of this work that the idea of a "Reestablishment of a relation of the inhabitants of the city with the port", pointed out by the enterprise responsible for the revitalization, is not consensual. It brings together innumerable political contradictions that I sought to accompany ethnographically through consensual contact with urban activism collectives. Performing an anthropology of the processes of contradiction that are related to sociohistorical, landscape and economic aspects, I propose to demonstrate how urban transformations in the city, specifically those related to the port area, are linked to a political memory. Through the narratives of my interlocutors and research in the collection, I realized that the (re) qualification projects for the Cais Mauá are as historic as their resistance. With the decline of port activities in the 1980s, activists, policy makers and urban planners have dreamed differentiated developments for the region. In this sense, the resistance to the revitalization of the Cais Mauá emerges not only as the establishment of alternative plans, projects and proposals, but as a confrontation of the city models in the 21st century.

Keywords: Cais Mauá, Activism, Urban Transformation, Complex Societies, Political Memory.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	17
A IMAGEM CRIADORA DA CIDADE E A IMAGEM COMO CONSTRUÇÃO DO MUNDO: CAMINHOS PARA A ETNOGRAFIA DA DURAÇÃO.	17
1.1 Revitalização, requalificação e espaço público: traçando conceitos.	21
1.2 A antropologia visual e entendimento do lugar da imagem na pesquisa sobre o processo de revitalização do Cais Mauá.	24
1.3 A Etnografia da Duração e as sobreposições temporais na pesquisa sobre memória coletiva.	26
CAPÍTULO 2	32
O PORTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: PERCURSOS METODOLÓGICOS NO TRABALHO ETNOGRÁFICO JUNTO A MOVIMENTOS DE ATIVISMO URBANO.	32
2.1 A realização de entrevistas: entre ativistas, gestores públicos e urbanistas.	33
2.2 A antropologia visual, coleções etnográficas e o método de convergência	35
2.3 Entre pesquisa e a produção de imagens fotográficas: categorização, acervo e disponibilização do conjunto de imagens sobre o Cais Mauá.	37
CAPÍTULO 3	42
ENTRE AMARGURAS PROVINCIANAS E DEVANEIOS PROGRESSISTAS: MEMÓRIAS VISUAIS DO PORTO DOS CASAIS AO CAIS MAUÁ.	42
3.1 Entre cidade que se deseja e a cidade que se tem: a preponderância figurativa do campo e o sonho de metrópole.	47
3.2 A ascensão da cidade moderna: a referência simbólica da indústria e da metrópole.	52
3.3 Projetar preservando, preservar projetando: o acesso ao patrimônio cultural e ambiental nos planos de desenvolvimento urbano em Porto Alegre.	66
3.4 A decadência das atividades portuárias e os novos sonhos de “revitalização” para o Cais Mauá.	75

CAPÍTULO 4	83
“O MEU CAIS É DE TODOS”: INSERÇÃO ETNOGRÁFICA, CONTESTAÇÃO E ENGAJAMENTO EM COLETIVOS DE ATIVISMO NA CIDADE. NARRATIVAS VISUAIS DA AÇÃO POLÍTICA.	83
4.1 Os atores: preservacionistas, ambientalistas e comunicadores.	84
4.2 Os movimentos: acompanhamento etnográfico e produção de mobilizações.	88
CAPÍTULO 5	110
O CAIS MAUÁ DO BRASIL: ETNOGRAFIA DE PROCESSOS POLÍTICOS EM CONTRADIÇÃO.	110
5.1 A área dos Armazéns: a revitalização e os seus usos.	117
5.2 Entre espigões, shoppings e plataformas: o setor Docas e Gasômetro.	122
5.3 A Costura Urbana e a luta por conexão e permeabilidade	126
5.4 Aprofundando contrassensos: o acompanhamento do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU)	132
5.5 Porto Alegre, cidade resistente? O futuro do cais é o agora	138
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS	145

Lista de Ilustrações

- Imagem capa:** Imagem do livro "O Guaíba por Achutti". Fonte: Fotógrafo Luis Eduardo Achutti. 2014
- Imagens de 1 a 3** - Construção de um banco de conhecimento por constelações de núcleos de sentido. Exemplo da coleção enográfica sobre Sociabilidades Portuárias. Fonte: Acervo pessoal___40
- Imagem 4** - Carreiros gaúchos chimarreando, 1911. Pedro Weingärtner. Fonte: Pinacoteca Aldo Locatelli. _____45
- Imagem 5** - Vista de Porto Alegre. Aquarela, 1852. Hermann Rudolf Wendroth. Fonte: Pinacoteca Aldo Locatelli. _____45
- Imagem 6** - Doca das Flores, 1880. Athayde d'Avila. Fonte: Acervo do Museu Júlio de Castilhos. ___ 45
- Imagem 7** - Alguns populares fazem pose para o fotógrafo nesta imagem de um dos quatro portões situados nas laterais dos muros com gradis de ferro que cercavam a praça. A fotografia mostra ainda a localização do monumento ao Conde de Porto Alegre, logo após o portão. Fonte: <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/> . _____46
- Imagem 8** - Partida de pólo aquático disputado no Guaíba, em frente ao Mercado Público, em 1927. À direita, as cúpulas dos prédios do Memorial do RS e MARGS. Fonte: Museu do Grêmio Náutico União (GNU) _____47
- Imagem 9** - Doca Mercado Quiosque Pé Rapado 1897. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____47
- Imagem 10** - Porto Alegre Doca e barcos atual Praça Parobé S/D. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____47
- Imagem 11** - Imagem panorâmica do porto ainda sem os armazéns em 1908. No centro a chaminé da Fiat Lux, primeira oficina geradora de energia elétrica em Porto Alegre. À direita a igreja Nossa Senhora das Dores. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____49
- Imagem 12** - Praça da Alfandega na década de 1930. Ao fundo, o atual porto no trecho construído entre 1910 e 1921. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____49
- Imagem 13 a 16** – As docas que marcaram o início das atividades comerciais em Porto Alegre. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____52
- Imagem 17** - - Planta – Plano Geral de Melhoramentos ou Plano Moreira Maciel 1914 Fonte: Site da prefeitura de Porto Alegre. _____54
- Imagens 18 a 20** – Planos urbanos e aterramentos na região do porto. Fonte: Arquivo da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). _____58
- Imagens 21 a 25** – Projetos para o porto antes da chegada dos armazéns e inauguração. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____59
- Imagem 26** – A construção da Ponte do Guaíba que ligou Porto Alegre a região metropolitana em 1959 em dia de festa de navegantes. A inauguração desta conexão se liga ao processo de desindustrialização e metropolização de Porto Alegre. Fonte: José Abraham/Acervo de Alfonso Abraham. _____61
- Imagem 27**– A festa de Navegantes, característica dos meses de fevereiro em Porto Alegre, fazia do espaço do porto uma das suas referências de realização na cidade. Fonte: Revista do Globo 1929 Ano I. _____62
- Imagem 28 a 31** - Cotidiano de trabalho no Cais Mauá que viveu seu tempo áureo no período de industrialização da cidade. Fonte: Fototeca Sioma Breitman. _____63

- Imagem 32** - A enchente de 1936 foi uma das maiores da primeira metade do século XX. A reprodução acima é do Jornal da Manhã, órgão com orientação católica, mas com uma interessante e, para a época, dinâmica diagramação. Fonte: Jornal A Manhã de 08 de Outubro de 1936._____64
- Imagem 33** - Enchente de 1928. Fonte: Arquivo da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). 65
- Imagem 34** - Enchente de 2015. Fonte: Jornal Sul 21._____65
- Imagem 35** – Enchente de 1941. Fonte: Acervo Jornal Correio do Povo._____66
- Imagem 36 a 38** - Pracinhas que integrariam a força da ONU na Guerra da Paz em Gaza embarcam no cais do porto da capital gaúcha em abril de 1959. Fonte: Acervo Jornal Correio do Povo._____68
- Imagem 39** - Avenida Mauá na década de setenta antes da construção do muro. Fonte: Blog <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/>._____70
- Imagem 40** – Barcos ancorados no Cais Mauá na década de quarenta demonstram o quanto a economia da cidade passava por este espaço. Fonte: Arquivo SPH._____70
- Imagens 41 a 44** - O fotógrafo José Abraham registrou momentos do cotidiano dos trabalhadores no cais. Esta coleção de imagens diz respeito a momentos de sociabilidade nos horários de refeições. Fonte: Acervo Alfonso Abraham._____71
- Imagens 45 e 46** – Imagem do prédio do SPH e do pórtico central do Cais Mauá. O último foi patrimonializado na década de 1980. Fonte: Site Cais Mauá do Brasil._____74
- Imagem 47** – O pórtico do central já em período de decadência na década de 1990. Fonte: Redes Sociais do Coletivo Cais Mauá de Todos._____74
- Imagem 48** – Reportagem do Jornal Zero Hora do dia 20 de Junho de 1987 que já abordava não só cais, mas a orla como um todo contextualizada como alvo de políticas urbanas. Acervo Jornal Zero Hora. Divulgação do Coletivo EM Defesa da Orla._____78
- Imagem 49** - Divulgação do projeto “Porto dos Casais”. Acervo da Prefeitura de Porto Alegre.____79
- Imagem 50** – Reportagem do Jornal Folha de São Paulo em 15 de Junho de 2000._____81
- Imagem 51** – Cais Mauá sendo utilizado no evento “Feira do Livro” em 2010. Fonte Feira do Livro e Guindastes ©2010 Roni Stundner._____82
- Imagem 52** – Foto de divulgação do Cais em 2010. Fonte: Agência Preview/ Jeferson Bernardes.____82
- Imagem 53** - Complexo Cais Mauá tem mais de 3,2 quilômetros de extensão em 2015. Foto: Carolina Heinen – Convênio CMB/Uniritter._____82
- Imagem 54** - Uma greve geral em 1917 na Rua Voluntários da Pátria próximo a Praça da Alfândega. Fonte: Blog História de Porto Alegre._____89
- Imagem 55** - Um evento em repúdio à ditadura militar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1975. Fonte: Blog História de Porto Alegre._____89
- Imagem 56** – Estudantes protestam contra o projeto Pontal do Estaleiro na Feira do Livro em 2008. Fonte: Blog Chega de Demolir Porto Alegre._____89
- Imagem 57** - Ambientalista Carlos Alberto Dayrell, ativista da AGAPAN, evita o corte de uma árvore ao subir nela em 1975. Fonte: Divulgação do Coletivo EM Defesa da Orla._____89
- Imagem 58 a 62** – Evento organizado pelo Coletivo Cais Mauá de Todos na Praça Brigadeiro Sampaio: Narrativa Visual de Ação Política. Fonte: Acervo Pessoal._____89
- Imagem 63** – O símbolo do coletivo Cais Mauá de Todos representa o mapa do centro histórico regado pelas águas do Guaíba. Fonte: Redes Sociais do Coletivo Cais Mauá de Todos._____92

Imagem 64 – O símbolo do movimento Ocupa Cais Mauá traz os armazéns e a figura da mão como representante das ocupações dos espaços públicos. Fonte: Redes Sociais do Coletivo Ocupa Cais Mauá.	92
Imagem 65 e 66 - A Frente parlamentar em prol do Cais Mauá organizada junto aos movimentos. Fonte: Acervo pessoal.	96
Imagem 67 e 68 – Ativismo em prol da orla no fim da década de oitenta. Fonte: Divulgação do Coletivo EM Defesa da Orla.	99
Imagem 69 e 70 – Os movimentos utilizando espaços públicos da cidade para manifestações entre 2015 e 2016. Fonte: BlogAtivismoPOA.	100
Imagem 71 a 75 – O abraço no Cais Mauá: Narrativas Visuais de Ação Política. Fonte: Acervo Pessoal.	101
Imagem 76 a 79 – Evento ocorrido na Assembleia legislativa de Porto Alegre que teve como objetivo conseguir assinaturas para que o Armazém A7 fosse tombado através de projeto de lei pela prefeitura. Fonte: Blog POAemMovimento.	103
Imagem 80 a 82 – Articulação de manifesto dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em prol do Cais Mauá: Narrativas Visuais de Ação Política. Fonte: Acervo Pessoal.	105
Imagem 83 – Ação em prol do Cais Mauá vinculada na plataforma da Rede Minha Porto Alegre. Fonte: Site Minha Porto Alegre.	109
Imagem 84 a 87 – Ato simbólico de construção de mini armazéns organizado pela Rede Minha Porto Alegre e mobilização na Assembleia Legislativa em Abril de 2016: Narrativas Visuais de Ação Política. Fonte: Acervo Pessoal.	109
Imagem 88 - Outdoors da campanha do Cais Mauá já estavam nas ruas de Porto Alegre em 2011. Fonte: Gilberto Simon/Divulgação.	113
Imagem 89- Mapa do Projeto de Revitalização do Cais Mauá. Fonte: Site Cais Mauá.	116
Imagem 90 – Projeto para área dos Armazéns no Cais Mauá. O espaço contará com restaurantes e áreas públicas. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.	121
Imagem 91 – O projeto para áreas dos Armazéns dos 11 guindastes existentes manterá 4 revitalizados. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.	121
Imagem 92 – Momento da assinatura do contrato de concessão da área do Cais Mauá pela então governadora Yeda Crusius em 2010. Fonte: Jornal Já.	121
Imagem 93 – Manifestação em prol do Armazém A7 organizada por artistas de rua na Rua Sepúlveda em frente ao pórtico de entrada do Cais Mauá. Fonte: Jornal Já.	121
Imagem 94 a 96 – O shopping, na área do Gasômetro, e as três torres, na área das docas: previsão de construções do consórcio vencedor da licitação. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.	125
Imagem 97 e 98 – Tirinhas com sátiras sobre o empreendimento. Fonte: Redes sociais do Coletivo Cais Mauá de Todos.	125
Imagem 99 – Uma cortina d’água estava prevista no muro da Mauá como item da revitalização. A imagem demonstra uma sátira construída pelos movimentos. Fonte: ASchonhofenG.	127
Imagem 100 – Divulgação do material do movimento “Pôr do Sol Livre” foi realizada na Assembleia Pública chamada pelo consórcio. O material traz uma referência ao muro de Berlin como algo a ser vencido. Fonte: Redes Sociais do Coletivo Pôr do Sol Livre.	129
Imagem 101 – O tema do muro veio à tona novamente após enchente em outubro de 2015. Fonte: Jornal Metrô.	130

Imagem 102 – Imagem tirada das redes sociais do movimento #OcupaCaisMauá. _____ 130

Imagem 103 -Imagem tirada das redes sociais do movimento Pôr do Sol Livre. _____ 130

Imagem 104 – Segundo o estudo de Maria Helena Cavalheiro (2008) um dos principais pontos a se pensar no estabelecimento de propostas alternativas é o de “permeabilidade” das obras do cais com a cidade. Fonte: Cais Mauá: uma costura urbana (2008) _____ 131

Imagem 105 – Divulgação do Vereador Valter Nagelstein convocado partidários do projeto para reunião pública. Fonte: Divulgação nas redes sociais do vereador. _____ 134

Imagem 106 – Ativistas de diversos coletivos pousaram para a foto após a reunião aberta do CMDUA de 18 de Outubro de 2016. Fonte: PoaEmMovimento. _____ 137

Introdução

Em meados de 2015, quando estava cursando as disciplinas iniciais do mestrado acadêmico em Antropologia Social e participando das reuniões semanais do Núcleo de Antropologia Visual, ainda não tinha claro o objeto de pesquisa. Após realizar algumas leituras com professores e colegas, optei por trabalhar com um tema de Antropologia Urbana, associado ao estudo da memória e da imagem. Esse modelo de proposta de pesquisa é inspirado pelo trabalho das professoras doutoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha.

As reuniões do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGAS/UFRGS), ocorriam todas as terças feiras, e nelas eram discutidos os elementos e ferramentas utilizados na produção etnográfica relacionada à imagem e ao contexto urbano. Participei, mais ativamente, dos momentos de discussão do NAVISUAL sobre elementos relativos à produção de roteiros anteriores e posteriores às saídas de campo, debates sobre os resultados de produções fotográficas de pesquisas e a organização de coleções etnográficas. Nesta comunidade, também tive a oportunidade de participar e construir oficinas sobre “Narrativas Visuais” e “Antropologia e Planejamento Urbano e Regional”. Também realizei estágio docente de mestrado nas disciplinas de “Antropologia Introdução”, em 2015/2, e “Antropologia Visual e da Imagem”, em 2016/1, juntamente aos colegas de núcleo.

O projeto, apresentado no processo seletivo do Mestrado Acadêmico, versou sobre as manifestações culturais do Hip Hop na cidade de Porto Alegre, e que havia sido o tema do trabalho de conclusão da graduação. Influenciado pelo grupo de pesquisa e pelos temas ligados a transformação urbana optei por mudar e realizar uma pesquisa sobre a revitalização do porto de Porto Alegre. Esse tema, próximo a pesquisas que viera desenvolvendo, estava como “uma bola picando”, esperando que a algum pesquisador o escolhesse.

Dado a ideia do “reestabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto” apontada pelo empreendimento responsável pela revitalização do Cais Mauá, quais são as contradições políticas presentes neste processo de transformação urbana? Este questionamento foi o ponto de partida que acompanhou-me durante o processo etnográfico como problema essencial de

pesquisa. A resposta a tal questão levou em conta a importância histórica do espaço e os projetos que já haviam sido propostos pelos planejadores urbanos da capital gaúcha.

Uma vez escolhido o tema, os “coletivos de ativismo urbano” surgiram como uma alternativa de objeto de pesquisa tanto pela viabilidade de realizar o trabalho empírico em eventos públicos (e tentar acesso a suas produções), quanto pela questão metodológica de inserção em campo no qual “começar pelos movimentos” seria uma ferramenta de acessar as contradições políticas presentes dos processos de mudanças paisagísticas na cidade.

No decorrer da pesquisa deu-se particular atenção ao papel dos coletivos de ativismo urbano nas modificações da cidade. O debate entre os movimentos e os poderes públicos, assim como os impasses nas negociações relativas à produção de uma licitação de concessão da área portuária também foi outro tema debatido. Nestes impasses entravam as empresas, os movimentos e o governo. Por parte dos ativistas estava presente a necessidade de preservar a memória histórica de Porto Alegre. O alinhamento políticos entre empreendedores e agentes do governo fomentou a avanço do licenciamento nas estruturas burocráticas do estado.

O objetivo deste trabalho foi entender a questão da “qualificação urbana da área portuária” através de um acompanhamento etnográfico consentido junto aos grupos de sujeitos que se engajam em prol de uma “revitalização mais humana” para o Cais Mauá. Por meio de uma escuta atenta aos contrassensos, outra finalidade foi dar espaço nestas páginas às incompatibilidades ente os modelos de cidade almejados pelos movimentos e pelos planejadores urbanos de um “novo porto”.

Estabelecer uma relação entre antropologia e planejamento urbano foi outro objetivo deste trabalho. Em que estas duas áreas de conhecimento se aproximam? A memória dos planos diretores da capital gaúcha, constantemente comentada pelos ativistas em campo, fomentou tanto minha participação nos eventos, quanto a consulta nos acervos.

Para atingir este objetivo utilizo-me de instrumentos metodológicos como o trabalho de campo junto a coletivos de ativismo urbano, a produção e pesquisa com imagens e a realização de entrevistas com os principais atores deste processo.

Outro objetivo é mapear historicamente os planos e projetos para a área portuária da cidade associando-os com os modelos de cidade desejados pelos planejadores urbanos. Por fim conseguir acessar eventos e sua “subestrutura de produção” também é parte importante da pesquisa tendo em vista que os meandros da articulação política dos movimentos se manifestam na elaboração de propostas de eventos públicos.

No primeiro capítulo denominado “A imagem criadora da cidade e a imagem como construção do mundo: caminhos para a etnografia da duração” abordo as questões teóricas e epistemológicas que nortearam este estudo enfatizando a opção pela etnografia em um espaço urbano relacionada ao tema da imagem e da memória.

No segundo capítulo denominado “O porto e suas transformações: percursos metodológicos no trabalho etnográfico junto a movimentos de ativismo urbano” apresento procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa. No trabalho etnográfico realizou-se o acompanhamento das ações dos coletivos de ativismo urbano.

No terceiro capítulo que chamo de “Entre amarguras provincianas e devaneios progressistas: memórias visuais do Porto dos Casais ao Cais Mauá” abordo o porto enquanto um espaço vinculado a um gesto geracional da antiga Porto dos Casais até a atual Porto Alegre. Ele se relaciona historicamente a diferentes cenários políticos e perspectivas “progresso” urbano nascentes desde o final do século XIX e início do XX em um cenário tensionado e fragmentado que é cidade moderna.

No quarto capítulo que chamo de “O meu cais é de todos: inserção etnográfica, contestação e engajamento em coletivos de ativismo na cidade. Narrativas visuais da ação política” apresento como se deu minha inserção junto aos coletivos, algumas trajetórias social de ativistas e o processo de construção dos grupos.

Por fim, no quinto e último capítulo intitulado “O Cais Mauá do Brasil: etnografia de processos políticos em contradição”, apresento o projeto atual de revitalização do Cais Mauá e mergulho nas narrativas vinculadas as contradições políticas abordadas pelos grupos de ativistas urbanos.

Capítulo 1

A imagem criadora da cidade e a imagem como construção do mundo: caminhos para a etnografia da duração.

Neste primeiro capítulo proponho um percurso teórico nos quais os conceitos de cidade, imagem e memória são os que marcam mais significativamente o desenvolvimento dessa dissertação. Primeiramente, ao falar de cidade, trago brevemente o histórico da antropologia urbana no Brasil e pondero a categoria de “sociedades complexas” presentes na constituição de uma cidade moderno contemporânea como Porto Alegre. Depois, ao abordar o estudos sobre a participação das imagens na pesquisa, trago como referências a ideia do método da convergência – postulado por H. Bergson e reformulado por G. Durand – como base para o processo de classificação estrutural dos símbolos advindo de imagens históricas e atuais do Cais Mauá. Por fim reflito sobre a “etnografia da duração” e sua vinculação com trabalho etnográfico que realizo.

Este trabalho dialoga com a ideia de antropologia da e na cidade estudando fenômenos que são específicos de grandes cidades como a capital gaúcha. Os processos de desindustrialização e mudanças nas dinâmicas do centro histórico de Porto Alegre foram, gradativamente, desabitando o porto da cidade a ponto que, a partir da década de noventa, o espaço começou a ser considerado “sem vida” a espera de uma “revitalização” que o fizesse ser melhor aproveitado enquanto espaço público. Ao analisar o processo de transformação da região trago como referência teórica o histórico da antropologia urbana no país e o conceito de “sociedades complexas” em Gilberto Velho (1982) associando com a minha problemática de pesquisa.

O que vem a ser uma cidade? É através destes questionamentos que a noção de cultura, antes determinada pelos estudos da economia, aparece como elemento curioso para os antropólogos desta geração. A antropologia urbana tem seu nascimento a partir dos estudos de comunidade da tradição da escola de Chicago que se desenvolve no Brasil a partir de uma pluralidade de pesquisadores como o próprio Gilberto Velho (1992), Ruth Cardoso (2000), Eunice Durham (2003), Antônio Arantes (1981), Ruben Oliven (1992), Teresa Caldeira (2003), entre outros. O início

do estudo sobre cidade por parte da antropologia brasileira data do final da década de sessenta em um contexto político de ditadura militar. Como a ideia dos estudos de classe era preponderante nas áreas de humanas em geral a antropologia urbana através de uma multiplicidade de pesquisadores começa a “refletir níveis mais micro sociais como família e parentesco nos quais não há espaço para categorias muito grandes como classe social” (Durhan, 2009).

O interesse pelos contrastes, dramas e jogos sociais ocorridos no meio da constituição das grandes metrópoles e fato de pessoas compartilharem códigos e ao mesmo tempo terem códigos específicos foram, gradativamente, se tornando os problemas preponderantes na área. Segundo Ruben Oliven uma das principais questões pertinentes no momento eram o quanto as pessoas eram iguais ou diferentes na cidade o que resultou em paradoxo de duas vertentes teóricas

“Por um lado à teoria da Modernização abordava que quanto mais as cidades se ocidentalizassem mais em comum as pessoas teriam hábitos de consumo, roupas, etc.. era uma questão de tempo as pessoas adotarem os costumes da globalização. Por outro lado havia uma literatura da diferença que refletia que havia uma diversidade muito grande de sujeitos e a cidade tende a promover uma diferenciação” (Narradores Urbanos, Ruben Oliven, 2010).

Para Oliven há homogeneizações em algumas áreas, mas não em outras, assim a diferenciação ou a padronização cultural depende de qual o contexto da área urbana e o que isso significa para os grupos urbanos. Assim a modernização não é um processo unitário, mas com diferentes facetas no qual “no fundo viver na cidade significava ter um código cultural comum, mas uma série de especificidades muito marcada de cada grupo”. Já para Eunice Durham podemos entender a base dos estudos do início da antropologia urbana através dos conceitos de assimilação e aculturação sendo uma forma que antropologia da época tentava apanhar o tema das transformações urbanas.

Gilberto Velho (1992) reflete que o lugar que a antropologia urbana mais se desenvolveu foi e é no Brasil, pois é aqui que “houve uma síntese que não é homogênea, com múltiplas leituras e um conjunto de tradições que de algum modo se encontram” (Velho 1992). Para o autor o “drama social” é um dos fatores mais significativos nesse tipo de pesquisa no meio urbano. Ter como interlocutores na cidade indivíduos com experiências urbanas significa refletir sobre sensibilidades e

ao mesmo tempo sobre projetos e estratégias. Tentar entender estas estratégias é que é um grande desafio para pesquisas que tentem entender as interações no meio urbano.

Eu sempre entendi Antropologia Urbana como o trabalho que os antropólogos tão fazendo na cidade. Parte desse trabalho é um trabalho que tem um objetivo explícito de ser uma Antropologia da cidade, no sentido de estar estudando fenômenos que são típicos, às vezes até exclusivos, da cidade. Mas, sobretudo, estamos estudando processos sociais, dramas sociais que se passam num determinado espaço social (Narradores Urbanos, 2006).

Este trabalho se insere junto aos estudos de antropologia urbana no que Gilberto Velho aborda como sociedades complexas (Velho, 1992)¹. A metropolização de grandes centros urbanos como Porto Alegre a vida se passa nos planos, nos vários contextos diferentes e contraditórios em que se transita permanentemente entre mundos, lugares e paisagens distintas. Não é que isso não ocorra em pequenas sociedades, mas é em cidades de escalas maiores que isso aparece com dimensões e intensidades que passam a constituir de fato uma experiência qualitativa.

Podemos caracterizar o conceito de “sociedade complexa”² por fatores como “acentuada divisão social do trabalho, o espantoso aumento da produção e do consumo, a articulação de um mercado mundial e um rápido e violento processo de crescimento urbano” (Velho, 1981, p. 17). O interesse em tratar do tema das modernas e complexas sociedades contemporâneas tem uma associação tênue com os estudos de antropologia urbana, como explica o autor

A antropologia urbana, inevitavelmente, está lidando com Antropologia das Sociedades Complexas, e a Antropologia das Sociedades Complexas Modernas Contemporâneas inevitavelmente tá lidando com a dimensão da

¹Foi em “A utopia urbana” (1973) que Gilberto Velho iniciou uma série de publicações nas quais abordava uma “antropologia das sociedades complexas” tendo como objeto empírico classes médias da Zona Sul do Rio de Janeiro.

²Marisa Peirano em “O etnocentrismo as avessas: o conceito de sociedades complexas” (1983) adverte sobre a postura etnocêntrica de muitos antropólogos no estabelecimentos de conceitos modernos e progressistas. Para a autora a civilização ocidental é o ponto de referência na construção de muitas categorias de pensamento articuladas na ação cotidiana do trabalho etnográfico. Esse processo teria um resultado potencialmente desastroso a multiplicidade de sociedades históricas do mundo ocidental em uma única categoria de “sociedades complexas”.

cidade, e quando eu digo cidade, eu estou falando especificamente de grandes cidades, de metrópoles, das metrópoles contemporâneas, que tem sido o que eu tenho estudado; que é um fenômeno histórico, você tem como datar, uma coisa que tem a ver com a Revolução Comercial, com a Revolução Industrial, com a expansão colonial, expansão marítima, revoluções tecnológicas, enfim, temos diante de nós as grandes cidades moderno-contemporâneas: as metrópoles.(Narradores Urbanos, 2006)

Como veremos a história da cidade de Porto Alegre e do Cais Mauá se entrecruzam e se confundem no processo de produção desta pesquisa. Desde seus primórdios, passando pelos primeiros planos diretores que projetavam uma forma para o meio urbano e dialogavam com os processos de (des)industrialização da cidade. Segundo Gilberto Velho nas sociedades complexas nos defrontamos também com múltiplos níveis de determinação e com a emergência de atores coletivos. Na pesquisa sobre o processo de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre aconteceu um processo análogo de construção de atores políticos, num cenário que envolveu atores locais, internacionais, multilaterais. O processo de complexificação que marca as sociedades complexas - principalmente no que se refere a divisão social do trabalho e acumulação de capital - também faz parte da história de Porto Alegre e do Cais Mauá como alvos de planos diretores que influenciaram na estética urbana da capital gaúcha.

A contribuição dos estudos clássicos da antropologia urbana no Brasil nesta pesquisa diz respeito ao a noção de cidades moderna contemporânea que pensa o meio urbano como lócus de interesse antropológico. Ao nos perguntar-nos o que é e como funciona uma cidade também estamos nos interrogando sobre suas transformações que trazem ao antropólogo ricos problemas de pesquisa. Entendendo Porto Alegre como uma cidade que se modernizou aqui a curiosidade se recai sobre como o espaço do Cais Mauá esteve presente nesses processos de mudança urbana. Gestores de políticas urbanas e os habitantes organizados em coletivos foram os personagens dessas tensões que tem caráter histórico e se fazem presentes através das implementações de grandes projetos de transformação urbana no qual o Cais Mauá é um exemplo.

1.1 Revitalização, requalificação e espaço público: traçando conceitos.

A revitalização enquanto forma de intervenção urbana vem sendo implantada em boa parte das cidades brasileiras. Por “revitalização urbana” compreendo o fazer florescer de algum espaço urbano que seja considerado sem vitalidade. Neste sentido reafirmar a importância da revitalização significa indicar sua decadência inequívoca de alguma especialidade. Essas ações podem ser entendidas como intervenções que passam a ser idealizadas e por gestores e planejadores através de políticas urbanas. É, portanto, sobre esses processos contemporâneos de “revitalização” urbana que recai a análise deste trabalho, tendo como referente empírico o caso do Cais Mauá.

Diferentemente da noção de revitalização a de “requalificação” implica “incorporar um dinamismo econômico e social em uma espacialidade em decadências, mas ainda existente” (Frúgoli,1999). Contudo, a dinâmica da negociação em torno da questão da requalificação de áreas históricas passa por outras designações como renovação, revalorização, regeneração, reabilitação e reestruturação. Conforme Frúgoli estes conceitos “são denominações atribuídas aos atuais processos sociopolíticos de intervenção na cidade, porém pouco explicam como tais processos estão sendo vivenciados pelos seus moradores e como eles participam, criam ou resistem a eles” (Frúgoli,1999).

Os centros tradicionais do meio urbano são os principais atingidos por essas políticas em uma tentativa de “recuperar” a importância dessas regiões históricas. Projetos de revitalização voltados para áreas portuárias não são novidades. Em grandes metrópoles os antigos espaços dos portos estão abandonados em virtude da descentralização do crescimento urbano e da desindustrialização capitalista (processo que alguns autores classificam como “flexibilização do capital”). Neste sentido as áreas dos portos e suas adjacências tornam-se paradigmáticas quanto à forma da revitalização urbana que legitima a idealização de grandes empreendimentos nestas regiões.

A elaboração de propostas para a revitalização do Cais Mauá pode significar que, em algum momento, o porto perdeu seu sentido para uma parcela da população, ou ao menos passa a não ter mais o significado que tinha em outros

tempos. Se um lugar não pode ser desprovido de seu significado, esse significado pode passar pela tentativa de ser reconstituído. O empreendimento etnográfico teria então a missão de mapear as disputas e contradições nas imposições de sentido do lugar. Porém, podemos dizer que o que resulta deste processo são conflitos territoriais. A disputa de determinações de sentidos sobre espaços da cidade transcende as abstrações discursivas e é materializada em projetos de transformação dessas espacialidades.

Em “A centralidade São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole” (2000) de Heitor Frúgoli associa o processo de revitalização urbana ao conceito de “desdobramento de centralidades”. Para o autor a deterioração das áreas centrais, onde antigos portos fazem parte, representam a perda de importância dos grandes centros comerciais urbanos e a ascensão de outras novas localidades descentralizadas. Neste sentido o revestimento nestes centros, marcados pela decadência urbana, diz respeito a uma tentativa de remodelação não só econômica, mas também no imaginário dos habitantes da cidade sobre estas espacialidades.

Nas regiões centrais de uma grande metrópole realiza-se, em menor ou maior grau, a densidade de contatos face a face que marcam a vida pública moderna, constituída por múltiplas dimensões como o encontro e a sociabilidade, a mediação dos distintos conflitos, à tolerância a diversidade sociocultural, as manifestações políticas, etc, que ganham nesses espaços a dimensão mais acabada. (Frúgoli, 2000. p 156)

O processo de desindustrialização dos grandes centros urbanos resultou em grandes “espaços vazios” que estão entre os primeiros espaços urbanos constituídos na cidade. Podemos compreender essa mudança de perfil espacial como passagem destes espaços da condição de “lugares” e “não-lugares”, nos termos do antropólogo francês Marc Augé. É considerável refletir que Augé concebe o “não-lugar” menos como um ente evidente empiricamente de que como polo extremo e abstrato que se oponha ao conceito de “lugar”. Para o autor “o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (Augé, 2004. 51).

Projetos de revitalização urbana estão marcados por muitas controvérsias conceituais. No que se refere ao projeto de revitalização do Cais Mauá a

implementação da proposta de "requalificação urbana" foi baseada em alguns elementos estruturadores, entre os quais destaco: "devolver o porto à cidade", "manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural" e "geração de empregos". Contudo a proposta é questionada por muitos atores sociais organizados em coletivos que busquei dialogar. Em uma espécie de intriga de sentidos os movimentos se articulam em nome de uma "revitalização mais humana".

Segundo Rogério Leite Lopes em "A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas" (2010) os projetos de requalificação do espaço urbano envolvem vários elementos como

reconversão de funções económicas e renovação de usuários (residentes, trabalhadores, visitantes); requalificação do espaço público e dos patrimónios materiais, construídos ou naturais; valorização de lugares, atividades, usos e atores sociais e desvalorização ou marginalização de outros; rentabilização/reinvenção/ reencenação das culturas, das tradições e dos patrimónios imateriais locais; reforço dos recursos e das capacidades culturais e lúdicas (oferta de serviços nos domínios da arte, das indústrias culturais e de lazer, das culturas de vanguarda) (Leite Lopes, 2010. p 15).

Para pensar os processos de revitalização urbana Leite Lopes (2002) tem como eixo de trabalho a distinção entre espaço urbano e espaço público. Para o autor essa divisão parece oportuna por evitar sobreposições conceituais que muitas vezes tem confundido a noção de espaço público com a de espaço urbano aberto. Para o autor

Podemos, assim, entender o espaço público como uma categoria construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (do qual retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial). Embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, devemos entendê-lo como algo que ultrapassa a rua; como uma dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas. Não sendo necessariamente todo espaço urbano um espaço público, há de se verificar quando um espaço urbano pode ser caracterizado como público. A reativação pura e simples dos usos cotidianos de um determinado espaço urbano não é, assim, característica suficiente, embora necessária, para conferir a um determinado espaço urbano a característica de espaço público. (Leite Lopes, 2002, p 25)

Neste sentido podemos entender o Cais Mauá além de um espaço urbano a partir do momento em que é um local onde as diferenças se publicitam e se

confrontam politicamente. Essa característica de espaço público da região portuária de Porto Alegre é o que fomenta a produção de mobilizações de diversos movimentos que se articulam em prol de uma revitalização diferenciada. Para estes coletivos não se tratava apenas de uma proposta de restauração do patrimônio edificado, mas de uma articulada ideia de intervenção urbana na forma de um longo empreendimento.

1.2 A antropologia visual e entendimento do lugar da imagem na pesquisa sobre o processo de revitalização do Cais Mauá.

Este trabalho etnográfico utiliza a imagem como forma integrante do processo de produção da pesquisa de campo. O que me proponho é realizar um passeio por questões principais caras a esta pesquisa e relacioná-las com a temática do trabalho em Etnografia da Duração (Eckert&Rocha, 2013). A pesquisa antropológica em sociedades complexas passa por alguns parâmetros como o sentido autoral da figura do antropólogo como narrador e o método da convergência³ como ferramenta de produção, acervo e disponibilização de imagens. A imaginação criadora como integrante da construção do pensamento científico intelectual e a formação de conceitos e formas de pensar através dos processos das constelações de imagens são questões caras a esta pesquisa.

O método da convergência busca reunir um conjunto amplo de imagens em suas pluralidades de formas agrupadas em um mesmo ambiente e é parte da pesquisa com etnografia da duração (Eckert&Rocha, 2013). O objetivo aqui é pensar a participação das imagens e dos símbolos no processo que abarca o fenômeno da duração no interior de constelações de imagens. Assim o método de convergência – que tem sua origem em H. Bergson e é adaptado por Gilbert Durand - propõe a existência de “um semantismo de imagens, as quais contêm materialmente um simbolismo que lhe é inerente desde seus lugares de geração e produção”.

³Não busco aqui realizar uma descrição aprofundada de temas importantes e complexos como o estruturalismo figurativo e o método da convergência postulados por Gilbert Durand (1983). Essa proposta de relação conceitual já foi, repetidas vezes trazidas em textos das professoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, cabendo a mim sintetizar alguns pontos principais.

Para este autor (Durand, 1983) o “trajeto antropológico do imaginário”⁴ se caracteriza por uma íntima relação dialética entre pulsões subjetivas e intimidações objetivas. Gênese recíproca entre os gestos pulsionais humanos e o ambiente material e social que o cerca as imagens são vista aqui como acomodações do sujeito ao seu meio objetivo. Assim os agrupamentos de esquemas interpretativos orientam as práticas de produção, acervo e circulação de imagens. A classificação dos símbolos pelo mesmo “tema arquetipal” busca seguir a equivalência de formas morfológicas associada as convergências simbólicas. Contudo há uma necessidade de fuga das possíveis relações simplistas articuladas entre espaços geográficos e paisagens análogas. A preocupação aqui não se dá somente nas formas morfológicas de constituição de espaços físicos, mas procurar entender o semantismo dos seus símbolos através da pesquisa com imagens e construção de coleções etnográficas.

A preocupação com a formação do pensamento conceitual dentro da pesquisa antropológica com imagens as “invariantes operatórias” emergem como elementos na construção de conhecimento etnográfico. Sendo assim a busca dos pontos de invariância no interior dos fluxos de imagens está associada as motivações simbólicas que atuam no processo de fabricação de imagens no âmbito da produção de conhecimento. As invariâncias se originam não de nossos objetos pesquisa, mas das relações que construímos no tempo etnográfico em relação a ele. Isso nos leva a pensar na base do método da convergência aqui utilizado como auxílio pra abordar a base dos nossos processos de conceitualização assim como o lugar das homologias entre as imagens na montagem das coleções etnográficas dentro de uma “totalidade dinâmica organizadora”

⁴Na base desta perspectiva teórica está o “estruturalismo figurativo” proposto por Gilbert Durand que diz respeito ao estudo das estruturas antropológicas do imaginário a partir de suas convergências simbólicas. Estas estariam ligadas a núcleos semânticos organizadores de sentido e o símbolo com o caráter de anterioridade tanto cronológica como antológica de toda produção, geração, circulação de imagens, mentais e técnicas. O dinamismo organizacional das imagens segundo o semantismo que elas carregam, as motivações simbólicas que levam a um movimento criador inesgotável caracterizam a “função fantástica da imagem”. Assim há uma estrutura como chave interpretativa dos fenômenos sociais e culturais entendida como formas transformáveis segundo protocolos motivados por grupos de imagens (regimes de imagens). Logo estas estruturas figurativas são protocolos normativos de representações imaginárias onde cabe ao antropólogo operar escolhas dentro do arsenal de imagens existentes.

Assim o debate sobre a imagem se faz presente aqui não só como marco teórico, mas também como perspectiva metodológica⁵ no processo de construção de coleções etnográficas. A associação entre cidade, memória e imagem é o que caracteriza uma filiação teórica deste trabalho aos estudos de antropologia das sociedades complexas, antropologia visual e estudos de memória que baseiam a etnografia da duração. Ao trazer as imagens para diálogo com um esforço de pesquisadores de antropologia da imagem de deslocar as imagens das introduções e dos anexos de etnografias, para o centro da produção do conhecimento, através da explicitação da intertextualidade destas imagens fundantes do pensamento antropológico. Seguindo Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert faço a opção pela investigação das imagens presentes nas narrativas (orais, literárias, fotográficas, iconográficas) sobre a paisagem urbana para o estudo da revitalização urbana no Cais Mauá inserida em uma memória coletiva das tradições e dos arranjos da vida urbana.

1.3 A Etnografia da Duração e as sobreposições temporais na pesquisa sobre memória coletiva.

O mito de fundação de Porto Alegre está relacionado com a formação de uma civilização urbana às margens do rio. A mística do missionário, navegante e peregrino materializada através das sessenta famílias de açorianos instaladas no sul da península por volta de 1750 afirmam a construção do porto da cidade como um espaço significativo da construção da memória coletiva (Halbwachs, 2006) de uma ideia de cidade. Se a paisagem condiciona a percepção do lugar há uma importante força real de causalidade do passado citadino associado a questão das formas de sociabilidade e trabalho no porto.

Um caráter marcante na formação das cidades brasileiras onde Porto Alegre se inclui é a estética da desordem agregadora de uma polifonia das formas temporais. Esta característica advém principalmente de uma contraposição as

⁵Sobre a expressão do método da convergência nesta pesquisa trago no próximo capítulo o modo como desejo trabalhar com imagens históricas e produzidas por mim.

formas de consolidação dos conjuntos civilizacionais na Europa. Marcado pela deformidade, monstruosidade e desordenamento a “formação das cidades nos tristes trópicos” (Rocha, 1994) se confronta a um modelo auto centrado na constituição das cidades europeias. Ligado a um gesto geracional da história de Porto Alegre o porto da cidade diz respeito ao nascimento de uma comunidade urbana agregadora de uma ambiência de harmonia conflitual (Eckert&Rocha, 2008).

A “afecção paisagística” (Sansot, 1984) diz respeito a harmonização das rítmicas temporais em determinado espaço como o Cais Mauá que carrega consigo uma pluralidade de formas temporais⁶. A etnografia da duração surge no bojo desse debate no sentido que não se pode compreender a cidade simplesmente remontando a história linear de estilos de “viver na cidade” de seus habitantes segundo periodização vazia de seus espaços no tempo. A ideia é considerar as “sobreposições e consolidações de uma estética temporal da desordem” (Eckert&Rocha, 2008) que envolvem ritmos e instantes que gerem a vida social. Pensando assim uma “solidariedade convergente” entre imagens do passado, presente e futuro. Assim etnografia da duração se preocupa em

Conhecer as motivações simbólicas dos gestos que encadeiam a morte e o renascimento da vida coletiva nas grandes metrópoles contemporâneas do Brasil, as motivações que provocam em seus habitantes a operação de recordar ou lembrar um objeto, imagem ou relato que compõe o conjunto do patrimônio histórico e cultural do meio urbano por ele vivido em sua trajetória social (Eckert&Rocha, 2013).

Para Maurice Halbwachs (2006) o movimento de pensar a memória não só como conteúdo, mas como forma que alimenta os jogos sociais da memória coletiva⁷deixa explícito o caráter tanto de laços de solidariedade quanto de rupturas

⁶ A ruptura epistemológica com o tratamento interpretativo linear do tempo é outra marca fundamental nos estudos da Etnografia da Duração. Quando pensa os jogos da memória coletiva (Halbwachs, 2006) se apresenta a consciência das descontinuidades do tempo através da presença da imaginação criadora. Parte dos estudos sobre sobreposições temporais (se encontram no interior dos conjuntos de imagens) se dá não somente na percepção das descontinuidades dentro da matéria perecível do tempo, mas também nas fabricações de percursos de continuidade do efêmero.

⁷As grandes críticas feitas à teoria da construção da memória coletiva de Halbwachs vão no sentido da derivação total do pensamento individual dos quadros sociais da memória. O autor aborda a manutenção de determinadas memórias coletivas no presente mas não aborda claramente do por que eles são criadas de modos diferenciados. Concomitantemente a estas afirmativas negou qualquer influência do passado sobre o presente e a validade de abordagens à memória diferentes da proposta por ele. O estudo autônomo de estruturas coletivas da memória incluindo o determinismo da

e conflitos. Assim nossas lembranças só existem em relação às lembranças que existem em torno de nós e sempre necessitamos da memória de outras pessoas tanto para confirmar nossas próprias recordações, como para dar a elas legitimidade. Então podemos pensar os estudos de memória coletiva não como a busca de um passado a ser resgatado e sim no seu aspecto de constituição de um presente. Este estudo passa pelas conveniências sociais dos quadros Sociais da memória, pela ideia de que o passado é reconstruído continuamente⁸ e que estes estudos podem ser realizados empiricamente. Pensando a construção social da memória Maurice Halbwachs, herdeiro da tradição da sociologia de Durkheim, traz a ideia de que tanto o compor pessoal quanto o social tem uma experiência de memória que cimenta os indivíduos no social. Como dia o autor: “Quaisquer lembranças do passado, por mais que pareça fruto de sentimentos e pensamentos exclusivamente individuais, somente existem como parte de estruturas ou contextos sociais” (Halbwachs, 2006).

Uma outra alternativa aos estudos de memória seria pensá-los não somente como constructos de um social mas como construtores da sociedade⁹. Miryam Santos (2000) traz uma diferenciação interessante entre o risco da amnésia coletiva como (valores, sentimentos, experiências) e o do ato de esquecer (que se contrapõe ao de lembrar). O conceito de memória algumas vezes representa diferentes explicações de um mesmo fenômeno, outras vezes fenômenos distintos. A autora

esfera social sobre o indivíduo foram aspectos criticados pelas abordagens psico-sociológicas posteriores.

⁸O ato de narrar a experiência social (diferente de Walter Benjamin que pensa o ato de construir a narrativa) é constituído por uma pluralidade de quadros sociais da memória que não representam a rejeição absoluta no indivíduo nos estudos de memória.

⁹Dois referências nesta perspectiva de agência de memória como produtora do social são Herbert Marcuse e Michel Foucault. Marcuse ligado a Escola de Frankfurt refletiu sobre a memória como fonte de conhecimento e liberdade em um híbrido de satisfação das necessidades humanas e liberdade social. A perda da memória estaria associada à repressão incorporada pelo indivíduo na sociedade industrial. Já Foucault trata a memória como forma de conhecimento vinculada a dominação e ao poder. Pensando o caráter discursivo da memória se detém nos traços e vestígios do passado presentes nas materialidades dos discursos. Com a ideia de contra-memória aborda que não apenas lembramos de uma experiência passada ou a reconstituímos como esta experiência se transforma em hábito, e enquanto tal ele existe incorporado no nosso ser. Assim a memória está “nas expressões corporais, hábitos e costumes dos homens que reproduzem ou rememoram experiências do passado, que este fato longe de representar neutralidade representam dominação e poder” (FOUCAULT, 1976).

reflete que “não só o passado é reinterpretado no presente, como também o ato de interpretá-lo pode ser determinado pelo passado” (Santos, 2006). Neste sentido a memória teria uma agência que não é só produzida, produz.

Por fim outro autor importante nos estudos de memória é Walter Benjamin (2002) que entende a memória enquanto construção do conhecimento na sociedade moderna e tem no tema do crescimento nas grandes cidades os choques e as experiências ameaçadas pela multidão. O Flanêur como personagem desta sociedade capitalista nasce do perfil da multidão pela suavidade (ao contrário do choque) e a desterritorialização do olhar. A cidade é vista aqui como uma epifania de fluídos sobre o olhar se traduz em diversidade de tempos coexistentes, épocas passadas, presentes e futuras substancializadas em lugares de memória. Através da ideia de memória involuntária este autor pensa os atos dos sujeitos de construir a narrativa dentro de uma experiência na metrópole. A paisagem urbana moderna diz respeito a experiência particular de desligamento.

Walter Benjamin, afetado pelo tema do surgimento das grandes metrópoles, encara a memória enquanto construção do conhecimento na sociedade moderna. Sob o olhar desterritorializado do Flanêur, personagem de uma cidade em transformação, surge a epifania de fluidos, espaços e tempos acumulados na cidade moderna. O desejo de colecionar e trabalhar com imagens é o que nos interessa neste autor que sugere que uma relação entre passado e o presente se faria aparente através constelações de imagens que contivessem momentos diferentes simultaneamente. Sendo assim não objetivava uma mediação entre realidade objetiva e suas representações de passado e presente, mas uma mediação entre as tensões entre as imagens existentes.

Interessa aqui essa inclusão da temática da cidade nos estudos de memória no qual a questão da imagem também se torna significativa a partir de um desejo genuíno de “coleccionar” e trabalhar com imagens. A relação entre passado e presente se faria aparente através constelações que contivessem momentos uma pluralidade de tempos diferentes simultaneamente¹⁰. Benjamin não objetivava uma

¹⁰Para Miryan Santos(2006) o autor “aceitou que houvesse associação entre imagens do passado e presente, embora, para ele, esta surgisse de forma independente à nossa vontade e cada vez mais como exceção em nossa sociedade.”(SANTOS, 2006) e continua “evocamos aqui as lições de Walter

mediação entre realidade objetiva e suas representações de passado e presente, mas uma mediação entre as tensões entre as imagens existentes.

Cabe pensar como a etnografia da duração e os estudos de memória podem ajudar como bases teóricas na construção de uma pesquisa sobre o processo de revitalização urbana que passa o Cais Mauá. No NAVISUAL e no BIEV o elemento disparador que norteia a produção acadêmica é o conceito de tempo. É o tempo que é narrado nos jogos das memórias coletivas. O conceito de “memória” é construído no “tempo narrado” e na “identidade narrativa”. Qual é o tempo vivido por estes coletivos de ativismo urbano que desejo pesquisar? A partir de que experiências temporais se representam a memória destes sujeitos? Com o desenvolvimento da pesquisa o conceito tempo aparece para essa produção representado na “memória situacional” ou “memória do presente” ligada a escolhas de estilos de vida (Velho, 1992).

O que o faz durar espaços significativos da cidade? A importância do espaço do porto para os habitantes é marcada por seu caráter histórico e conflitivo. Cabe aqui pensar como se deu nas suas pluralidades de tempos, esta relação e como o Cais Mauá se vincula a uma motivação simbólica que dura na estética urbana da cidade. A partir da pesquisa com memória coletiva e do ato de estranhamento e admiração durante o trabalho de campo é possível interpretar as metrópoles contemporâneas através dos subterfúgios dos seus habitantes (Eckert&Rocha, 2013) e o ativista urbano como um personagem da cidade que flexibiliza preceitos que são racionais e impessoais e que vão além da estrutura formal do cotidiano. O estudo sobre as mobilizações em prol de uma “revitalização mais humana” do Cais Mauá é entendido aqui como ação política no contexto urbano e demonstra a imaginação criadora que a cidade oferece aos seus habitantes (Eckert&Rocha, 2006).

O Cais Mauá como feição material e edificada na cidade é visto aqui como produto do trajeto antropológico do imaginário, fruto lento da “assimilação e

Benjamin em sua perspectiva histórica transformadora: na cidade, o objeto da duração não é unicamente o presente-futuro, mas o restauro do passado como fonte de conhecimento para construir-se um sistema de verdades orientado pelos laços afetivos.” (SANTOS, 2006)

acomodação dos gestos e motivações de seus habitantes em face do meio cósmico e social” (Durand,1983). Espaço poético e histórico, produto de uma acumulação de tempos na sociedade porto alegre, o porto se liga a uma função geográfica fantástica articulada a memória coletiva dos habitantes da cidade. Assim a cidade não pode ser vista como simplesmente uma solidez material, mas como “espaço fantástico onde se manifesta um perpétuo recomeçar de um querer-viver coletivo”. (Eckert&Rocha, 2008).

Como descreverei no capítulo quarto deste trabalho muitos foram os projetos para este espaço que foi se transformando nos ritmos temporais da cidade. Em síntese esta pesquisa ver o porto como a imagem da estética da experiência do vivido no qual se acumulam tempos de outrora e presentes presenciam e figuram com (configuram) o nascimento de uma cidade moderno contemporânea. A transformação urbana rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores tornaram a grande cidade moderna o lócus da intensificação da vida. Nelas não é possível reagir com ânimo, com o espírito, como costumam ser as reações ligadas às pequenas cidades e ao mundo rural, mas sim com o entendimento. (Simmel, 1891)

Capítulo 2

O porto e suas transformações: percursos metodológicos no trabalho etnográfico junto a movimentos de ativismo urbano.

As técnicas de pesquisa de observação direta, conversas, entrevistas, produção e pesquisa com imagens, acesso a memórias através da história oral e de pesquisa em documentos oficiais, são ferramentas que fazem parte do arsenal de possibilidades do antropólogo dar conta de seus projetos e propostas de pesquisa. Neste capítulo trago as especificidades dos procedimentos metodológicos que utilizei. Margareth Mead (1979) já havia apontado que a antropologia em sua história e seu presente era uma disciplina de palavras. A prática da pesquisa etnográfica é parte de uma diligência científica que tem seu embrião na intimidade da relação entre pesquisadores e pesquisados.

James Clifford pode ser entendido como um autor de grande influência na antropologia por chamar atenção ao caráter nativo das descrições de uma cultura. O autor salienta que a pesquisa etnográfica como caracterizante da antropologia é um método sensível e intenso envolvimento intersubjetivo. Assim a observação participante é fundamentada na existência de um universo de significados compartilhados no qual emerge o ato compreensivo do pesquisador. Relacionada a uma ciência interpretativa a partir do encontro com o outro a teoria antropológica traz a ideia de “campo” como algo fundamental na prática do antropólogo(a) no qual não há mais do que verdades parciais e relações políticas de representação da alteridade (Clifford, 1991, p. 34)

Como já anunciado, nesse caso de estudo toda a experiência etnográfica se constrói através do contato com grupos de ativismo urbano que se mobilizam em prol de uma revitalização diferenciada para o espaço do Cais Mauá em Porto Alegre. A ideia inicial da minha proposta de interlocução com os sujeitos mobilizados foi de conseguir acessar a sub estrutura de eventos públicos objetivando realizar um acompanhamento nas suas produções. O consentimento da pesquisa em eventos públicos é explícito e bem visto pelo fato da pesquisa “agregar” na luta dos movimentos. Porém, quando descolamos o olhar dos eventos para suas produções, surgem inúmeras dificuldades ligadas a concordância dos ativistas em

permitir que mais sujeitos participem deste processo¹¹. A permissão para pesquisa nesse estrutura de organização do ativismo seria importante pois,

A inserção no contexto social objetivado pelo(a) pesquisador(a) para o desenvolvimento do seu tema de pesquisa o(a) aproxima cada vez mais dos indivíduos, dos grupos sociais que pertencem a seu universo de pesquisa. Junto a estas pessoas, o(a) pesquisador(a) tece uma comunicação densa, orientada pelas intenções de seu projeto. (Eckert&Rocha, 2013. Pg 59)

Tendo em vista que as redes sociais surgem como uma ferramenta importante não só de mobilizações, mas de articulação destes coletivos a participação nos grupos de Facebook e WhatsApp seriam a materialização do consentimento desejado pelo pesquisador¹². Em processos políticos carregados de tensões e contradições a desconfiança no que se refere a inserção de novos atores no cotidiano dos coletivos surge como um sentimento padrão característico das formas de acessibilidade a tais grupos. No capítulo quarto aponto mais detalhadamente como se deu esse processo na minha experiência de interlocução com os coletivos que propus uma aproximação.

2.1 A realização de entrevistas: entre ativistas, gestores públicos e urbanistas.

Nas entrevistas que realizei tive como parâmetro entrevistar pelo menos um ativista dos coletivos de busquei me inserir. Além disso, políticos vinculados a câmara de vereadores e a assembleia legislativa que tinham contato com o tema da revitalização do Cais Mauá também eram figuras interessantes de conversar. Por fim, os urbanistas que tinham informações sobre o cais enquanto espaço histórico de proposição de projetos também foram personagens com os quais aprendi bastante sobre esse processo de transformação urbana.

Nos coletivos consegui realizar quatro entrevistas com Jacqueline, Katia, Vanessa e Carolina. Minha opção foi por entrevistas semi diretivas nas quais

¹¹ No capítulo quarto reflito a relação entre consentimento de pesquisa e alinhamento político em trabalho etnográfico junto a coletivos de ativismo urbano.

¹² Aqui valeria um investimento nas teorias da cibercultura e de como a antropologia vem se apropriando, através do trabalho etnográfico, dessa temática. Recentemente Jean Segata e Theophilos Rifiotis organizaram o livro "Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura" (2016) que traz a público pertinentes interrogações sobre a etnografia no campo da cibercultura.

procurei seguir um roteiro flexível aos direcionamentos que as entrevistadas poderiam vir a dar¹³. Este pré roteiro que envolvia questões que giravam sobre o processo formação destas ativistas, a trajetória pessoal de inserção nos coletivos, as contradições em respeito ao projeto de revitalização do Cais Mauá. Assim, no momento das entrevistas, acabei conhecendo mais profundamente as ideias destas pessoas e dos coletivos nos quais elas faziam parte. Elemento que foi importante para começar a ser reconhecido como alguém que fazia parte do grupo e logo poderia ajudar em pequenas coisas na produção dos eventos (como a montagem de tendas).

Dentro do quadro dos políticos consegui conversar, depois de um longo período de tentativas com sua assessoria, com ex prefeito de Porto Alegre Raul Pont¹⁴. Essa entrevista aconteceu na sede do Partido dos Trabalhadores dias depois do resultado da eleição municipal no qual o próprio Raul Pont foi um dos candidatos que não conseguiu votação para chegar ao segundo turno. Considero importante essa entrevista pois me relatou muito de como o espaço portuário da orla da capital foi planejado na década de noventa. Abordando minúcias dos antigos projetos não se reservou a falar somente sobre tais, se colocando como um dos grandes opositores desde o início ao plano de negócios que ali era projetado a partir da década do século XXI.

Por fim o arquiteto e urbanista Rafael representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RS), importante organização profissional no Rio Grande do Sul, foi entrevistado por mim em novembro de 2016 em pleno momento de significativos avanços do empreendimento nas camadas burocráticas do estado (como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental/CMDUA). Considero esta a entrevista a mais importante por compreender um período no qual estava mais maduro pra sugerir apontamentos no momento da entrevista que me fizessem

¹³ A militância feminina em prol de espaços públicos da cidade pode se uma ótima problemática de pesquisa. Em um trabalho de maior prazo valeria dar atenção as questões vinculadas a gênero e ativismo.

¹⁴ Nesta entrevista especificamente tive algumas dificuldades de estabelecer um roteiro, O ex prefeito falou bastante sobre questões relativas a espaços físicos da orla num geral. Abordou atores, momentos e influências para as políticas públicas urbanas para a região da orla. Sobre o Cais se restringiu em comentar os meandros da criação do processo licitatório para realização da obra. Disse ter sido um dos primeiros questionadores deste processo na assembleia legislativa e, como prefeito, teria planos para revisar o que estava acontecendo com o licenciamento da área.

aproveitar mais significativamente as falas do entrevistado no momento de escrita. A associação de grandes projetos de negócios a carência de planos urbanísticos que acompanhem estas transformações foram as pauta desta entrevista. Elementos que me fizeram pensar aproximações e distanciamentos das práticas do urbanista e do antropólogo no que se refere as modificações urbanas.

2.2 A antropologia visual, coleções etnográficas e o método de convergência.

Neste subcapítulo abordo a técnica utilizada na construção de coleções etnográficas. Ela está pensada na construção de um banco de conhecimento baseado em constelações de imagens fotográficas¹⁵. Durante o período de pesquisa tive acesso a acervos (físicos e virtuais) e produzi muitas imagens. Trago estes elementos, pois o acervo e a categorização deste material surgiram desde o início do processo etnográfico como questão importante a ser pensada.

O método da convergência é a base para o processo de classificação estrutural dos símbolos que consiste em “um método tanto pragmático quanto relativista de observar a convergência de vastas constelações de imagens, mais ou menos estáveis e regulares, estruturadas por certo isomorfismo de símbolos”. (Durand, 1984, p. 33). Entre as pertinências deste método de trabalho com imagens proposto pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS) está a pesquisa do simbolismo das imagens no interior de núcleos de significações, sem reduzi-las ao meio físico e social de onde elas se originam, assim como a extração de formas simbólicas de contextos etnográficos dentro do processo especulativo (registrar, relatar, captar). Adesão do antropólogo ao dinamismo criador das imagens se associa ao trajeto de produção, geração e circulação de coleções de imagens reunidas em núcleos de significações. A imagem ao ser produzida com-forma (forma

¹⁵ A elaboração de crônicas etnográficas, nas quais o vídeo é uma ferramenta de acesso aos grupos, também fez parte dos meus desejos durante o primeiro ano do mestrado acadêmico. Porém por diversos fatores que envolvem desde a falta do dispositivo técnico, a carência de formação para seu uso e a impossibilidade de um projeto a longo prazo me fizeram optar pelo uso exclusivo da fotografia. A participação como membro do NAVISUAL nas oficinas de narrativas visuais realizadas em diversos espaços, cidades e eventos durante os anos de 2015 e 2016 foi um dos motivos mais fatores que me fez optar pelo uso de imagens fotográficas, e, mais que isso, pensar a pesquisa sempre em contato com a pesquisa e produção de imagens fotográficas.

algo com) outras de seu universo de produção denotando o reconhecimento de um acordo na origem de constelações simbólicas e no plano da imaginação criadora.

A descoberta dos isomorfismos dos símbolos (semelhança entre formas que permite relação de correspondência) associa-se a imaginação criadora do antropólogo no ato de devagar no interior das imagens que tem à disposição na busca por protocolos normativos estáveis na configuração das formas das imagens reunidas em um acervo, que por sua vez são agrupados em torno de esquemas que Durand aponta como “estruturas” ou “bacias semânticas”. Não há dúvida que no processo de categorização das imagens em coleções há um processo de domesticação dos seus sentidos. Para Henri Wallon¹⁶ estas categorias postuladas nos processos de construção de constelações de imagens são essencialidades do pensamento na construção de relações. O que nos interessa aqui perceber é que estes núcleos de sentido são dinâmicos não só pelo seu processo de transformação que diz respeito a permanência do antropólogo em campo, mas também indispensáveis para todo processo de construção do conhecimento.

Como grupos diferentes de imagens heterogêneas podem nos direcionar para uma forma de conhecimento? Só conseguimos responder tal questão a partir do entendimento de que formar coleções implica compreender os fluxos simbólicos (semantismo dos símbolos) das imagens como parte integrante do fluxo da vida social. Quanto mais imagens consteladas mais direções e meios de acesso para a consciência acessar. Assim podemos pensar que as coleções de imagens, dentro de uma proposta de construção de esquemas figurativos, tem um caráter estético e cinemático. O primeiro relaciona-se as imagens reunidas em certos núcleos conforme certos pontos de condensação simbólica (pensamento que pensa algo). Já no aspecto cinemático (movimento de um pensamento que pensa pensando algo) as imagens gravitam desde o movimento do pensamento coletivo em direção a matéria das coisas afetadas pelo tempo.

¹⁶ Para este autor a escolha de elementos privilegiados no interior da pluralidade da realidade percebida se relacionam a “afetividade” que envolve a produção de imagens. A afetividade estaria assim relacionada a capacidade do pesquisador em ser afetado no processo de pesquisa e as categorias de escolha se vinculam a este processo de recorte da realidade num contexto de pluralidade semântica das imagens.

O método da convergência como ferramenta teórico-metodológica é parte da Etnografia da Duração (Eckert&Rocha, 2013) no qual o antropólogo desprende-se da vida vivida que deu origem a produção de suas imagens e integra-se em um fluxo de imagens cuja a movênicia é a forma de compreensão. Toda a imagem produzida em uma pesquisa que se filie a Etnografia da Duração pensa a função simbólica da imagem e vai além daqueles e daquilo que a gerou. Isto se dá em um processo dialético no qual a imagem por um lado conserva em sua forma as pistas dos gestos, intenções, motivações de quem a fabricou e, por outro, ativa a imaginação criadora de quem a contempla. Assim a Etnografia da Duração “propõe o estudo das imagens que conformam o universo psíquico, social e cultural do próprio antropólogo, das imagens que ele consome, das imagens do outro e de sua cultura que o atravessam e das imagens que o constituem e, por isso mesmo, o escapam” (Eckert&Rocha, 2013).

Por fim, como já abordado, a etnografia da duração se situa como parte dos estudos de memória coletiva, principalmente, quando seus jogos compõe-se com a agitação espaço-temporal das modernas sociedade complexas. Tanto o símbolo como anterioridade tanto cronológica como antológica de toda produção, geração, circulação de imagens, quanto a gênese recíproca entre gestos subjetivos pulsionais do humano e as intimidações objetivas do mundo material que o cerca de imagens estão no centro debate.

2.3 Entre pesquisa e a produção de imagens fotográficas: categorização, acervo e disponibilização do conjunto de imagens sobre o Cais Mauá.

As relações entre pesquisa historiográfica e etnográfica se distinguem e se aproximam em uma relação de complementariedade dialética de espacialidades e temporalidades distintas. Cabe aqui refletir que o antropólogo como narrador (Eckert&Rocha, 2010) faz um apelo a memória e consegue trazer para o presente, pela narrativa, aquilo que está distante no tempo (Benjamim, 1986). A pesquisa historiográfica que tem como espaço os acervos da cidade e virtuais e busca entre suas fontes documentos, relatos orais e artefatos arqueológicos uma imagem do

passado para trazer presente na forma de textualidade¹⁷. O etnógrafo urbano capaz de olhar a cidade transformada e ver, por detrás das fachadas novas, as velhas casas que um dia estiveram lá, busca através de um processo de convivência consentida com seus interlocutores o conhecimento traduzido em múltiplas formas de textualidades e visualidades.

Não é o objeto aqui realizar um debate teórico e metodológico profundo sobre as continuidades e rupturas entre a prática de historiadores e antropólogos, mas buscar sintetizar o fato de que há relação íntima entre a pesquisa em acervos e a convivência com sujeitos nesta pesquisa¹⁸. A sensibilidade despertada pelas transformações urbanas, principalmente localizadas no porto da cidade, despertam ora distanciamento, ora aproximação de Porto Alegre aos padrões referenciais da modernidade urbana. Sendo assim essa produção entende que o paradigma desenvolvimentista das políticas de transformação do meio urbano são tão históricas quanto suas resistências¹⁹.

Em cada coleção de imagem, separadas pelos capítulos, tematizo um elemento encarado como núcleo de sentido na criação das narrativas que visam dialogar com o texto escrito na construção de intertextualidades. Apresento imagens (escolhidas dentre uma coleção de 150) distribuídas em nexos simbólicos e opções de núcleos de sentido que guiem o acervo em bancos de conhecimento e montagem de narrativas visuais. Que histórias são possíveis de serem contadas através deste conjunto imagético? No que uma coleção de imagens sobre origens e desenvolvimento do Cais Mauá se articulam com a história da cidade de Porto Alegre? No que este agregado imagético pode contribuir para pensarmos a memória do patrimônio cultural e ambiental da cidade? As respostas de tais questões passam

¹⁷ No que diz respeito à coleção de imagens organizadas intertextualmente nos capítulos 3, 4 e 5 podemos perceber uma série de elementos físicos como muro, docas, armazéns, rio, centro histórico, guindastes e praças. Através deles pensamos categorias como patrimônio, ação políticas, formas de trabalho, sociabilidades portuárias, etc.

¹⁸ Neste capítulo abordo mais especificamente as questões de construção e acervo de coleções de imagens. A disponibilização deste material aos coletivos que pesquei foi um fator essencial na restituição desta pesquisa junto aos ativistas. Expresso melhor o processo desta relação estabelecida, tendo as imagens como ferramenta de acesso aos interlocutores, no capítulo quarto.

¹⁹ No próximo capítulo procuro demonstrar não só história do Cais Mauá associado com o desenvolvimento de Porto Alegre, mas também a historicidade da ação política presente em diversos momentos do planejamento urbano da cidade. Além de falar sobre transformação urbana é uma tentativa de demonstrar o quanto essas mudanças na cidade produzem memória política.

aqui pelo entendimento de uma íntima relação entre uma antropologia que pensa a cidade e as materializações históricas do desenvolvimento e do planejamento urbano. Tendo em vista uma memória que tem o conflito político como essencialidade, as concepções de cidade tradicional e moderna, as rupturas e continuidades com os discursos progressistas trazem à tona a arqueologia do desenvolvimento urbano.

No capítulo terceiro trago cerca quarenta imagens voltadas eixo temático do “patrimônio” que representam uma Porto Alegre e um Cais Mauá antigos que tinham suas transformações associadas aos novos planos diretores e as tensões políticas na constituição de tais. Estas imagens foram retiradas de dois acervos importantes de Porto Alegre: a Fototeca Sioma Breitman localizada no Museu de Porto Alegre e o arquivo da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). Dentro da temática do patrimônio podemos perceber outros subgrupos de imagens ligadas a categorias como paisagem, formas de trabalho e cotidiano que também buscam interagir com o texto na produção.

No quarto capítulo as imagens têm como núcleo de sentido principal as ações políticas produzidas pelos grupos que interagi. Algumas narrativas foram produzidas por mim, outras são construídas através de imagens localizadas na internet através dos muitos blogs e sites que visam publicitar a história de Porto Alegre através de suas imagens²⁰. As imagens que produzi dizem respeito a minha participação em eventos públicos nos quais tive nas subcategorias de engajamento, militância e contestação referências simbólicas no momento da produção. Utilizei-me dos equipamentos disponíveis para os pesquisadores do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) como câmera e gravadores.

Por fim, no quinto e último capítulo, apresento imagens de projeto nas quais procuro demonstrar as contradições nos planos e projeções pensadas para o Cais Mauá. Tanto propostas elaboradas por gestores do estado e representantes do empreendimento, quanto imagens elaboradas pelos coletivos de ativismo urbano interagem nas intrigas que constituem esse grande empreendimento na orla da

²⁰ São muitos os blogs que disponibilizam imagens históricas de Porto Alegre. Em todo processo de pesquisa na internet tive a preocupação de achar a fonte das imagens disponibilizadas, porém em alguns casos não foi possível pela falta de informação presentes nas plataformas. Nestes casos ponho como referência a página da web do veículo que as disponibiliza.

cidade. Os armazéns, o Shopping, o muro, os grandes prédios comerciais, as praças e tantos outros elementos paisagísticos desejados e contrapostos se articulam nas narrativas imagéticas deste capítulo.

Nome	Data de modificaç...	Tipo	Tamanho
Apresentações	07/11/2016 08:50	Pasta de arquivos	
Campos	24/07/2016 11:59	Pasta de arquivos	
Coleções Etnográficas	25/07/2016 08:57	Pasta de arquivos	
Desenho em prisma de João Marcelo Os...	17/07/2016 14:09	Pasta de arquivos	
Entrevistas	05/10/2016 11:42	Pasta de arquivos	
Etnografia - Cais Mauã de Todos	02/02/2017 18:04	Pasta de arquivos	
Etnografia - Manifesto UFRGS	17/12/2015 11:38	Pasta de arquivos	
Etnografia - Minha POA	29/07/2016 14:22	Pasta de arquivos	
Etnografia - Ocupa Cais Mauã	02/02/2017 18:04	Pasta de arquivos	
Etnografia - Pôr do Sol Livre	02/02/2017 18:05	Pasta de arquivos	
Fanzine	29/05/2015 16:17	Pasta de arquivos	
Imagens Históricas	24/07/2016 12:17	Pasta de arquivos	
Notícias	26/12/2015 18:32	Pasta de arquivos	
Textos	25/07/2016 12:05	Pasta de arquivos	

Imagem 1

Nome	Data de modificaç...	Tipo	Tamanho
Formas de Trabalho	02/02/2017 18:11	Pasta de arquivos	
Paisagem	02/02/2017 18:10	Pasta de arquivos	
Sociabilidades Portuárias	02/02/2017 18:11	Pasta de arquivos	

Imagem 2

Nas imagens 1,2 e 3 podemos ver a construção de um banco de conhecimento por constelações de núcleos de sentido. Exemplo da coleção etnográfica sobre Sociabilidade Portuárias.



SociabilidadesPortuárias (1)



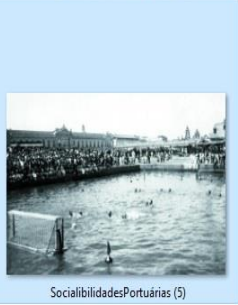
SociabilidadesPortuárias (2)



SociabilidadesPortuárias (3)



SociabilidadesPortuárias (4)



SociabilidadesPortuárias (5)



Imagem 3

Capítulo 3

Entre amarguras provincianas e devaneios progressistas: memórias visuais do Porto dos Casais ao Cais Mauá.

“Como tudo está tão diferente, como tudo mudou. Os navios já não mais permanecem ao largo, impossibilitados de atracar; já não há mais trapiches, os pequenos e confortáveis botes desapareceram e os carros de tração animal foram substituídos pelos velozes, ágeis e ambiciosos taxis dos nossos dias. Não tenho dúvidas: Porto Alegre progrediu muito”. (FORTINI, Archymedes. Histórias de nossa história.1996)

Neste capítulo abordo a questão histórica do Cais Mauá associando-a com o desenvolvimento urbano e a memória política de Porto Alegre²¹. O mito fundacional do meio da urbano da capital gaúcha tem vinculação direta com o surgimento de sua área portuária. As atividades portuárias fizeram parte do cotidiano da cidade e foram acompanhadas de políticas de modernização urbana e industrialização. Com o declínio da indústria e do porto como um espaço economicamente importante o Cais Mauá começa projetado como espaço de patrimônio, mas também como local de rentável para investimentos imobiliários.

A revitalização do Cais Mauá é um acontecimento que permeia as experiências urbanas dos habitantes da cidade e suas intrigas, pois “para tratar a cidade como objeto temporal a etnografia da duração é preciso dar destaque as intrigas, as diversidades de imagens e de dramas que configuram o cotidiano citadino” (Eckert&Rocha, 2013). Porto Alegre, e seus espaços simbólicos como o Cais Mauá, podem ser pensados como um conjunto de formas sociais instáveis “balizadas pela continuidades e descontinuidades, fragmentações e totalizações, heterogeneidades e homogeneidades” (Velho, 1994). Qual o conjunto das motivações simbólicas que faz possível uma duração do porto? Os sonhos de um porto que se modernize, mas que esse processo de modernização não traga uma

²¹ As informações que trago sobre a memória política urbana partem da experiência etnográfica. Por mais que não apareçam neste capítulo relatos de campo ou entrevistas a investigação sobre a história do Cais Mauá acompanhou todo o processo pesquisa. Estes relatos históricos só “partem do campo” na medida em que muitos interlocutores trouxeram-me elementos como o conhecimento dos planos diretores, indicações de leituras, sugestões de imagens, convites de eventos, que fizeram possível a escrita deste conteúdo. Dito isso, entendo que foi somente através da inserção etnográfica consentida junto a coletivos de ativismo urbano que tive condições de compreender o valor da pesquisa histórica, assim como o da antropológica.

ruptura da tradição urbana é a intriga que baseia as contradições das históricas políticas urbanas para este espaço.

A dimensão histórica dos contrastes e contrassensos das políticas urbanas nos ajuda a pensar uma antropologia que se debruce sobre os processos de contradições políticas do nosso tempo. Do caráter anárquico próprio do mito de constituição das cidades no extremo sul dos tristes trópicos (Rocha, A.L.C, 2013) às primeiras políticas de “melhoramento” urbano através de planos diretores surgem sujeitos políticos com posições que, mesmo contextualizadas em seus tempos, dizem muito sobre o que vemos hoje enquanto produção de processos de contestação e instauração de políticas que tenham a paisagem urbana como foco de implementação.

Sandra Pesavento (1999), principal referência para este mapeamento histórico da cidade por sua aproximação entre história e urbanismo, reflete que os mitos fundadores dos meios urbanos são fundamentais para a representação de um pertencimento que construa uma comunidade simbólica de sentido. Porto Alegre, mesmo que tardiamente em comparação a outras cidades brasileiras, também teve sua versão de origem primeira, num tempo mais recuado. A “guerra, a estância e ordem” eram os grandes eixos de sentido presentes primeiramente nos Campos de Viamão, estâncias de gado, nos arrendamentos de Jerônimo de Ornelas²². A posição geográfica estratégica deste espaço localizado na Região do Prata e ainda marcado pelas seguidas invasões espanholas gerou necessidade de atenção do poder público por parte da colônia portuguesa. Sendo assim, em 1752, foram enviados sessenta casais de açorianos para fins de colonização no espaço à beira do rio, povoamento e marcação do território de colônia portuguesa. A nascente “Porto dos Casais”, posterior “São Francisco dos Casais” (1772) e “Madre de Deus de Porto Alegre” (1773) dão conta de uma quantidade de denominações que marcam a instabilidade política territorial da região. A autora descreve as propostas urbanas iniciais do governo português de abrigar as famílias ao lado do rio:

“As primeiras áreas ruas, delimitadas segundo o edital português de 1747, deveriam alinhar-se regularmente, ter 40 palmos de largura, demarcando-se os lotes com extensão de $\frac{1}{4}$ légua para cada casal, prevendo-se o espaço para quintais entre as casas. Apesar de determinações e intenções de um

²² Rio Pardense de Macedo, F. Porto Alegre, história e vida da cidade. 1968

ordenamento, o resultado foi um tanto anárquico e desviado das intenções originais pelos acidentes do terreno: uma colina que atravessava a península de leste a oeste e os inúmeros riachos e córregos que cortava as ruas nascentes". (Pesavento, 199. Pj 249)



Imagem 4 - Carreiros gaúchos chimarreando, 1911. Pedro Weingärtner. Fonte: Pinacoteca Aldo Locatelli

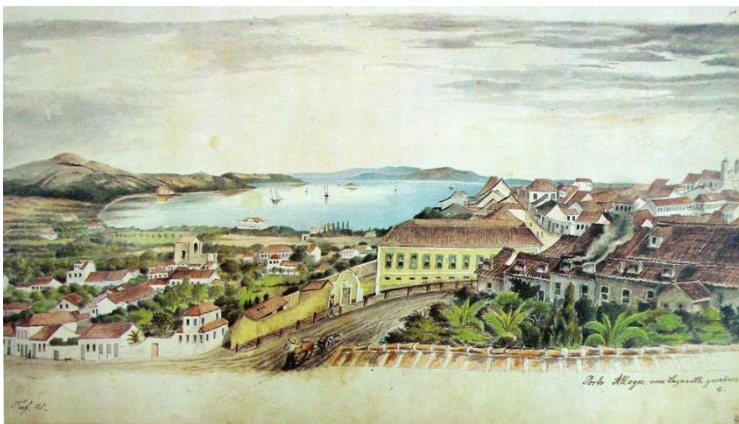


Imagem 4 - Vista de Porto Alegre. Aquarela, 1852. Hermann Rudolf Wendroth. Fonte: Pinacoteca Aldo Locatelli



Imagem 6- Doca das Flores, 1880. Athayde d'Avila. Fonte: Acervo do Museu Júlio de Castilhos

As figuras de 4, 5 e 6 refletem a Porto Alegre antiga na qual havia uma proeminência simbólica do campo. A cidade não só estava na fronteira geográfica que dividia portugueses e espanhóis, mas também estava localizada em um embate político entre provincianos e positivistas que representavam diferentes modelos de desenvolvimento urbano. Assim a história do Cais Mauá, porto da cidade que surgia, se entrelaça e se confunde com a história de Porto Alegre.

Neste contexto urbano surge uma interessante divisão por muros e portões na cidade. De um lado a “cidade alta” berço do burgo nascente que tinha preocupações bélicas marcadas na estética urbana²³. Localizada das margens do rio até a o topo do morro o espaço era distintivo pela presença de docas nas quais era realizado o comercio nas margens do rio, no novo Mercado, nas praças que iam se constituindo. Já a “cidade baixa”, fora dos muros e portões da cidade, ficava fora zona urbana e era marcada por uma representação valorativa de um território negro reduto de escravos²⁴. Neste sentido estas fortificações tinham a intenção de proteção da cidade frente aos ataques de espanhóis, mesmo depois de demolidas em 1845 após a Revolução Farroupilha, “permaneceram no imaginário da cidade como fronteira simbólica que dividia a “cidade” da zona de baixo, pobre, suburbana” (Pesavento, 199. Pj 250).



Imagem 5 - Alguns populares fazem pose para o fotógrafo nesta imagem de um dos quatro portões situados nas laterais dos muros com gradis de ferro que cercavam a praça. A fotografia mostra ainda a localização do monumento ao Conde de Porto Alegre, logo após o portão. Fonte: <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/>

²³ Segundo Pesavento (1999) as fortificações em Porto Alegre foram iniciadas em 1778 como meio de proteção frente as consecutivas invasões espanholas, e foram demolidas em 1845 após o fim da Guerra Farroupilha.

²⁴ Sobre as questões do Território Negro na cidade de Porto Alegre ver dissertação de mestrado de Olavo Ramalho Marques “Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal : estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre” (2006).

O crescimento econômico proveniente do processo migratório do início do século XX²⁵ fez aumentar as atividades do porto da capital, que se tornou o centro escoamento dos produtos oriundos daquela zona. Porto Alegre já abrigava cerca de 52.421 habitantes em 1890 e já era possível identificar novas construções que mudavam a fisionomia da cidade como o Mercado Público que teve sua primeira construção em 1842 e sua ampliação em 1870²⁶. A chaminé das fabricas localizadas ao lado do orla de uma cidade de industrialização recente marcavam a importância da atividade portuária nesse processo de desenvolvimento urbano.

O processo de desenvolvimento do meio urbano de Porto Alegre passa por uma relação íntima com a região portuária. As imagens das docas do Mercado, do Carvão, da Praça Parobé são algumas referências deste contexto urbano da época. O uso das águas do Guaíba para esportes e outras formas de sociabilidades, como mostra a imagem 7, também se faz presente nos modos de uso do espaço.



Imagem 7 - Doca Mercado Quiosque Pé Rapado 1897. Fonte: Fototeca Sioma Breitman



Imagem 6 - Partida de pólo aquático disputada no Guaíba, em frente ao Mercado Público, em 1927. À direita, as cúpulas dos prédios do Memorial do RS e MARGS. Fonte: Museu do Grêmio Náutico União (GNU)

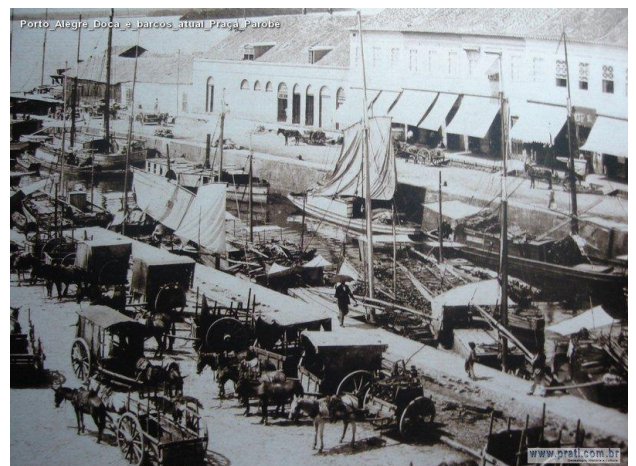


Imagem 8 - Porto Alegre Doca e barcos atual Praça Parobé S/D. Fonte: Fototeca Sioma Breitman

²⁵ Em um contexto de fomento da imigração alemã e italiana para o estado Porto Alegre novamente se via numa posição geográfica estratégica de transito de novos imigrantes que por aqui passavam e afetavam a estética urbana como na construção do Caminho do Meio (atual Protásio Alves) e do Dilúvio (Atual Bento Gonçalves). Os caminhos para as regiões do Vale dos Sinos representa a abertura de vias como o “Caminho Novo” (atual Voluntários da Pátria) costeando o Guaíba e dando acesso a tão belas paisagens que eram proporcionadas aos viajantes (PORTO ALEGRE, A. 1906).

²⁶ Anuário estatístico do Brasil 1930-1940

3.1 Entre cidade que se deseja e a cidade que se tem: a preponderância figurativa do campo e o sonho de metrópole.

As imagens deste capítulo tem foco temático no desenvolvimento do porto da cidade. Estes grupos de imagens são contextualizados em uma cidade que passou por momentos de efervescência política no início do século XX. Os antigos intelectuais do Parthenon Literário²⁷ provindo de uma classe intelectualizada da burguesia porto alegreense na virada do século XIX já se contrapunham - através de jornais de uma imprensa nascente - à perspectiva republicana positivista que visava instaurar a ordem e o progresso em uma sociedade onde vigorava a “hegemonia simbólica do campo” (Pesavento, 1999).

Quando falamos em mito origem podemos associar este discurso sobre o nascimento de Porto Alegre aos representantes do movimento romântico no Brasil na capital gaúcha: o Parthenon Literário e posteriormente uma gama de intelectuais que escreviam suas crônicas no Correio do Povo entre outros jornais de época. Nota-se nessas posições o que Sandra Pesavento denominou de “hegemonia simbólica do campo” (Pesavento, 2009) marcada pela superioridade da vida rural sobre a urbana, pelas especialidades dos costumes, tradições e socialidades da vida campeira. O passado era o espaço simbólico de feitos gloriosos no qual havia um delineamento do personagem símbolo do gaúcho. Assim o homem do pampa e a positividade do passado demarcavam a decadência simbólica de uma perspectiva de cidade urbanizada que se aproximava, isso se dava pelo fato dela não fazer sentido dentro de uma articulação de identidade desejada. Esta “Porto Alegre/Paisagem” (Pesavento, 2009) resistente a cidade modernizada era manifestada pelo fantasma do rural e do mito das origens do gaúcho que teimava em apagar o brilho das inovações urbanas.

O debate sobre as questões culturais e ambientais da cidade que se transformara já tomavam sua forma através de jocosidades entre açorianos e espanhóis presentes em um meio urbano destinado em ser fronteira de impérios

²⁷ Composto pelos irmãos Apolinário, Achyles e Apelles Porto Alegre fundaram esta sociedade cultura em 1868. Durante pelo menos 10 anos fez parte da vida cultural da província. (GONZAGA, a. Homens e coisas de jornal. 1944)

ibéricos. Nas revistas e jornais o *Correio do Povo* e *A Federação*²⁸ em uma disputa entre provincianos e progressistas. Na cidade que se industrializava - e tinha porto como sua principal área comercial urbana²⁹ – as discussões sobre a higienização do centro histórico presente na cidade alta e a remoção de população para a cidade baixa já era um processo político presente.

Mesmo com o avanço comercial seu porto e a crescente diversidade étnica da sua população a antiga Porto dos Casais não era caracterizada como MetrÓpole. Contradições entre perspectivas que viam o mito de origem da cidade ligado a colonialidade urbana e as que visavam o progresso como eixo principal da modernização entravam em choque e se manifestavam em um imprensa nascente que realizam um cabo de força entre a Porto dos Casais marcada pela ruralidade e a Porto Alegre moderna sedenta dos sonhos da modernidade. Assim a natureza de constituição da cidade metropolitana, portadora do ideal da modernidade, não passou ilesa a resistências de quem tinha com a estética urbana do passado um vínculo identitário. Importante tanto para os provincianos quanto para os progressistas o espaço do porto vai além destas perspectivas e se mantém até os dias atuais como espaço em que se sonharam projetos de cidade.

²⁸ A “geração *Correio do Povo*” nascida entre 1860 e 1880 viveu uma Porto Alegre na qual nascia a questão urbana através das propostas modernizadoras da cidade positivista.

²⁹ Em 1911 houve a publicação de edital para construção do primeiro trecho de 140 metros de cais em frente à Praça da Alfândega. A proposta vencedora foi do engenheiro Rudolf Ahrons, que iniciou as obras no mesmo ano. Em julho de 1913 foi concluída a primeira parte do porto de frente a Praça da Alfandega com a construções de docas.



Imagem 11 - Imagem panorâmica do porto ainda sem os armazéns em 1908. No centro a chaminé da Fiat Lux, primeira oficina geradora de energia elétrica em Porto Alegre. A direita a igreja Nossa Senhora das Dores.
 Fonte: Fototeca Sioma Breitman



Imagem 12 - Praça da Alfandega na década de 1930. Ao fundo, o atual porto no trecho construído entre 1910 e 1921. Fonte: Fototeca Sioma Breitman

A instauração da república associada a perspectiva política positivista que acessa o poder político no Rio Grande do Sul (através de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros), tem em Porto Alegre seu grande centro com a administração de Jose Montaury de Aguiar Leitão . Partidários da visão contenha de progresso e evolução social os políticos do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) tiveram como principais ideias de cidade Paris, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Em 1900 Porto Alegre já contava com cerca de 64.647 habitantes e o caminho para uma Porto Alegre/Metrópole passava pela difícil modificação dos hábitos, remodelação urbana dos becos e casas coloniais cercados do rio.

Como romper com a visão romântica de cidade? Como construir a modernidade urbana numa província tradicionalmente rural e com forte identidade regional apoiada no campo? Estes eram alguns dos desafio da elite cultural e política tinha no combate a tais aspectos uma questão estética, sanitária e moral. Nesta renovação cultural do estado que implicou mudanças na estética urbana havia um esforço em construir uma representação de Porto Alegre, antítese da cidade colonial e açoriana, pacata e sonolenta. Conforme Pesavento para tal intelectuais amantes do progressismo tiveram a revista “Kodak” foi um espaço de expressão da postura moderna de cidade

Portanto, neste início de república, a cidade que se queria bela, higiênica e ordenada empreendia um surto de construções modernas, de acordo com os novos tempos que se inspiravam na palavra chave do progresso tão cara a república. Porto Alegre, a cidade colonial que se ensaiava burguesa e moderna, fornecia condições para que se continuasse um projeto e se perseguisse um ideal. (Pesavento, 1999)

O desejo do cosmopolitismo se expressa nos debates e nos sonhos já que, visto de Porto Alegre que tinha como epicentro simbólico o campo, são muito escassos os pontos de referência identitária na modernidade. O porto surge como um atravessamento não só mercantil por sua importância portuária na cidade, mas também simbólico no sentido de por um lado ser um espaço de trabalho negro ligado ao subalternidade estética e valorativa urbana, por outro se vincular à uma valor paisagístico admirável pelos habitantes. Como relata a autora Porto Alegre “é uma cidade de contrastes, onde criolos a caminho da estiva, no porto, cruzam com mulheres brancas, belas e elegantes, trajadas pelo figurino de última moda, todavia

os novos armazéns e a vista do rio expõe o cenário do progresso do porto, entre máquinas, guindastes, trapiches, ascensores, mercadorias e barcos” (Pesavento, 1999. Pj 356).



Imagem 13



Imagem 14

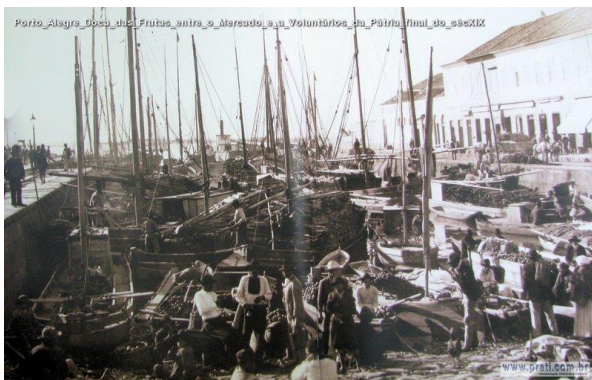


Imagem 9



Imagem 16

As docas foram um espaço de transito de objetos, pessoas e alimentos que chegavam na cidade. A estruturação de um porto se fazia cada vez importante para um “progresso” da cidade que começava a construir planos urbanísticos, como o de melhoramentos, para as áreas centrais da cidade. Estes modelos de planejamento não só levavam em conta a chegada da eletricidade, do saneamento básico, como previam uma higienização nessas localidades ocorrendo deslocamento de comunidades do centro para as nascentes áreas periféricas da cidade.

3.2 A ascensão da cidade moderna: a referência simbólica da indústria e da metrópole.

Entre em 1853 e 1880 o Barão Georges-Eugène Haussman, figura proeminente na transformação de Paris, que liderou uma grande transformação urbana que tornou a cidade metrópole. A chamada “haussmanização” nos modos de construção do meio urbano chegou a Porto Alegre como ideia de cidade no início do século junto a gestão positivista que buscava seus referências no modelo francês. A realização de grandes trabalhos urbanos, capazes de metamorfosear uma cidade, ou mesmo a possibilidade de integrar numa rede um centro histórico e novas avenidas fez parte do ato de projetar a capital gaúcha expresso no primeiro “Plano de Melhoramentos”.

Os interesses da higiene, do comércio e da estética passaram a convergir entorno da linha reta, legitimando a intervenção urbana haussmaniana, que se caracterizou pelas grandes aberturas, rasgando a cidade e refazendo o desenho urbano arcaico. (PESAVANETO, 1999. p.93).

Segundo Celia Ferraz de Souza e Dóris Maria Muller na publicação “Porto Alegre e sua evolução urbana” de 2007 o período de industrialização em Porto Alegre se deu conjuntamente com as primeiras propostas em termos de projeto de intervenção urbanas. As autoras se referem ao “Plano de Melhoramentos” (1914) construído por uma “Comissão de Melhoramentos e Embelezamento” encabeçados pelo engenheiro João Moreira Maciel que visava a materialização em forma de projeto urbano do ideal positivista de cidade moderna. Higienização, saneamento, mobilidade urbanas, criação de novas avenidas, eram pontos que caracterizavam a cidade que se queria – bela, saudável e ordenada – que lutava para apagar os indícios do seu passado.

A construção da avenida Borges de Medeiros e do Cais Mauá - como um porto moderno digno de uma nova metrópole - dizem respeito as promessas da modernidade urbana que se anunciava e questionava a amargura dos provincianos amantes de um passado que não cabia mais na cidade. A guerra dos interventores do espaço, agora, não se manifestava apenas nos discursos, mas também nas materialização destas obras que mobilizaram expectativas. Contudo “cabe referir que o embelezamento da capital, tal como era apresentado, ultrapassava, contudo,

o foco da estética e imbricava-se em princípios morais e higiênicos, além de atingir o cerne da questão social” (Pesavento, 1999. Pág. 275).

A metrópole nascente era marcada pela uniformidade. Apoiado em um aparato técnico que pensou circulação, saneamento e habitação a preponderância da linha reta através da abertura de grandes vias que ligassem a cidade ao seu rio caracterizou esse desejo dos primórdios do planejamento urbano em Porto Alegre³⁰. A uniformidade desejada transmitiria um sentido de unidade urbana através da arquitetura visando uma identidade necessária. Esta identidade baseada no progresso e na modernização em Porto Alegre já sofria desde de tão logo uma resistência por parte dos ditos provincianos que viam na cidade positivista idealizada uma ruptura com “hegemonia simbólica do campo” que balizada a identidade do homem guerreiro campeiro. Neste sentido a Porto Alegre como metrópole sonhada teve que vencer uma luta simbólica com a Porto Alegre real notadamente baseada em uma estética urbana cunho ainda rural.

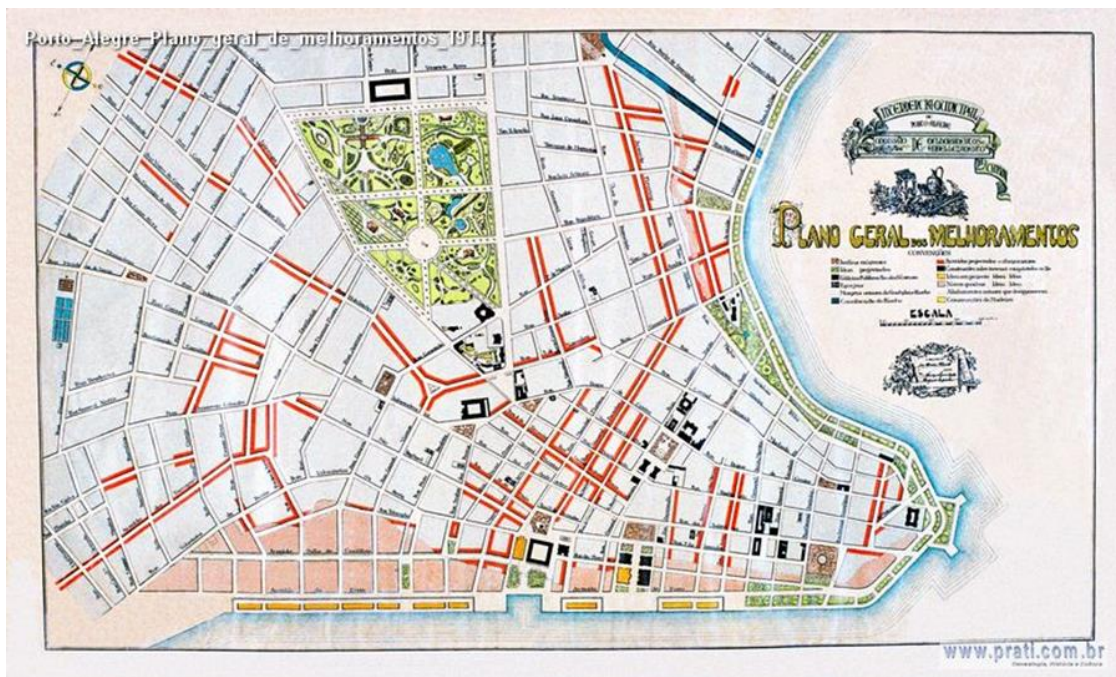


Imagem10 - - Planta -Plano Geral de Melhoramentos ou Plano Moreira Maciel 1914

³⁰ A Porto Alegre sonhada pelos positivistas é a cidade da mudança gradual e segura. O surgimento das fábricas e chaminés no “caminho do meio” que se industrializara e a movimentação de mercadorias, objetos e pessoas no porto que se modernizara fez parte do Plano de Melhoramentos que visou a inovação urbana através da área portuária como uma referências estratégica na construção do tecido urbano e simbólica na constituição de um espaço mito que fez parte das intenções geracionais da cidade.

A modernização do porto ficou nas mãos do estado que tinha a gestão de Borges de Medeiros. Após grandes aterramentos serem instaurados nessa região do centro histórico alguns projetos foram pensados para a orla e mais especificamente para sua parte portuária³¹. Desta forma os primeiros projetos de construção de um porto modernizado foram acompanhados pelo sonho da cidade moderna materializado no Plano de Melhoramentos. Já em 1911, após o processo de aterramento ter avançado, uma nova “proposta para a construção do cais do Porto de Porto Alegre, feita pelo escritório de Rodolfo Ahrons, foi aceita pelo Governo do Estado, iniciou a grande obra do novo porto da cidade com a construção de 140 metros de cais” (Maciel, 1927)³².

O projeto “Porto Alegre, porto de mar” estava articulado a um plano nacional de desenvolvimento de área portuárias pelo Brasil e era um porto no fim de duas linha: a que vinha do mar via Rio Grande e outra, que partindo dos portos fluviais, às margens dos rios formadores do Guaíba que ali encontravam seu terminal. As iniciativas para a reconfiguração da costa foram encabeçadas pelos engenheiros Cândido José de Godoy e João Luiz de Faria Santos tinham como objetivo colocar Porto Alegre nos circuitos das navegações transoceânicas através da construção de um porto moderno e equipado. Segundo os relatórios da diretoria de viação fluvial Farias Santos se manifestava sobre este sonho de modernização.

“Me parece incontestável a utilidade deste empreendimento, de fácil realização e ao alcance dos recursos materiais do Estado. Ele assegurará a supremacia comercial de Porto Alegre, cuja posição topográfica a destina a ser um vasto entreposto de produção de uma grande parte de nosso Estado. Com efeito, situado na confluência dos rios Jacuhy, Cahy, Sinos e Gravatahy, todos navegáveis, (...) Porto Alegre tem e continuará a ter por intermédio deles transporte barato para a região por ele banhada. Esta é extensa e regularmente cultivada. As pequenas embarcações que navegam nestes rios interiores, não podendo sem risco atravessar a Lagoa dos Patos nem competir em frete com os grandes navios que os canais do Guaíba e da lagoa admitem, serão sempre obrigados a descarregar nesta capital”. (Faria Santos, 1904:159)

³¹ “Aterrar as águas do Guaíba para expandir a área urbana” era um dos objetivos do planejar urbano Porto Alegrense da época. Seguindo a descrição do cronista Caldre Fião “A faixa de terra disponível junto ao porto, delimitada pela Rua da Praia, era estreita, mas até então suficiente. Depois da Revolução Farroupilha, o panorama mudou. As companhias de comércio e de navegação se concentraram nos terrenos próximos a Praça da Alfândega, valorizando as propriedades e estimulando as construções. A solução foi avançar a linha de terra e criar uma nova rua, que ligasse a Praça da Harmonia na Ponta do Arsenal, a Praça da Alfândega e o Beco do Leite (Uruguai) e Largo Paraíso (Praça XV)”. <http://lealevalerosa.blogspot.com.br/>

³² João Moreira - Relatório do Projecto de Melhoramentos e orçamentos, Porto Alegre 1914, Oficinas graphicas d’ “A Federação”, 1927.

A ideia de que até o início do século XX, o cais de Porto Alegre era acanhado e ineficiente, centenas de trapiches se alinhavam rio à dentro fomentou os sonhos de transformação para a localidade mas muitos deles esbarraram na burocracia e nos meandros das contradições políticas. É em 1919 que “é construído o Pórtico Central do Cais do Porto em estrutura de ferro francesa emoldurada com vitreaux que servia de entrada principal da Cidade quando da chegada das embarcações chamadas “paquetes” com seus visitantes”. (Pesavento, 1999). No dia 01 de agosto de 1921), em Porto Alegre, é inaugurado o novo Porto da cidade pelo Presidente do Estado Borges de Medeiros, já sob administração pública e “outros 490 metros de cais foram completados com aterros” (Maciel, 1927). Este sonho de porto agora concretizado passaria por muitas motivações e intencionalidades contraditórias para a continuidade do espaço como uma referência na cidade. Novamente Farias Santos comenta sobre a inauguração

“Esses armazéns são do tipo mais aperfeiçoado que se conhece, apresentando a vantagem da substituição das pontes rolantes por talhas patentes, muito cômodas para o deslocamento interno das mercadorias tanto em plano vertical como horizontal. As ossaturas metálicas dos armazéns, bem como as talhas e guindastes que as acompanham são de fabricação do estabelecimento Daudé, de Paris, o mesmo que forneceu os armazéns e guindastes do porto do Rio Grande.” (Faria Santos, 1920)

O conjunto do novo Porto não foi construído de uma só vez, mas em etapas, a partir do primeiro trecho do cais que faz frente para a Praça da Alfândega, este datando de 1911-1913³³. Já o pórtico central e os armazéns A e B são do período entre 1919 e 1922 sendo os demais armazéns construídos entre de 1917 a 1927. O Porto neste contexto teria a importância de “resolver um problema crônico de insalubridade, promiscuidade de atividades e falta de ordenação espacial para a Orla do Guaíba” (Cuty, 2012). É sobre a premissa do “urbanismo higienista” que marca a primeira fase dos projetos urbanos em Porto Alegre que o Porto da cidade

³³ Podemos contextualizar a constituição de um porto em Porto Alegre num “Plano nacional de melhoramentos dos portos da república” que previa a atividade portuária como a principal forma de circulação de mercadorias no Brasil e pretendia destinar verbas aos estados e municípios para realização de melhoramentos em áreas portuárias. A cidade se expandiu para a periferia e ocorreu a formação de nucleações ou centralidades nas adjacências e também dentro da cidade. O atual centro histórico, com seus limites que foram sendo definidos por interesses diversos, era reflexo ligado ao abastecimento, ao comércio e tudo que chegava pelo porto.

se desenvolve enquanto espaço de comércio, sociabilidades e de um cotidiano de trabalho.

No projeto de aberturas de vias no centro da cidade se incluiu uma que cortaria a frente do rio e serviria como acesso da cidade ao seu porto. Para tanto foi necessário o aterramento da área e a rua que viria a constituir foi denominada de Visconde de Mauá que, por sucessivos atos administrativos, foi alterado para Avenida Mauá e deu nome ao porto que fazia margem. Em sua dissertação de mestrado no Programa de Planejamento Urbano na UFRGS (PROPUR/UFRGS) Letícia Coelho faz uma pesquisa através de imagens da época e indica a relação da Praça da Alfândega como espacialidade importante para construção do novo Cais

A Praça da Alfandega era o ponto mais indicado para a localização de plataformas de embarque e desembarque de passageiros assim, as obras do cais iniciaram a partir desse trecho, sendo uma das intervenções a construção do pórtico central do Cais, no prolongamento do eixo central da praça, reforçado visualmente pela implantação de uma ampla avenida. (Coelho, L. 2011. Pj. 219-220).

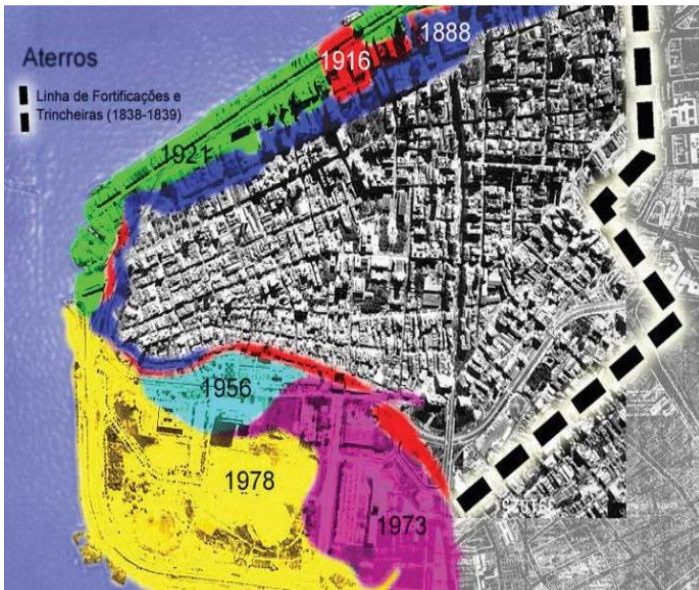


Imagem 18

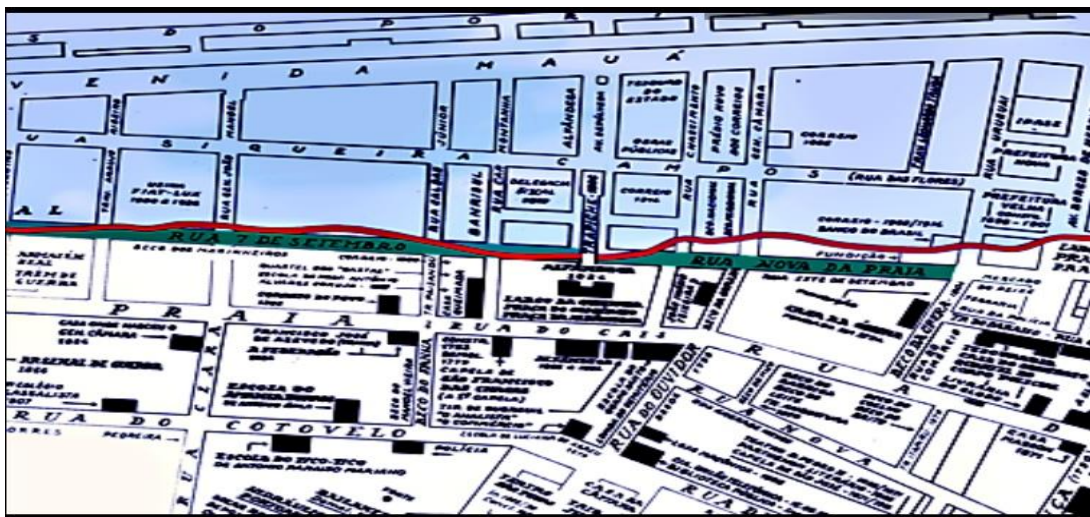


Imagem 19



Imagem 20

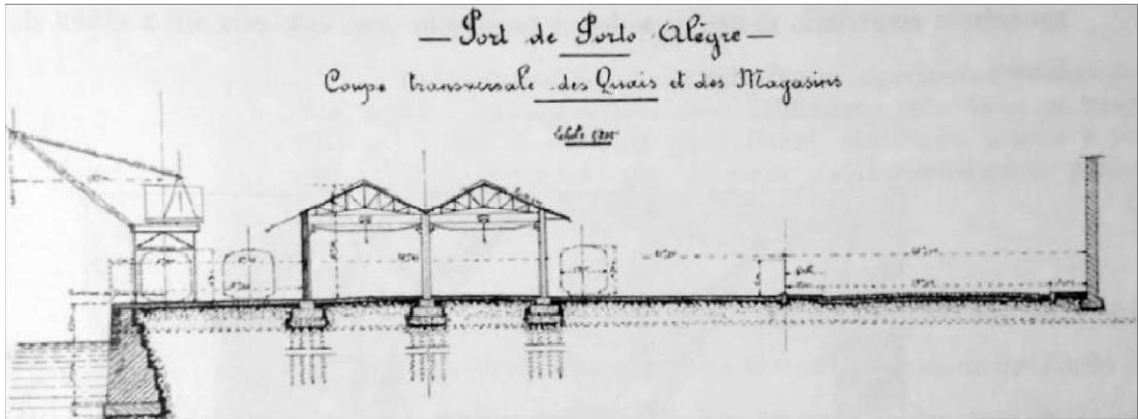


Imagem 21

Os primeiros projetos de criação de um porto na cidade demoraram em sair do papel. A construção de um porto representava o progresso do meio urbano porto alegreense e contextualizava-se numa política nacional que investia na construção de portos pelo Brasil no período da república velha. Nas imagens algumas visualizações dos primeiros projetos para o Cais Mauá e sua inauguração em 1922.



Imagem 22

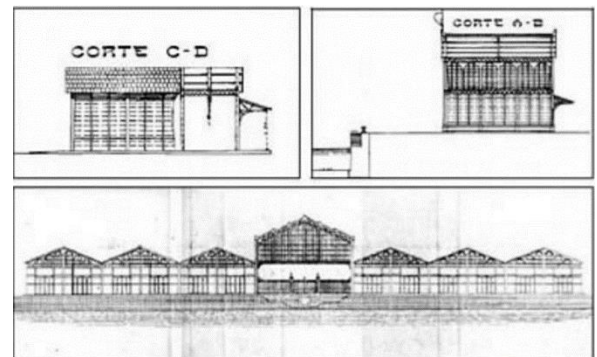


Imagem 23

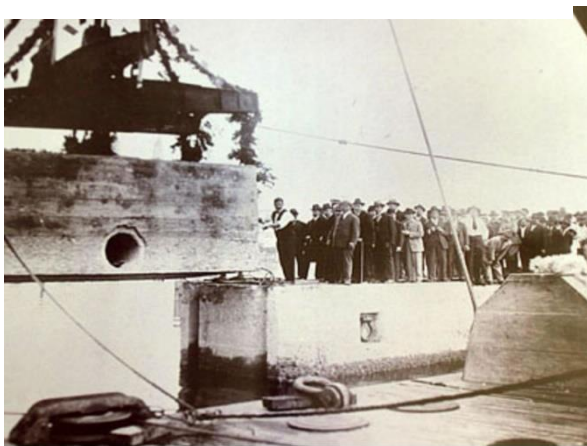


Imagem 24

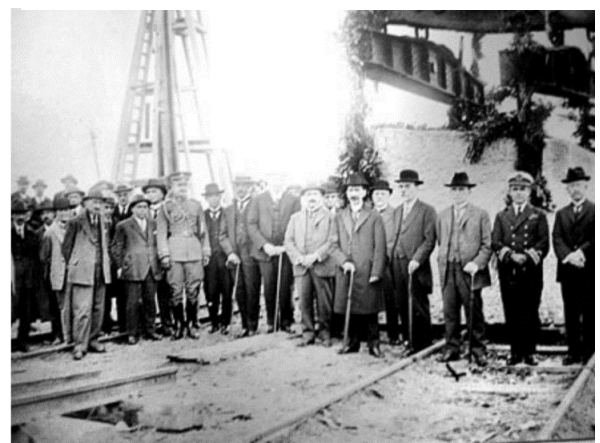


Imagem 25

O cais foi assim sendo construído gradativamente apesar dos movimentos revolucionários provocados por “inimigos das instituições Rio-grandenses”. Pode-se considerar o fato de maior notoriedade foi quando, em 1930, “a navegação de 17 pés alcança o porto da capital”³⁴ o que foi um ato de forte significado, após anos de sonhos, projetos e conquistas do governo. Os modelos já contraditórios do fazer da política urbana sofreram resistências sendo que o período posterior a inauguração dos primeiros armazéns foi marcando por uma acomodação política por parte da população pelo pleno funcionamento do porto, contexto marcado nos escritos do ativistas políticos da época (Pesavento, 1999).

Como um balanço de todos este esforço em modernizar o porto, o secretário de obras João Moreira revela os pontos positivos das atividades exercidas em prol de uma nova Porto Alegre:

O Rio Grande do Sul pode, no entanto, dizer com ufania que, dentro das suas possibilidades normais, tem procurado resolver tão complexos problemas, cautelosamente, e com mão segura; e para confirmar essa asserção, aí está o que tem sido feito na Viação Férrea, o que se tem melhorado na navegação entre Rio Grande e Porto Alegre, o que se tem dispendido na construção do importantíssimo cães desta capital, três serviços que, pelos vultosos capitães neles envolvidos, bem dizem da visão larga e descortino amplo dos governantes do Rio Grande do Sul.³⁵ (MOREIRA, 1930).

Uma nova fase na história do urbanismo em Porto Alegre surgiria com a Metropolização (Souza&Muller, 2007). A extensão de funções ligadas à indústria ao setor terciário e o crescimento da região metropolitana são alguns dos sintomas de que a “a capital gaúcha deveria se comunicar de maneira mais rápida e eficaz com sua região de abrangência” (Cuty, 2012). Foi na gestão de Loureiro da Silva (1928-1937), sucessor de Jose Montaury após vinte e cinco anos, que a cidade foi marcada por grandes obras viárias, grandes desapropriações que em outros momentos teriam sido impossíveis. Ações realizadas através do “ante projeto do plano diretor” que visava ser higiênico, técnico e embelezado assim como o Plano de Melhoramentos, porem com a inclusão de quesitos sociais e econômicos. Com parceria do engenheiro Edvaldo Pereira Paiva - personagem fundamental na

³⁴ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado a Carlos Barboza Gonçalves. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre.

³⁵ MOREIRA, C. (2011) “Porto do Rio, um apelo”. Revista Vitruvius, Minha cidade, nº 134.02, ano 12.

definição de modos de pensar e fazer o planejamento urbano em Porto Alegre – se pensou orientações reguladoras das atividades que processam sobre o espaço ocupado.

O primeiro “Plano de desenvolvimento urbano de Porto Alegre” data de 1959 e se articulava em torno da “Lei de Zoneamento” para solução da desordem na ocupação da cidade, da verticalização do centro histórico para maior aproveitamento do espaço e da flexibilização do regime urbanístico que previu uma “desertificação anunciada” (Cuty, 2012). Isto por que grandes metrópoles tiveram os centros históricos pensados pelos planos diretores nascentes como espaços propícios para o maior aproveitamento do espaço através da verticalização. Sem planejamento necessário as áreas se valorizaram acolhendo uma elite urbana a partir da década de quarenta, porem esta aumento populacional das áreas centrais causou a falta de espaço e dificuldade na mobilidade urbana³⁶.

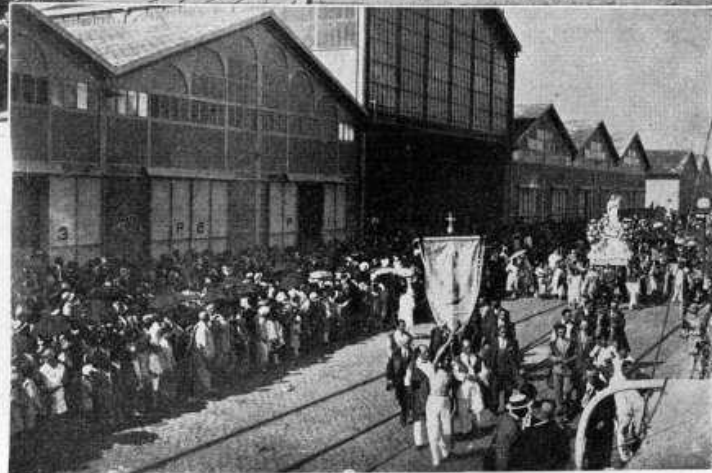
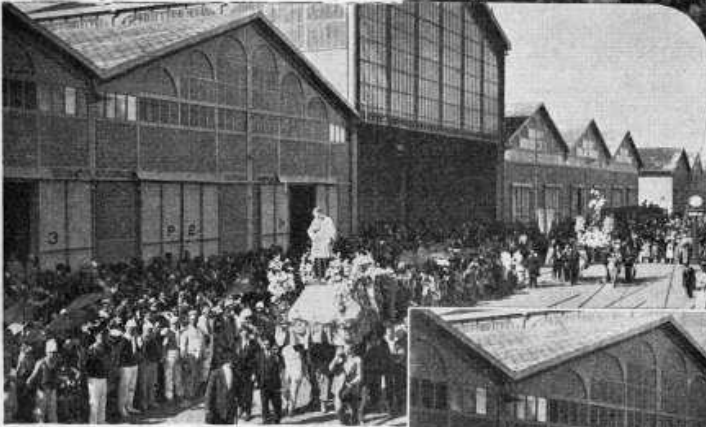
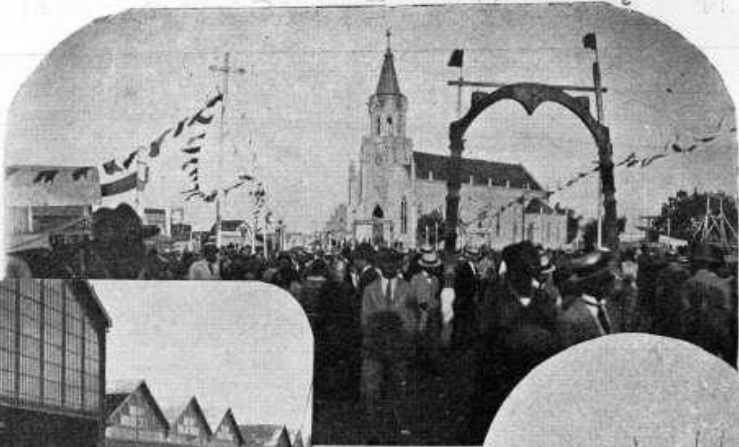


Imagem 26 – A construção da Ponte do Guaíba que ligou Porto Alegre a região metropolitana em 1959 em dia de festa de navegantes. A inauguração desta conexão se liga ao processo de desindustrialização e metropolização de Porto Alegre. Fonte: José Abraham/Acervo de Alfonso Abraham.

³⁶ Tais aspectos influenciaram para um êxodo das classes altas destas especialidades, criação de outros bairros de acolhida, tornando o centro histórico um espaço diurno de serviços e noturno de deserto. Na década de setenta os espaços do centro das grandes cidades passam pelo processo de periferização no qual grandes espaços já marcados pelo trabalho do tempo são ocupados por habitantes que migram das regiões mais pobres da cidade em busca de aluguéis mais baratos e possibilidades de emprego.

..Tiveram grande imponencia os tradicionais festejos com que a cidade glorificou a Padroeira dos Maritimos, N.ª S.ª dos Navegantes.

Foi tal o entusiasmo despertado por essa devoção, que com a do Divino Espirito Santo, é a predilecta dos porto-alegrenses, que o commercio resolveu cerrar as suas portas, o que ha muitos annos, já, se não verificava.



A nossa reportagem photographica mostra alguns aspectos da grande festa religiosa.

Ao alto, uma vista da praça, já regorgitante, antes da chegada da procissão que trasladava a imagem da Santa.

Ao centro — A procissão encaminhando-se para as embarcações e uma vista parcial da procissão fluvial.

Em baixo — A imagem da Santa ao ser conduzida para bordo.



Manhã em Torres. As veranistas se coéfaram para o banho

REVISTA DO GLOBO

Dona Camila está doente. Seu esposo, o Camelo, chora mais as despesas do que a fatalidade. Trata-se duma ferida maligna na lingua. O medico diagnostica.

— E' urgentissimo cortar um pedaço da lingua.

— E . . . quanto custa isso? — pergunta o Camelo, negociante de nascença.

— Tres contos de réis! — responde o Galeno.

— Eu não gosto de regatear . . . demais num caso de doença — affirmou Camelo. Mas, já que tenho que pagar isso tão caro . . . o doutor talvez não veja inconveniente em cortar a lingua toda! . . .

Imagem 27— A festa de Navegantes, característica dos meses de fevereiro em Porto Alegre, fazia do espaço do porto uma das suas referências de realização na cidade. Fonte: Revista do Globo 1929 Ano I No 4



Imagem 28



Imagem 29



Imagem 30



Imagem 31

As figuras acima representam o cotidiano de trabalho no Cais Mauá que viveu seu tempo áureo no período de industrialização da cidade que girou do início do século XX até a década de setenta. Os procedimentos de carga e descarga de mercadorias pelas mãos de homens “estivadores” foram, gradativamente, substituídos por guindastes e outros aportes tecnológicos que se faziam presentes na área portuária.

Já no “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano” (PDDU) de 1979 eram previstas “unidades territoriais” e indicações dos usos da cidade sendo este produzido em pleno período autoritário da ditadura militar. Neste momento políticos outras grandes obras urbanas foram realizadas na cidade³⁷. No que se refere ao já denominado Cais Mauá desde a década de 1920 as enchentes e alagamentos na cidade sempre foram um problema principalmente para a área do centro histórico.

Passados cerca de 20 anos de sua inauguração o Cais Mauá tem todo o projeto executado. O projeto foi concluído em 1937 e as últimas grandes obras seguiram até finais da década de 50, quando foram inaugurados o Cais Navegantes e o Cais Marcílio Dias, passando Porto Alegre a contar com o maior porto fluvial em extensão do país³⁸. Os dias de glória duraram até a década de 1970 e chegou a ocupar o quarto lugar em volume de cargas movimentadas no país. Nos anos posteriores, o porto acabou sucumbindo à falta de políticas públicas que levariam não este espaço, mas às hidrovias gaúchas ao esquecimento. Com a construção polêmica do muro da Mauá, concluído em 1974, por motivos de segurança contra enchentes, se estabeleceu uma faixa de isolamento que coincidiu com o fim dos tempos áureos da industrialização.

Imagem 32 -A enchente de 1936 foi uma das maiores da primeira metade do século XX. A reprodução acima é do Jornal da Manhã, órgão com orientação católica mas com uma interessante e, para a época, dinâmica diagramação. Fonte: Jornal A Manhã de 08 de Outubro de 1936



³⁷ Em 1941 houve a histórica grande enchente na qual centro da cidade ficou debaixo d'água e os barcos se tornaram o principal meio de transporte de Porto Alegre. Na década de 70, depois de outras pequenas enchentes, o governo do estado resolveu tomar providências como a canalização do Arroio Dilúvio, a construção de um sistema de drenagens e, principalmente, a construção do muro da Mauá gerador de muitas contradições políticas até os dias atuais.

³⁸ Em 1940 o porto da capital movimentou 20.123 embarcações a vapor e o total de 1.735.678 toneladas de mercadorias em geral Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.



Imagem 33 - Enchente de 1928 . Acervo SPH



Imagem 34 - Enchente de 2015 Fonte: Jornal Sul 21



Imagem 35 – Enchente de 1941. Fonte: Acervo SPH

As enchentes marcam a história da área Portuária de Porto Alegre. Muitas alternativas foram pensadas até que na década de setenta se construiu um muro em toda a Avenida Mauá que visava dar proteção para a cidade. Acima imagens de 1928, 1941 e 2015.

3.3 Projetar preservando, preservar projetando: o acesso ao patrimônio cultural e ambiental nos planos de desenvolvimento urbano em Porto Alegre.

É neste momento que surgem profissionais vinculados a área do patrimônio que visavam preservar espaços históricos da cidade. Ao pensar as mudanças no tecido urbano em Porto Alegre podemos refletir como as políticas de preservação caminhavam juntas as transformações na cidade (Cuty, 2012). Num período de crescimento das políticas culturais no Brasil os instrumentos de planejamento associados aos mecanismos de preservação podem falar muito sobre os tempos de transição política na cidade. Foi assim que entre as décadas de setenta e oitenta a busca de uma cidade moderna a ser alcançada, a partir da construção de grandes vias e do deslocamento de população do centro histórico da cidade começa a ser aceita pela sociedade porto alegreense em um período de poucas resistências as políticas urbanas desenvolvimentistas.

Esse fato pode ser entendido através de uma nova estratégia dos desenvolvimentistas urbanos de não realizar um discurso de rompimento com o passado, mas de ressemantizá-lo: agora a cidade do futuro não dispensa o “mito das origens” e retifica a referência ao passado. Como aborda Pesavento “a proposta não é nostálgica e negadora da cidade, mas sacralizadora de uma saga evolutiva que vai desde a celebração do passado heroico das batalhas à consagração do novo mito instaurador da modernidade urbana” (Pesavento, 2009. Pág. 280). O debate, ainda utilizado pelos preservacionistas para retratar um passado colonial estava agora alimentado no período de nacionalismo no qual houve uma ascensão das políticas de preservação daquilo que no Brasil era reconhecido como construções históricas importantes para cultura universal.

Se a consciência da necessidade preservação e conservação cresce na cidade é “importante identificar as singularidades da gestão urbana, para enfim, buscar a compreensão da gestão do patrimônio cultural da cidade, tendo em vista que esta última nos leva a reavaliar os próprios conceitos de urbano e cultura, com todas suas implicações interdisciplinares. (Cuty, 2012.Pág. 22). Até que ponto podemos associar o discurso dos novos “técnicos do patrimônio” aos dos antigos provincianos? A visão do passado como algo a ser preservado, como vimos, não é nova. O que surge a partir deste momento de ascensão da temática do patrimônio

como política é a materialização de um conjunto de práticas sobre a premissa de salvaguardar bens que são recodificados a partir de ações de proteção. Assim o campo do patrimônio além de uma importante ferramenta de prática política, é um campo de conhecimento com contextos e contra fluxos de linhagens teóricas predominantes.

O patrimônio cultural enquanto política se encontra em uma dialética em que há, concomitantemente, demandas de preservação e transformação³⁹. Os projetos preservacionistas não podem ofuscar as demandas por transformação, assim como os planos diretores associados a projetos urbanos devem contemplar a necessidade preservação. É sobre a égide deste equilíbrio que as políticas urbanas, já históricas na cidade, se constituíram e se constituem no debate dos produtores do espaço urbano. Neste sentido uma pesquisa etnográfica que vise acompanhar estes processos de contradição contribuiria para uma rica e necessária aproximação de áreas no estudos de património. Como aborda Jeniffer Cuty

A aproximação das ciências humanas nos estudos de planejamento urbano representa um exercício pleno do princípio interdisciplinar desta área que se dedica a estudar a cidade e nos alerta para outras fronteiras epistemológicas. (Cuty, 2012. Pág. 27)

³⁹ Jose Reginaldo Santos Gonçalves (2015) reflete sobre os trânsitos da categoria de “patrimônio” e de como ela pode ser vista de forma distinta em diferentes espaços e tempos. Mas quais as razões desse incontrolável processo de expansão dos patrimônios no mundo contemporâneo? O que o autor chama “obsessão preservacionista” se liga à um discurso de crise, de urgência na salvaguarda, que está presente no campo do patrimônio cultural. Interessante perceber que a partir da década de oitenta a agenda do patrimônio invadiu o campo dos movimentos sociais brasileiros fazendo parte do cotidiano do fazer políticos de grupos de ativismo urbano. Assim a construção de um discurso de crise urbano-industrial está carregada de intenções políticas construídas historicamente tanto num passado pelos provincianos, quanto atualmente pelos técnicos do patrimônio.



Imagem 36 - Pracinhas que integrariam a força da ONU na Guerra da Paz em Gaza embarcam no cais do porto da capital gaúcha em abril de 1959. Fonte: Acervo Correio do Povo.

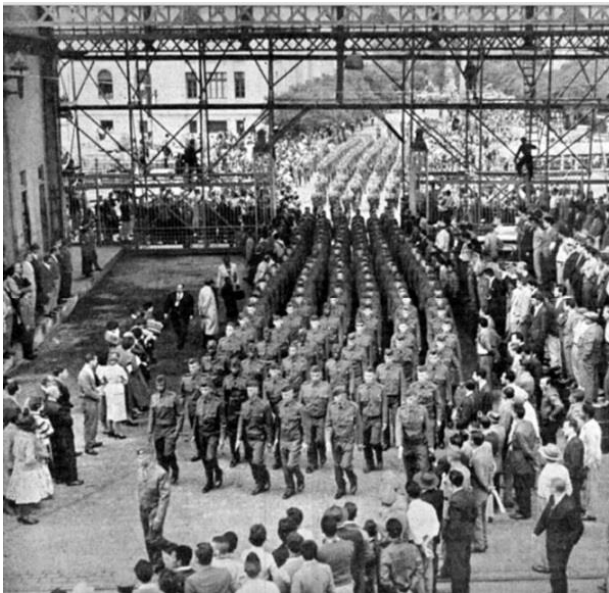


Imagem 37

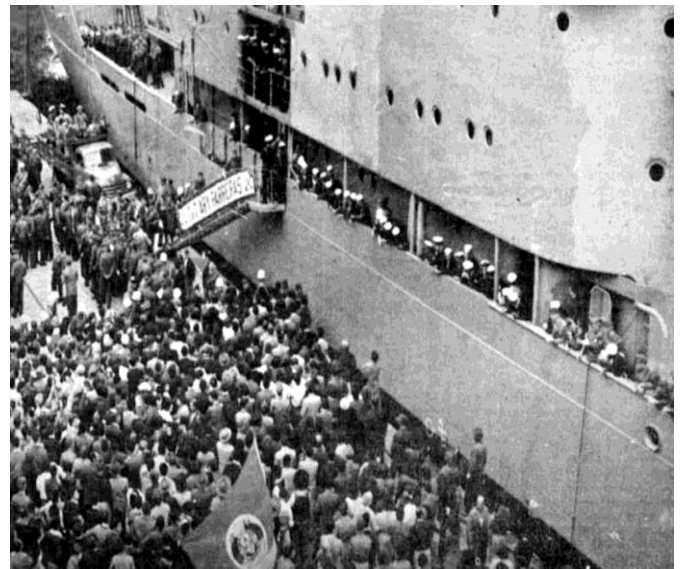


Imagem 38

O Cais Mauá na espacialidade do seu pórtico e dos armazéns adjacentes foi considerado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1983 pelo IPHAN. Os outros armazéns, com exceção do A7, foram também tombados pela intendência do IPHAN no Rio Grande do Sul nos anos seguintes. Os códigos de “preservação” de bens, distintos dos de tombamento, levam em consideração a compreensão dos contextos, de processos e de transformações presentes nas narrativas e nas interações de sujeitos e espaços. Assim “ambientes culturais são os lugares de interação entre sujeitos e objetos e não apenas os espaços que abrigam acervos físicos e patrimônios” (Cuty, 2012).

A qualificação entre estruturação e compartimentalização ajuda a entender esta questão no sentido de diferenciar edificações isoladas e conjuntos paisagísticos. A relação significativa entre espaços e seus entornos complexifica a adoção de políticas patrimoniais no sentido de se perceber as dinâmicas urbanas a serem entendidas pela preservação de conjuntos da cidade, e não só por espacialidades específicas. O caso do Armazém A7⁴⁰ que faz parte do conjunto arquitetônico do Cais Mauá, mas não está patrimonializado, é um bom exemplo dos processos contraditórios que habitam as políticas de transformação urbana e patrimoniais⁴¹.

⁴⁰ O Armazém A7 que compõe a estética do Cais Mauá é um ponto de contradição nas políticas de revitalização da área portuária. O IPHAN não patrimonializou o deixando vulnerável para que qualquer empreendimento na área venha a derrubá-lo. A pauta de manutenção do A7, como veremos no próximo capítulo de análise dos movimentos de ativismo urbano, é a referências para muitas das ações coletivas organizadas pelo movimento.

⁴¹ Durante a escrita deste capítulo o caso “Geddel e Calero” ficou conhecido nacionalmente por abalar o sistema político de nacional. O debate entre estruturação e compartimentalização do patrimônio pode ser observado quando se tentou a construção de um grande prédio em meio ao patrimônio histórico no estado da Bahia, Mais detalhes em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/entenda-polemica-que-levou-queda-de-dois-ministros-de-temer.html>



Imagem 39 -Avenida Mauá na década de setenta antes da construção do muro. Fonte: Blog <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/>



Imagem 40 – Barcos ancorados no Cais Mauá na década de quarenta demonstram o quanto a economia da cidade passava por este espaço. Fonte: Arquivo SPH

Nas décadas de 1950 e 1960, era intenso o movimento no cais do porto da Capital. Além da ação mecânica dos guindastes, a força humana desempenhava papel importante no movimento de carga e descarga de navios e caminhões.

O fotógrafo José Abraham registrou momentos do cotidiano dos trabalhadores no cais. Esta coleção de imagens diz respeito a momentos de sociabilidade nos horários de refeições.

Fonte: Acervo Alfonso Abraham



Imagem 41



Imagem 42



Imagem 43



Imagem 44

Podemos perceber uma complexificação cada vez maior dos sentidos da preservação quando as áreas de interesse cultural se associam com as de interesse ambiental e turístico. Seja enquanto paisagem, seja enquanto referência simbólica de um mito geracional da cidade, o Cais Mauá articula estes interesses sendo sempre alvo de projetos e propostas política como veremos no capítulo quarto. Em áreas históricas a retomada da fisionomia original de espaços que se relacionem com a estética urbana pode ter um foco potencial na questão turística e um conseqüente aquecimento imobiliário em áreas consideradas degradadas e abandonadas. Práticas de consumo cultural do patrimônio histórico e a formação dos espaços públicos se inter cruzam quando abordamos temas centrais que surgem atualmente na análise das cidades brasileiras como a elitização baseada nos processos de gentrificação.

Um dos projetos mais importantes no que diz respeito às políticas patrimoniais em Porto Alegre, assim como outras cidades do país, é o Monumenta. Voltado para a preservação do patrimônio histórico nas cidades brasileiras foi o centro histórico da cidade que teve seu principal foco de ação através de algumas obras como a revitalização da Praça da Alfandega⁴² e do pórtico central do Cais Mauá que foi entregue a cidade em solenidade aberta ao público em 2003. Assim como nos prédios históricos de propriedade do estado este projeto incentiva a preservação em propriedades privadas. Segundo Cuty “o investimento, a reabilitação de edificações e parcelas urbanas e a conseqüente apropriação de camadas médias em prédios tradicionais são características encontradas nas entrelinhas da proposta de e na efetiva implementação do Monumenta, como podemos verificar na análise de reportagens ao longo da história da primeira década de implementação do programa na capital gaúcha”. (Cuty, 2012. Pj 118)

O Cais Mauá como um alvo de políticas, sonhos e projetos de gestores urbanos, desde a paralização das atividades portuárias, faz parte de um conjunto de áreas “mortas” na cidade que precisassem ganhar vida para ser reestabelecida uma

⁴² Conforme uma das responsáveis pela instauração no Projeto Monumenta em Porto Alegre, durante o período de escavações na Praça da Alfândega, foram localizadas as escadarias que dariam acesso ao rio no limite da praça com a Rua Sepúlveda. Estas escadarias funcionam antes do período de aterramento das Avenidas Mauá e Sete de Setembro e faziam parte da paisagem urbana de uma cidade que se modernizava.

relação da cidade com o rio que fora perdida no tempo. Tais intervenções urbanas trazem a tona uma contradição muito interessante para olhar etnográfico entre políticas de planejamento e preservação. Se por um lado há um discurso de vitalidade da área do Cais Mauá através da intervenção na sua forma e nas ocupações de seus espaços, por outro percebemos um certeza de aprendizado com o que ocorrera em outras áreas históricas que passaram pelos processos de gentrificação: toda área enobrecida atingirá um esgotamento de interesse⁴³.

É neste contexto que surge o “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental” (PDDUA) em 1999 que prevê dar conta dos amplos aspectos do desenvolvimento urbano associando cultura, meio ambiente, mercado, mobilidade, zonas territoriais, regulações, sistemas de planejamento, etc. Se o primeiro PDDU foi produzido em um contexto de ditadura militar onde as transformações urbanas eram impostas de forma autoritária, o PDDUA surge em uma conjuntura de redemocratização do país. A democracia participativa, através de experiências características de Porto Alegre como o Orçamento Participativo, é a tônica de produção deste novo documento que prevê um planejamento mais amplo com participação social. As imagens associadas a este momento aparecem no próximo capítulo através de um conjunto de imagens que visa dar conta do núcleo de sentido da participação de grupos de ativismo urbano constituídos em prol de uma transformação distinta as planejadas nos grandes projetos de desenvolvimento urbano para área.

⁴³ Para Rogério Proença Leite (2002) os “Contra usos do espaço público” estão ligados à ocupação dos espaços enobrecidos pela população indesejada quanto há propostas de reabilitação urbana. A formação de socioespacialidades e a construção de um espaço público fragmentado, marcadamente multipolarizado caracterizam estes processos de enobrecimento. O autor reflete sobre a ideia de enobrecimento trazendo como exemplo um bairro histórico da antiga Recife que passou a acolher certas demandas do mercado no plano dos serviços e micro empresas. O deslocamento de populações que moravam na localidade foi uma das consequência deste processo denominado de Gentrificação.



Imagem 45



Imagem 46

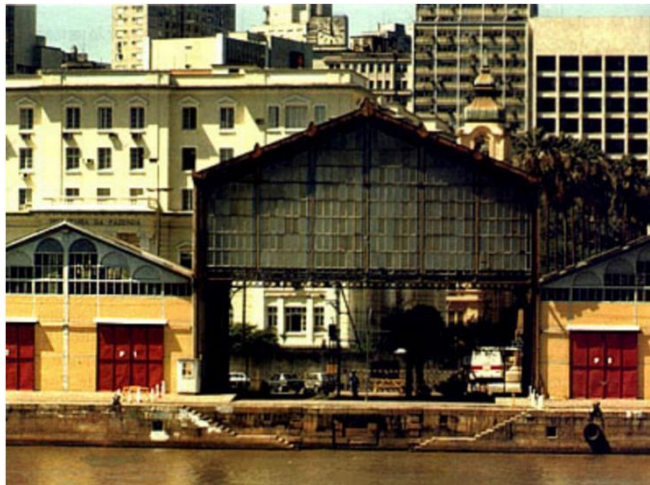


Imagem 47

A área do pórtico principal de acesso ao cais e os armazéns foram considerados patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na década de oitenta. Este momento coincidiu com o início do abandono das atividades portuárias na capital gaúcha e com outras séries de patrimonializações ocorridas do centro histórico de Porto Alegre.

3.4 A decadência das atividades portuárias e os novos sonhos de “revitalização” para o Cais Mauá.

A decadência econômica das áreas portuária e de seus arredores a partir das décadas de oitenta não é uma especificidade da capital gaúcha. O processo de degradação dos portos é um fenômeno global ocorrido a partir da metade do século XX que ocasionou gradativamente a desfuncionalização dos armazéns e docas dos portos⁴⁴. Assim como muitos dos portos localizados próximos das áreas centrais que sofreram a desvalorização do território o Cais Mauá passou por um processo de deterioração urbana ao longo do tempo devido à perda da atividade portuária estando associado a grandes instalações de armazenagem e localizadas próximas ao centro urbano.

Além de um processo global de disfuncionalização de áreas portuárias⁴⁵ associo o foco do investimento do estado no porto de Rio Grande e a globalização das tecnologias para áreas portuárias como elementos centrais no processo de desutilização do Cais Mauá. Na década de oitenta, com a crescente tecnologização de navios de transportes de cargas, o porto de Porto Alegre por sua estrutura física de baixa profundidade já não dava mais conta de receber investimentos que direcionados ao porto de Rio Grande. A criação dos portos de Marcílio Dia e Navegantes na orla fizeram parte das tentativas de manter o transporte aquaviário ativo na cidade.

É neste contexto que surge a primeira proposta prática para utilização da área portuária de Porto Alegre após praticamente uma década sem movimentações comerciais significativas. Em 1991 o governo do estado sobre a

⁴⁴ O projeto pioneiro de revitalização portuária ocorreu no porto Inner Harbour, na cidade de Baltimore, Estados Unidos, realizado em 1966. O projeto obteve êxito em revitalizar o território, tais como, produzindo novas atividades de comércio, serviços e escritórios. (Vleira, Otávio Augusto Diniz. 2011)

⁴⁵ Diversas cidades implementaram em suas áreas centrais intervenções pós-fordistas buscando requalificação urbana através de recentralização econômica. Nas cidades portuárias essas políticas espaciais do estado pretendem transformar os portos em um pólo multifuncional e integrá-lo à dinâmica do núcleo central. Podemos perceber isso no trabalho “A utopia da pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca” (2011) tese de doutorado de Roberta Sampaio Guimarães que busca refletir sobre a inter-relação da requalificação com a formação de cidades-espetáculo, metrópoles com uma nova estética afirmadas pelo complexo cultural e turístico.

gestão de Alceu Colares lança o projeto “Caminho do Porto” que visava à utilização do espaço como terminal turístico, acesso a restaurantes, museus, centro de educação de jovens e adultos, etc. É clara a influência de modelos americanos e europeus de revitalizações de portos que localizavam em bairros históricos. A globalização da informação e dos meios de produção transformou o papel dos portos relacionando tais como pontos de renovação da cidade. Assim a área do Cais Mauá começa a ser utilizada por eventos organizados pela prefeitura como a Feira do Livro. É também por esta época que a prefeitura e governo do estado assinam protocolo prevendo a transferência de linhas de ônibus do centro histórico para a área do porto, mas o projeto não é levado adiante, assim como o projeto sonhado pelo governo estadual.

Outro projeto importante na década de 90 foi “Porto dos Casais” no qual o governo do estado, agora gerido por Antônio Britto, sonha em transformar a área em centros gastronômicos e culturais. Assim anuncia-se o plano de revitalizar uma área formada pelo pórtico central e por dois conjuntos de armazéns. O projeto Porto dos Casais vence um concurso promovido pelo governo para escolher uma destinação para a área no inclui uma casa noturna, centro de compras, marina, dois hotéis, um prédio comercial de alta tecnologia, restaurantes, teatro, uma sede para a Ospa e a substituição do Muro da Mauá por blocos móveis. Apesar da boa repercussão do projeto, o mesmo continuou engavetado durante mais alguns anos. Seus custos de implantação e as discordâncias políticas entre governos estaduais e municipais não levaram o assunto à frente. O arquiteto responsável pelo projeto chegou a receber o título de arquiteto do ano:

"Depois de conquistar a premiação do governo do Estado do Rio Grande do Sul no concurso "Porto dos Casais", o ítalo-gaúcho Alberto Adomilli recebeu o título de "Arquiteto do Ano" conferido pelo Sindicato dos Arquitetos-RS. O título, em sua primeira edição, considera o conjunto da obra, a atuação e comportamento ético-profissional dos indicados. Sua recente participação no concurso "Porto dos Casais" foi considerada irretocável pelos técnicos presentes à audiência pública, onde demonstrou extremo conhecimento das técnicas, materiais e custos envolvidos em sua proposta. No total, a área construída do projeto atinge 149 mil m2." (<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/71/imprime24021.asp>)

Com administração dos Partido dos Trabalhadores e gestão de Olívio Dutra em 2000 um novo projeto foi lançado por parte do governo do Estado. Tratava-se da proposta de um “Complexo Industrial de Cinema e Arte” no qual

estavam previstas cinematecas, centro técnico e audiovisual e estúdios de cinema. A iniciativa novamente não teve sucesso pois o que se buscava era a revitalização total da área proposta pelo projeto anterior. O governador gaúcho então, em 2003, cria a comissão para reavaliar o Porto dos Casais, afinal o projeto já havia sido elaborado há mais de 5 anos. Esta comissão decide reaproveitar o projeto, recomendando apenas a manutenção do Muro da Mauá. E em 2004, um plano de recuperação é relançado, mas novamente as divergências entre Estado e Prefeitura, trancam o processo.

A “Revitalização do Cais Mauá” enquanto denominação de projeto foi proposta em 2004 após inúmeras tentativas de consenso político para as transformações na área. Um grupo técnico com integrantes da prefeitura e do Estado prevê espaços comerciais, culturais e empresariais no local e prédios residenciais são incluídos na proposta. Este projeto foi o princípio do projeto atual vencedor do processo licitatório de 2010 e a divisão em divisão em três setores do cais é desta época. Porém após mais de 10 anos de sua elaboração, o projeto Porto dos Casais é descartado em definitivo. Novos estudos começam a ser feitos para a área, o que inclui um novo plano diretor a ser definido em conjunto com a iniciativa privada, através de licitação específica.

Durante esta consulta pública para a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, grupos sociais propõem a queda do muro da Mauá. Aqui notamos, como desde o início do processo de construção de planos diretores para cidade, a relação conflituosa entre o planejamento urbano da cidade e seu porto. Então é convocada pelo governo do estado, tendo Yeda Crusius como governadora, outra licitação que comece do zero e inclua a iniciativa privada a participar da elaboração de modelagem do edital de Revitalização do Cais Mauá. É publicada em vários jornais nacionais e internacionais "Solicitação de Manifestação de Interesse", para que empresas apresentassem projetos à análise da comissão técnica composta para esse fim. Em 2008, é realizada a licitação para a exploração da área do Porto, pelo período de 25 anos.

Juarez Fonseca

ZH, 20/06/1987

Chegou a hora de nos devolverem o Guaíba

O projeto "Praia do Guaíba" é revolucionário; uma luz no fim do muro

As águas sempre em movimento, em direção a Porto Alegre, dizem que se não chegam mais limpas, então devemos agir. Há anos o Guaíba, assim como os outros corpos de água do mundo, não têm um futuro em Amsterdam, cuja beleza depende vitalmente da água, mas sim em Porto Alegre — não que as águas amsterdôicas, quase idênticas às de Porto Alegre, já não sejam de fato maravilhosas e desejáveis. Mas o Guaíba, no pouco a pouco afortunado, não está chegando ao ponto em que hoje está: para sermos o rio, precisamos nos libertar de um dos estímulos. Para de fato entrar na cidade, não nos deixemos de fora. Há de mesmo hábito em que os guaiabos, os rios e os portos têm estado a chamar. Porto Alegre vive em um estado de tensão com o Guaíba, através da construção do vertedouro sobre a Axa e da construção de uma linha ferroviária, que hoje serve de alívio para a cidade e para os moradores. Há, em suma, de uma maneira exclusiva que existe no Guaíba e no rio de São Paulo e no rio de Janeiro.

Há um rio verde azul, que vive o prazer de estar no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo. Há um rio verde azul, que vive o prazer de estar no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo. Há um rio verde azul, que vive o prazer de estar no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo.

Agora vamos já se levanta, cerca de quinze anos atrás, esta cidade para o rio de São Paulo, de orientação de rio que vai de Guaíba até o Guaíba. Vou me preocupar com a construção, que se realizaram em meio de uma "pessoa" em Porto Alegre, não sou eu, pois já ultrapassou o ponto de interseção com a linha do tradicionalismo no conceito urbano. Agora é a hora de nós, de nos dar conta de que não podemos mais viver no rio de São Paulo.



Trabalhando com água para devolver o Guaíba ao rio de São Paulo

Há um rio verde azul, que vive o prazer de estar no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo. Há um rio verde azul, que vive o prazer de estar no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo.

Para isso, precisamos de uma "Capacidade por água azul", e isso é feito com a construção de uma linha de água azul, que vive no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo.

Na construção do projeto, o partir do projeto do arquiteto Jorge de Sá, há

o projeto de se a construção privada, que se não mantêm no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo.

Deve-se pensar, antes de tudo, não se trata de um projeto revolucionário. Há de ser aprovado. Porto Alegre não será mais a mesma. Há de ser feita uma cidade mais bonita, mais verde e mais azul. O projeto é uma luz no fim do muro. Isso é feito com a construção de uma linha de água azul, que vive no meio do rio de São Paulo e de São Paulo, vive o prazer de ver o rio de São Paulo, que vive no meio do rio de São Paulo.

Imagem 48 – Reportagem do Jornal Zero Hora do dia 20 de Junho de 1987 que já abordava não só cais, mas a orla como um todo contextualizada como alvo de políticas urbanas.

Dito e Feito

Tudo o que você precisa saber e partidos democráticos têm obrigação de informar

Maio/1998 - Esta revista foi paga pela PMDB, PPB, PSDB, PTB, PFL, PL.

Como o Governo do Estado trabalha para melhorar a vida dos porto-alegrenses e preparar a capital para o futuro

Projeto Porto dos Casais

Porto Alegre

EMPREGO O que o governo fez para gerar 1.000 novos empregos por ano só na capital	TRANSPORTE Linha Rápida: bilhete único e trânsito mais humano na capital	EDUCAÇÃO Matrícula sem fila, eleições para diretores, aumento no salário médio dos professores	TELEFONIA Mais telefones em três anos do que em 33 anos de governos anteriores	MEIO AMBIENTE Pró-Guaíba, o projeto que vai limpar o rio mais querido dos gaúchos
---------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

E MAIS Saúde: Criança em primeiro lugar; o programa que atende a pessoa onde ela estiver. Os projetos sociais. O maior complexo cultural e de negócios do país.

Imagem 49 - Divulgação do projeto "Porto dos Casais"

O projeto “Porto dos Casais” articulado pelo governador Antônio Britto (PMDB) entre os anos de 1995 e 1999 previu a construção de shoppings e hotéis na região da orla porto alegreense. Sendo um projeto de grande impacto ambiental e urbanístico o projeto não conseguiu na parceria público-privada investidores e conseqüentemente foi engavetado no início de 2000. Chama atenção o modelo do mega empreendimento que se baseava em cidades que tiveram suas áreas portuárias revitalizadas como Barcelona.



São Paulo, sábado, 15 de julho de 2000 **FOLHA DE S.PAULO ilustrada**

Envie esta notícia por e-mail para assinantes da UOL ou da Folha



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PANORÂMICA

CINEMA

Porto Alegre terá salas de projeção em cais

Porto Alegre terá, provavelmente no ano que vem, um cais do porto cinematográfico. O governo gaúcho assinou um protocolo para a construção do Complexo Industrial Cais do Cinema, no qual haverá, além de produção, salas para projeção e oficinas, espalhadas em quatro armazéns. O complexo cinematográfico contará com estúdios de captação de som e imagem, centro técnico audiovisual (incluindo laboratório de cinema e equipamentos digitais de última geração), oficinas e cursos que serão mantidos em parceria com a PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), além de outras entidades com quem o governador gaúcho, Olívio Dutra (PT), iniciou negociações. Apenas no laboratório, serão investidos R\$ 5 milhões.

A Cinemateca do Rio Grande do Sul também terá um conjunto de salas para projeção cujo número ainda não está definido.

O anúncio e a assinatura do protocolo ocorreram na sede do governo gaúcho. "Com isso, o Rio Grande do Sul contará com



Imagem 50 – Reportagem do Jornal Folha de São Paulo em 15 de Junho de 2000.



Mesmo sendo uma área de concessão do estado as gestões petistas na prefeitura tentaram emplacar ideias diferentes para o Cais Mauá: Olívio Dutra (1989-1992) pensou em instalar um restaurante popular e uma escola de alfabetização de jovens e adultos no Cais Mauá, que também poderia receber shows e apresentações teatrais. Dez anos mais tarde, já governador, Olívio quis desenvolver no local um complexo cinematográfico, que tampouco foi adiante. Em sua gestão municipal (1997-2000), Raul Pont chegou a formalizar no Ministério dos Transportes um pedido para que a gestão do porto passasse a ser municipal – a intenção era revigorar a atividade portuária e estimular a navegação. “Trouxemos especialistas de Barcelona e fizemos um plano diretor para a área, mas não houve interesse do mercado” (Fonte: Jornal Já

14/03/2016)



Imagem 51 – Cais Mauá sendo utilizado no evento “Feira do Livro” em 2010. Fonte: Feira do Livro e Guindastes ©2010 Roni Stundner.:



Imagem 52 – Foto de divulgação do Cais em 2010. Fonte: Agência Preview/ Jeferson Bernardes



Imagem 53 - Complexo Cais Mauá tem mais de 3,2 quilômetros de extensão em 2015. Foto: Carolina Heinen – Convênio CMB/Uniritter

Capítulo 4

“O meu cais é de todos”: inserção etnográfica, contestação e engajamento em coletivos de ativismo na cidade.

Narrativas visuais da ação política.

Neste capítulo abordo minha inserção no trabalho de campo juntos aos coletivos de ativismo urbano. Primeiramente trago algumas vozes de ativistas que se mobilizam a favor de uma revitalização diferenciada para o Cais Mauá. Logo após reflito sobre o tema de uma relação perdida entre os habitantes da cidade e o rio e contextualizo a formação dos movimentos⁴⁶. A criação de novos coletivos foi aumentando gradativamente no processo de inserção etnográfica, sendo que me dispus a dar conta de estar em contato com o maior número de grupos possíveis. Como já refletido é na etnografia em eventos públicos que baseio-me, sendo que a participação consentida na produção destes eventos sempre foi ideal a ser alcançado.

As imagens trazidas neste capítulo dialogam com o processo de inserção em campo junto aos ativistas que se engajam em prol do patrimônio do cais do porto. Reflito sobre as narrativas destes sujeitos envolvidos nos coletivos e acompanham politicamente os processos de transformação urbana, tendo pelo Cais Mauá um espaço significativo para suas mobilizações. Podemos pensar que o projeto de revitalização do Cais Mauá se insere dentro de uma política mais ampla na qual os impactos urbanísticos oriundos das políticas públicas urbanas geram conflitos ambientais e territoriais.⁴⁷

⁴⁶ Ana Paula Soares Marcante, em sua tese “O território mito da orla: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre” (2014), traz a ideia de que há mudanças no cotidiano das populações que vivem em regiões próximas as margens do rio a serem acompanhadas pela pesquisa etnográfica. Como políticas urbanas são planejadas e implementadas? Como se dá a transformação da cidade através de políticas urbanas e qual as consequências de tais para a memória vinculada ao território da orla da cidade? Em época em que o ambiente entorno do rio é transformado por políticas públicas de interesse econômico a autora pensa conflitos ambientais em contextos urbanos.

⁴⁷ Uma etnografia destes conflitos através do acesso consentido aos movimentos que realizam oposição a estes grandes projetos é o que contextualiza este trabalho dentro da Antropologia Urbana associado aos estudos de memória e imagem.

A transformação do Cais Mauá sempre esteve presente como pauta no jogo político da capital gaúcha⁴⁸. O entendimento que o cais do porto faz parte das ações geracionais da cidade, dos movimentos simbólicos de seu surgimento enquanto vila, cidade e metrópole, nos leva a pensar não só em um traçado histórico do porto enquanto espaço físico, mas também como espaço fantástico catalizador de um cotidiano de lutas que diz muito sobre Porto Alegre. Também trago algumas imagens ações políticas não diretamente vinculadas ao Cais Mauá, mas a outros momentos e espaços da cidade. Estas imagens demonstram um histórico de mobilizações na cidade e apontam para uma narrativa visual sobre engajamento político.

4.1 Os atores: preservacionistas, ambientalistas e comunicadores.

Neste espaço reflito sobre a trajetória das pessoas que se mobilizam e se inserem em coletivos em prol deste espaço da cidade. Como surgiram estes movimentos? O que mobiliza estes ativistas? Relato as experiências de vivenciar a construção dos movimentos de resistência e crítica a reforma do Cais Mauá me utilizando da etnografia de eventos e, quando possível, no acompanhamento da produção destes momentos para construir uma narrativa etnográfica.

Uma participante destacada nos movimentos que envolvem o patrimônio histórico é Jacqueline. Através dela ocorreu minha aproximação ao movimento “Cais Mauá de Todos”. Nosso primeiro contato ocorreu num evento aberto ao público realizado na Praça Brigadeiro Sampaio próxima ao Gasômetro. Em um encontro posterior, Jacqueline relatou-me sobre o seu envolvimento com um grupo de Direito Urbanístico na Faculdade de Direito, onde havia estudado. Nesta época, o foco destes grupos eram as ilegalidades na venda de espaços que continham valor como patrimônio público e cultural em um bairro da Zona Sul. Segundo Jacqueline

⁴⁸ O Cais Mauá compõe uma orla de cerca de 70 km. Ele tem sido motivo de muitos projetos de revitalizações, formulados pelo poder público e diversos atores sociais com o objetivo de restabelecer “relação entre a cidade e o rio”. Estes projetos, na busca de uma nova relação entre os habitantes da cidade e as águas do Guaíba, tem sido objeto de diversas pesquisas nas áreas de urbanismo, biologia, geografia, sociologia e da antropologia urbana associada à memória coletiva.

A luta pela proteção do patrimônio cultural é uma meta e o envolvimento com a cultura, de um modo em geral, tem sido a tônica da minha atuação. Antes de me engajar na luta pela proteção do Cais Mauá, já vinha participando do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), auxiliando, inclusive juridicamente, os conselheiros de a Região de Planejamento 6. Eram tentativas de sustar a construção de empreendimentos que iriam, de alguma forma, alterar as características da Zona Sul. Tenho que confessar que poucas foram às vezes que conseguimos algum ganho significativo.

A ativista criou em parceria com outros colegas o blog "Chega de Demolir Porto Alegre" que, posteriormente, deu nome a um coletivo. Neste sentido a questão do patrimônio é articulada por Jacqueline dentro do coletivo Cais Mauá de Todos. É através de algumas conversas que tivemos que tive a curiosidade de realizar uma pesquisa histórica sobre o Cais Mauá. Foi o contato com os temas do patrimônio histórico, obtido através de uma experiência de campo, que fomentou um interesse na investigação da memória da área portuária da cidade. A partir do ano de 2008, quando o projeto de revitalização da área do porto "saiu dos papéis", que Jacqueline em contato com outros sujeitos atuantes por causas urbanas começaram a se mobilizar enquanto coletivos que tinha, como pauta a área portuária.

Outra ativista importante que dialogo é Vanessa, profissional com formação publicitária e comprometida com as causas ambientais na cidade, é inspirada pelo trabalho desenvolvido por Jose Lutzenberger.⁴⁹ O seu desenvolvimento ambientalista foi influenciado por ONGs como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) fundada em 1971. O ambientalismo, enquanto forma de ativismo urbano, foi o que inspirou Vanessa a participar dos debates sobre a revitalização do Cais Mauá.

A questão do Cais estava meio parada, na mídia e tudo, já no caso do Pontal do Estaleiro a gente viu que começou a repercutir as notícias do Cais, e lá no IAB tinha essas palestras sobre o Cais. Como nenhuma ONG queria pegar essa questão e então formamos esse grupo do Cais Mauá. Quando derrubaram aquelas 18 árvores, era quase Carnaval e a cidade estava quase vazia. Aí tinha um colega, o César, e encontrou o Felipe em cima de uma árvore, e aí mais dois subiram. E eles já tinham cortado quase todas. Aí o Cesar foi até a Câmara do Município, chamou a Melchiona, o

⁴⁹ Jose Lutzenberger foi um importante ambientalista brasileiro nascido em Porto Alegre conseguindo, através de suas reivindicações coletivas importantes conquistas em uma época em que o ambientalismo ainda era coisa desconhecida pela maioria. Foi um dos fundadores da AGAPAN que fez e faz uma oposição a grandes projetos imobiliários que não respeitam o ambiente natural no estado e na capital gaúcha.

Sgarbossa, a Sofia Cavedon para barrarem isso. Era uma obra da Copa. Estragaram toda aquela parte da Orla, os carros agora passam muito mais rápido. Também começou o movimento pela tarifa do ônibus, e todos os movimentos se juntaram e começou os movimentos de junho de 2013. Era o transporte e as árvores.

Vanessa é a representante mais ligadas as causas ambientais que compõe o coletivo Cais Mauá de Todos. Em praticamente todos eventos que participei a encontrei e sempre foi uma ótima interlocutora. Me passou informações importantes quanto o andamento do grupo. Convidou-me para eventos que não sabia que aconteceriam. Apresentou-me para outros ativistas envolvidos no coletivo. Certo dia me perguntou “onde entra a questão política no teu trabalho?”. Desde então percebi o quanto era importante para os atores e para os grupos que estava em contato a minha posição frente ao processo de revitalização que estava acontecendo. Em pesquisa com ativismo urbano dei-me conta de uma premissa etnográfica básica de que não há consentimento sem alinhamento.

Na esteira do debate sobre a influência dos meios de comunicação nas mobilizações em defesa de espaços públicos que conheci outra ativista: Katia. Como comunicadora esteve atenta aos debates relativos às transformações em Porto Alegre, mas sua ação como militante das causas da cidade ocorreu “a partir da retirada das árvores na frente da Usina, onde foi montado um acampamento”. A partir de então, criou o programa “Cidade Elétrica” na “Rádio Elétrica”⁵⁰, rádio virtual criada a partir “da vontade, quase necessidade, de pensar o mundo, de dialogar.”. Além de música, a programação apresenta debates sobre questões ligadas à sustentabilidade, consumo, comportamento, leis, política, ativismo, urbanismo.

Conforme a radialista o processo de amadurecimento e conscientização que leva sujeitos a se mobilizarem por causas urbanas é variável e o dela tem muito a ver com a questão da comunicação. Reflete que esse trabalho, que alguns consideram romântico, “é um trabalho movido a idealismo, a ideia de que se pode construir um mundo melhor”. Sobre a questão da proposta de revitalização do Cais Mauá discorre que

⁵⁰ A rádio elétrica é uma rádio web que funciona através do link <http://www.radioeletrica.com/>

Acho que as pessoas de um modo geral estão de saco cheio dessa conversa que não se resolve nunca. Ouço muito a frase: qualquer coisa é melhor do que nada. Porque as pessoas querem usar o ambiente da orla, querem estar ali. E a lentidão do processo é exasperante e ninguém aguenta mais. Eu também quero usar a orla, eu também quero aquele espaço devolvido à cidade. Mas shopping ali? Torres, estacionamentos? Isto é muito atrasado. Concordo muito com o Jorge Furtado que escreveu: “Para começar, 4000 mil carros estacionados no melhor lugar da cidade parece um erro grave, e um erro grave de concreto e com vários andares, difícil de ser corrigido. Veja aquele murinho de nada, um erro de concreto desde 1970, como é difícil tirá-lo de lá. (Entrevista apresentada no site “Culturíssima” em setembro de 2015)

Foi através do contato com Katia que preocupei-me em estar atento as programações de debates, sejam em espaços da cidade ou nos meios de comunicação, sobre o Cais Mauá. Desde então comecei a ouvir seu programa na Rádio Elétrica assiduamente. Por meio dele que conheci e entrei em contato com alguns urbanistas que participavam dos debates sobre as mudanças urbanas que estão acontecendo em Porto Alegre⁵¹. O acompanhamento cotidiano desta programação fez-me tornar a escuta sobre as contradições de projetos urbanísticos proposta para cidade uma instigante rotina.

A restituição desta pesquisa também passou pelas contato com Katia. Após comentar com ela que estava montando uma coleções de imagens históricas sobre o Cais Mauá, pediu-me para que enviasse as imagens para o e-mail do coletivo. Então cerca de 100 imagens foram enviadas ao coletivo Cais Mauá de Todos que esperava utilizá-las em algum evento na construção de um memorial. Nesse momento da pesquisa senti uma maior confiança no prosseguimento do trabalho de campo. Posso dizer que o consentimento e a restituição, como elementos essenciais no trabalho de etnográfico, passaram pela pesquisa, acervo e disponibilização de imagens históricas sobre o Cais Mauá.

⁵¹ O Cais Mauá, o Pontal do Estaleiro e a orla da cidade de Porto Alegre têm sido considerados espaços propícios para receber grandes projetos urbanísticos. Eles tem sido apresentados, pelas empresas proponentes, como espaços favoráveis para a requalificação urbana e a melhoria da cidade. Os projetos que privilegiam o consumo são o padrão ideal dos gestores urbanos para a transformação urbana e a regulação do espaço, alterando a estética da orla da cidade. A narrativa comum entre os atores empresariais, pois, está centrada nos negócios e não na necessidade de “resgate de uma relação perdida com o rio”. Tal não é a concepção dos grupos de ativistas urbanos, que de imediato deram início a movimentos contrários a esses projetos, centrados em interesses comerciais.

4.2 Os movimentos: acompanhamento etnográfico e produção de mobilizações.

A realização de uma pesquisa que vise uma aproximação e acompanhamento destes processos políticos através dos movimentos não está dissociada da desconfiança e do cuidado por parte dos ativistas. A questão do consentimento, desde o início de inserção em campo em Abril de 2015, sempre teve um papel importante na construção de uma relação com os sujeitos que objetivei pesquisar. Para mim foi necessário pensar primeiramente os eventos públicos onde procurei contatar as principais referências de organização dos eventos que se dispusessem a dialogar. Depois de atingido esse primeiro objetivo, no qual me apresentava como pesquisador de mestrado, objetivei marcar entrevistas e acessar grupos na internet nos quais os ativistas pudessem me conhecer e este conhecimento gerar confiança para o desenvolvimento da pesquisa. Por mais que haja um discurso do que “se é pra somar é bem-vindo” surgem algumas dificuldades no que diz respeito ao acesso à núcleos centrais de debates que funcionam em grupos das plataformas do Facebook e do WhatsApp.

O surgimento de muitos destes coletivos tiveram como elemento disparador as Manifestações de 2013, que invadiram as ruas do Brasil e de Porto Alegre⁵². Neste contexto de efervescência política que se articularam e assumiram-se como movimentos os coletivos “Cais Mauá de Todos” e “#OcupaCaisMauá”. A atuação dos movimentos através de uma mídia alternativa levou ao surgimento de outros movimentos no Estado. A “Frente Parlamentar a favor do Cais Mauá”, o “Manifesto UFRGS a favor do Cais Mauá” e a “Rede Minha Porto Alegre” são alguns exemplos desses coletivos, com os quais também obtive contato.

⁵² No ano de 2013 teve início um processo de politização da sociedade porto-alegrense. E eventos memoráveis, como a derrubada de árvores na região da orla e o aumento do preço da passagem de ônibus, associaram-se e fomentaram a ações coletivas de novos grupos de ativismo urbano.



Concentração de grevistas na Rua da Praia
por oc

Imagem 54

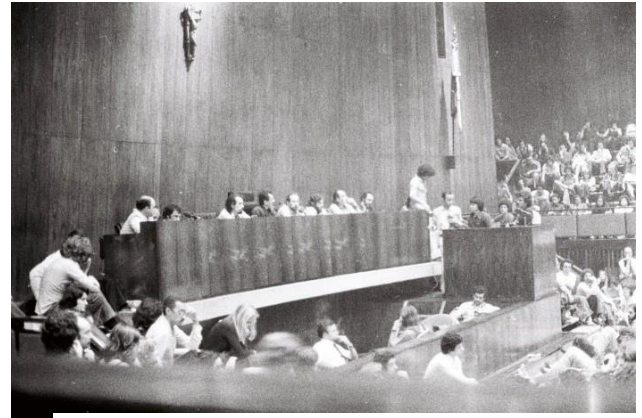


Imagem 55



Imagem 56

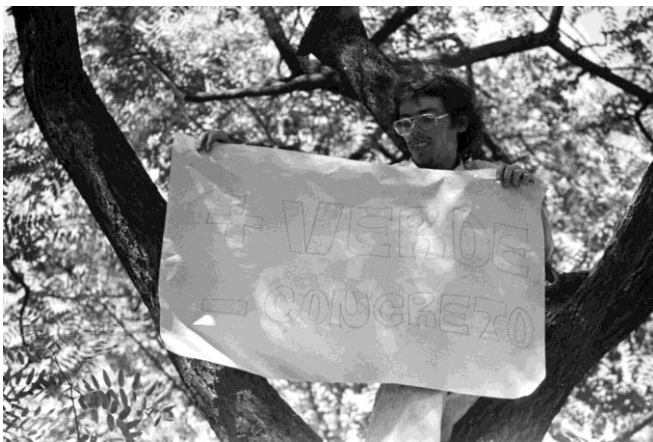


Imagem 57

Um pouco do histórico do ativismo urbano em Porto Alegre é representado nas imagens ao lado. Na figura 54 uma greve geral em 1917 na Rua Voluntários da Pátria próximo a Praça da Alfândega. Na figura 55 um evento em repúdio à ditadura militar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1975. Já na figura 56 universitários protestam contra o projeto Pontal do Estaleiro na Feira do Livro em 2008. E na figura 57 o ambientalista Carlos Alberto Dayrell, ativista da AGAPAN, evita o corte de uma árvore ao subir nela em 1975.

O primeiro evento do qual me propus a realizar um trabalho de caráter etnográfico foi a "Assembleia Popular em prol do Cais Mauá", realizado no início de Abril de 2015⁵³. Muitas notícias que eram veiculadas pela mídia, em jornais e redes sociais, informando o avanço do processo licitatório, que ocorrera no final do ano de 2010. Este evento foi previsto em forma de contraposição a "Assembleia Pública" chamada pelo consórcio que vira a acontecer em um espaço elitizado da cidade. A Praça Brigadeiro Sampaio foi um local simbólico para realização do evento tanto pelo histórico dela com os movimentos negros da cidade, quanto pela previsão da construção de uma passarela ligaria este espaço a um futuro shopping projetado ao lado do Gasômetro. Neste momento, o primeiro contato com meus futuros interlocutores transcorreu da seguinte forma.

Em uma tarde de sábado, apesar no clima frio e chuvoso do agosto portoalegrense, me desloquei de casa até a Praça Brigadeiro Sampaio no bairro Centro Histórico. No decorrer do caminho conferi as baterias e o cartão de memória da câmera e do gravador. Estava ansioso por ter um primeiro contato com os integrantes do movimento. Já ocorrera trocas de e-mails, mas nada tão significativo como uma bate papo pessoal. Chegando na praça, me deparei com uma exposição de imagens que demonstrava um projeto alternativo a revitalização do Cais Mauá. Conversei com as pessoas que a montavam, me apresentei e disponibilizei minha ajuda na montagem dos painéis. Jacqueline era uma das pessoas que montavam e me explicou do que se tratava a proposta alternativa. Enquanto falava gesticulava muito com as mãos e tinha certo brilho no olhar que retratavam a indignação pelas propostas do empreendimento e o sonho de um porto mais democrático. (Diário de campo 01/08/2015 no evento Assembleia Popular do Cais Mauá)

Como já abordei na apresentação de algumas ativistas que acompanhei o coletivo organizador deste evento é o "Cais Mauá de Todos" e é composto por atores sociais, conhecidos na área do ativismo urbano em Porto Alegre. Seus sete integrantes, constituíam um movimento integrado pessoas com formação acadêmica no direito, comunicação, sociologia, urbanismo e história. Nesse primeiro momento de trabalho de campo o objetivo foi conhecer o grupo e, se possível, realizar algumas entrevistas.

⁵³ A organização de todo o material, passado tanto verbalmente, quanto através de dossiês de reportagens, foi um problema de difícil solução. Nesse momento tomei consciência de estar em meio a um turbilhão de informações em forma de notícias, documentos e opiniões, que ainda estavam sem nenhuma organização, pois, a revitalização do Cais Mauá não estava acontecendo; ainda estava-se na etapa dos discursos, relatos de memórias e articulação de uma série de movimentos e sujeitos.



Imagem 58



Imagem 59



Imagem 60

A “Assembleia Pública Popular” foi chamada pelo coletivo Cais Mauá de Todos para realizar uma oposição a assembleia pública convocada pelo empreendimento.

Diferente da assembleia oficial acontecida no Grêmio Náutico União no Bairro Moinhos de Vento, este evento se deu na Praça Brigadeiro Sampaio próxima ao Gasômetro e onde se projetava construir uma passarela para o novo Shopping.

No evento foram apresentadas imagens do projeto alternativo “Cais Mauá: uma costura urbana” e muitos intelectuais que simpatizam com a pauta do movimento se fizeram presentes.

Um microfone foi disponibilizado para quem se prontificasse a emitir sua opinião sobre o processo de transformação do Cais Mauá. Muitas contradições do projeto foram apontadas e foi falado da necessidade de dialogar “fora da bolha” levando essa pauta para os simpatizantes das obras propostas pelo empreendimento.

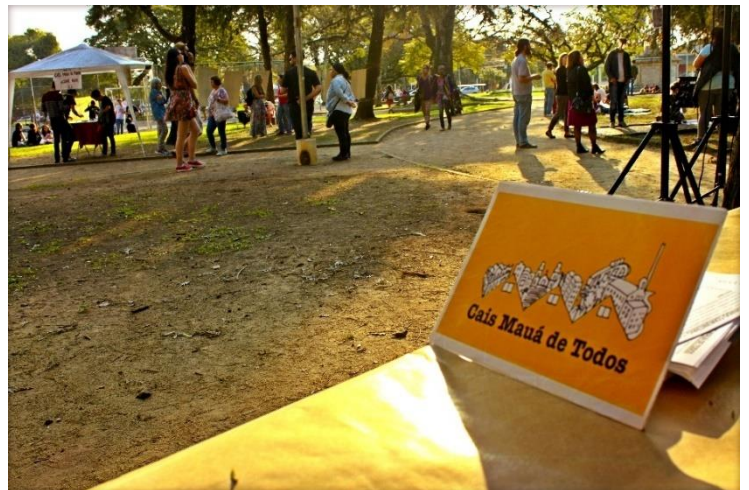


Imagem 61

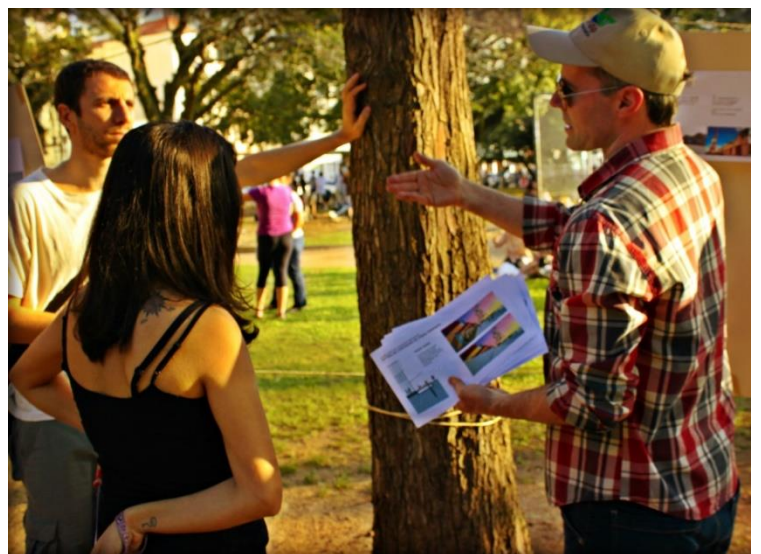


Imagem 62



Imagem 63 – O símbolo do coletivo Cais Mauá de Todos representa o mapa do centro histórico regado pelas águas do Guaíba.



Imagem 64 – O símbolo do movimento Ocupa Cais Mauá traz os armazéns e a figura da mão como representante das ocupações dos espaços públicos.

O evento seguinte foi uma Assembleia convocada pelo consórcio vencedor da licitação para apresentar o projeto à população. Marcada para o dia 18 de Setembro de 2015 no espaço do Grêmio Náutico União do bairro Moinhos de Vento. O evento teve ampla divulgação entre os ativistas dos movimentos, se realizando uma ampla mobilização para uma quantidade grandes de sujeitos contrários à proposta de revitalização pudessem estar presentes.

Cheguei à localidade do evento 2h antes do começo das atividades. Um grupo de jovens ligados a um coletivo da faculdade de geociências da UFRGS já estava na frente com tambores e com gritos de “Não Vai ter Shopping”. Tentei entrar no espaço, porem uma quantidade significativa de seguranças me abordaram falando que só abriram as portas 30 minutos antes do evento. Como o vidro de entrada do prédio era transparente notei que do lado de dentro haviam homens engravatados em uma espécie de coffee break a espera do início do evento. Um deles cuidava atentamente o movimento do lado de fora e comentou algo com seus parceiros de café. No momento da entrada me revistaram da cabeça aos pés perguntando que instituição eu representava. Identificando-me entrei na área do café. Comprei um cappuccino por cerca de seis reais e me dirigi ao encontro dos ativistas que já estavam lá dentro do ginásio onde iria ocorrer a assembleia. Havia mesas para inscrições de falas divididas em sociedade civil, comerciantes e micro empreendedores. Em uma delas encontrei Jacqueline com uma camiseta do coletivo, contudo não consegui falar com ele por estar junto ao telefone durante muito tempo. O evento começa em um clima tenso. Na parte inferior do ginásio haviam muitas cadeiras ocupadas frontalmente por representantes políticos em área reservada, e atrás destes as pessoas que identifiquei como contrárias ao projeto se acumulavam com suas bandeiras. Na parte da arquibancada, cerca de 15 minutos após o início da apresentação do projeto, um grupo de cerca de 30 jovens paralisa a apresentação com uma entrada triunfante neste cenário e com um grito repetitivo de “privatiza, privatiza tudo. (Diário de campo 18/09/2015 no evento Assembleia Pública do Cais Mauá).

Nesta assembleia⁵⁴ predominou um clima de tensão. Criticada por realizar-se num local elitizado e longe da área central do porto, o evento se desenrolou aos tropeços, tendo sido interrompido diversas vezes pela ocorrência de brigas e discussões acirradas. O motivo da discórdia, segundo Jacqueline, decorreu da seguinte afirmação do representante do empreendimento “o projeto está fechado, não mudaremos nada” e acrescentando que “essa obra é de caráter privado, mesmo que o espaço seja público”. Estas afirmações fomentaram a oposição aos movimentos, mesmo os ativistas não tendo muitas certezas dos próximos passos que tomariam em quanto coletivo.

Após a assembleia marquei uma entrevista na semana seguinte com Jacqueline. Em uma espécie de narrativa mítica me contou que o movimento Cais Mauá de Todos foi fundado após uma assembleia ocorrida no espaço do porto, quando ainda não estava fechado ao público. Como haviam mais de 200 pessoas presentes, ficou impossível qualquer deliberação das pautas de oposição ao empreendimento. Então sete pessoas que já tinham contato formaram o “Cais Mauá de Todos” para tentar aproximar-se das ambições de todas as pessoas presentes e adotaram o slogan “revitalização mais humana”.

Já o coletivo “#OcupaCaisMauá” é composto por pessoas com idades entre 18 e 30 anos, geralmente, estudantes de universitários de graduação, e militância em várias lutas na defesa dos espaços na cidade, sendo o Cais Mauá uma delas. Este coletivo têm uma relação grupo “Defesa Pública da Alegria”⁵⁵, que defendia as ocupações como estratégia defender os espaços públicos na cidade. Interessante perceber a relação conflituosas e as discordâncias entre estes movimentos. Depois de um tempo de acompanhamento etnográfico percebi que as diferenciações se

⁵⁴ Outra situação interessante neste trabalho de campo foi a presença do boneco plástico do Presidente Lula Presidiário “Pixuléco”, em meio a arquibancada. Estes elementos fazem pensar a articulação da proposta de revitalização do cais com o momento político vivido pelo país naquele momento. Segundo Jacqueline nome fictício que dou a uma das principais pessoas que acompanhei no coletivo Cais Mauá de Todos, a presença do nacionalismo na assembleia serviria para desfocar a atenção das transformações urbanas propostas. Preocupada com o futuro do empreendimento refletiu “o nosso de 2016 depende de hoje” e complementou que não saberia os rumos que o movimento tomaria conforme as questões desta assembleia.

⁵⁵ O coletivo “Defesa Pública da Alegria” ficou conhecido na cidade após o evento da “derrubada do tatu” mascote da copa do mundo. Tratava-se de um grande boneco inflável localizado ao lado do Mercado Público que foi “furado” e veio ao chão ocasionando um confronto entre a Brigada Militar e muitos ativistas. Após este ocorrido muitas capitais brasileiras começaram a “derrubar seus tatus” como forma simbólica de protesto as políticas de privatização do espaço público.

davam em dois níveis: a questão geracional na qual o acesso a tecnologias da informações e das redes sociais como forma de mobilização é um item importante e a questão da participação do estado enquanto um ator que tem a contribuir na resistência ao empreendimento.

No que se refere ao tema da geracional constituinte da prática do ativismo urbano é notável que é a partir de 2013 que muitos jovens começaram a se mobilizar pelos temas da cidade. Obviamente já existiam mobilizações significativas como a “Bloco de Lutas” e a do movimento “Passe Livre” que aglomeravam (e ainda o fazem) grande quantidade de públicos vinculados a uma nova geração de militância. Contudo, nota-se um aumento na participações destes sujeitos nesse momento, sendo que a prática de uso das redes sociais, de ocupação dos espaços públicos, torna-se um constante cada vez mais presente no cotidiano da cidade⁵⁶. A descredibilidade com o saber fazer das instituições como a do estado como construtor de políticas urbanas também é ponto fundamental.

No que tange a vinculação do estado como um agente positivo nas formas de resistência ao empreendimento o coletivo Cais Mauá de Todos foi protagonista ao contatar inúmeros políticos para apoio nas suas mobilizações. Isso não quer dizer que a ocupação das rua não fossem sua pauta também. O entendimento de que é muito difícil se realizar oposição a projetos de políticas urbanas nos quais os alinhamentos políticos por parte do estado são grandes. Como uma dia me disse Vanessa “há que atirar para todos lados” e tentar achar as “brechas no estado”. Perguntada sobre a relação com o coletivo Ocupa Cais Mauá Jacqueline reflete que

Eles estavam já antes de nós, vieram daquele grupo Defesa Pública da Alegre, faziam festas e a gente ia! Apoiam muitas ocupações no centro. E aí quando a gente foi lá discutir o tema do Cais com eles não aceitaram a nossas ideias. Nós não excluímos o estado da nossa oposição ao projeto. Vamos por dentro dele procurando brechas. Nós achamos que temos que ir pela questão institucional, jurídica... Apresentando a nossa posição, mas sem se vender pra eles. Nós vamos procurando políticos e gestores públicos que nos apoiem. (Entrevista realizada no dia 30/04/2016)

⁵⁶ Em 2013 foi lançado pelos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) o livro “#Protestos: análises das Ciências Sociais” no qual traz 10 artigos com diferentes pontos de vista dos protestos. O tema das novas gerações e das formas de ação política é bem difundido na publicação.

A tentativa de sensibilização do poder público frente a esta temática do Cais Mauá surtiu efeito com a criação da “Frente Parlamentar em Prol do Cais Mauá” encabeçada pelo Deputado Estadual Tarcísio Zimmermann⁵⁷. A primeira atividade desse coletivo foi o lançamento desta Comissão Parlamentar que visava abrir o campo para as pautas dos movimentos. No dia 05 de Maio de 2016, em uma quinta-feira à tarde, com a companhia da Professora Orientadora Cornelia Eckert, participamos desse rápido evento na Assembleia Legislativa. Nessa oportunidade, alguns gestores públicos apoiaram a importância histórica do espaço para a cidade; alguns ambientalistas antigos presentes manifestaram-se contrários ao empreendimento. Segue o relato de campo

Cheguei na assembleia legislativa a procura de conhecer melhor os gestores públicos que eram parceiros dos movimentos na oposição ao processo de revitalização que passara o Cais Mauá. Uma mesa com microfone, algumas bandeiras, uma lista de inscritos para falar que incluiu uma tanto políticos que ali trabalham, quanto pessoas dos movimentos. O primeiro a falar foi Tarcísio Zimmermann que apontou a necessidade de uma nova assembleia pública e popular. O vereador Marcelo Sgarbossa endossou o discurso abordando que o projeto não respeitava condições mínimas de mobilidade urbana. Um professor da universidade falou da importância de se construir um coletivo maior que sirva como um guarda chuva para todos os outros. Leu o manifesto dos professores da UFRGS e falou do grupo A Cidade Que Queremos como um elemento fundamental na oposição ao projeto. Por fim, consegui marcar uma entrevista com o ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont que se fazia presente e se mostrava há anos interessado pelo tema. (Diário de Campo 05 de Maio de 2016)

⁵⁷ Para uma abordagem deste Estado “incurablymessy” (Herzfeld, 375), o autor propõem perceber os cidadãos e os burocratas como parte do Estado. A criação da frente parlamentar e o acompanhamento etnográfico de tal seria o que Herzfeld chama de “sensibilidade antropológica” para a compreensão do papel dos burocratas, de suas ações, decisões e contextos particulares, nas relações com a legislação e com seus clientes. Com a possibilidade de um trabalho mais longo seria interessante o investimento em uma Antropologia do Estado que observe seus intermediários e suas complexidades.



Imagem 65 – A Frente parlamentar em prol do Cais Mauá organizada junto aos movimentos.



Imagem 66 – A pauta da revitalização do Cais Mauá se fez presente na agenda de deputados e vereadores petistas.

Assim surgiu a articulação entre gestores do estado e movimentos na construção da “Assembleia Popular em defesa do Cais Mauá”, chamada pela Frente Parlamentar. Este foi um evento chave para a construção de uma “grande frente de oposição” à proposta de revitalização do porto. Contei mais de 30 bandeiras diferentes espalhadas pela mesa e pelo palco da Assembleia Legislativa. O Deputado Tarcísio Zimmermann declarou que, “em anos de política nunca havia visto uma assembleia pública tão grande”. Cerca de duas mil pessoas lotaram o espaço da assembleia e tiveram oportunidade de manifestarem-se através das representações dos movimentos e autoridades políticas.

“Quando cheguei à assembleia, equipado com câmera e gravador, me deparei com o seguinte ambiente: uma hora antes o local já estava praticamente lotado restando poucos lugares pra sentar sendo que uma bandeira do coletivo que lutava por uma “Orla do Guaíba Viva” tomava conta do eixo central da mesa de debate. Por sorte consegui um lugar perto do palco para conseguir captar imagens e áudio e aguardei o início do evento. Notei que ao meu lado estava sentado João que faz parte do coletivo Cais Mauá de Todos. Eu o conhecia, porém creio que ele não se lembrava de mim. Logo ao sentar ao seu lado me dirigiu a palavra questionando: e aí é a favor ou contra? Pego de surpresa, respondi que era contra o empreendimento, mas, além disso, minha intenção ali era realizar minha pesquisa de mestrado.” (Diário de campo, Maio de 2016).

As manifestações que mais chamaram a atenção foram as de Caio Lustosa, ambientalista antigo de Porto Alegre, que destacou a necessidade de opor-se à especulação imobiliária, pois, ela prejudica todo o espaço da orla, inclusive o Cais Mauá. Um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), manifestou a conveniência de relacionar os planos diretores de Porto Alegre com os planos de especulação imobiliária. Por fim a fala de Francisco Marshall, professor do departamento de história da UFRGS, defendia a construção de um “Parque Ambiental e Cultural do Cais Mauá”⁵⁸. Esse parque reuniria os princípios da “economia criativa, da gastronomia, do entretenimento cultural com espaços de teatro e cinema, e, principalmente, estaria de frente para o Parque Ambiental do Delta do Jacuí unidos pelo Rio Guaíba”. Marshall foi aplaudido de pé, por praticamente todas as pessoas que estavam na assembleia.

⁵⁸ Abordo melhor a ideia do Parque Ambiental do Cais Mauá no próximo capítulo

O “Abraço no Cais Mauá” foi outra atividade pensada pelo movimento Cais Mauá de Todos. A transformação urbana proposta para a área da orla porto alegreense já havia sido a tônica de mobilização de muitos movimentos. Na década de 90 o “abraço” em espaços públicos transformou-se uma estratégia de sensibilização propostas por vários coletivos que visavam defender espaços em risco de desaparecerem. Em Porto Alegre, foi dado um grande abraço na Usina do Gasômetro, no fim da década de 80. Ele serviu de exemplo aos ativistas do Cais Mauá de Todos para a reeditarem ato semelhante em defesa ao Cais Mauá. No dia 07 de Março de 2016 ocorreu um grande abraço e muitos jornais de mídia alternativa reproduziram as imagens.

Fez um dia chuvoso na sexta-feira que antecedia o abraço. Mesmo em dúvida se o evento aconteceria convidei os amigos argentinos Daniel e Lucília, que procuravam ações culturais, para irem comigo. Não choveu e fomos todos juntos para a frente do pórtico de entrada do cais. A Rua Sepúlveda entre o MARGS e o Santander Cultural estava vazia. Lembrei nesse momento de imagens da época do aterramento onde nesta rua estava o acesso ao porto a partir de plataformas. Será que elas estariam ali submersas no solo? Depois deste vago pensamento me dirigi a algumas pessoas que chegavam como o João que portava uma mesa de som e um megafone. O acompanhei na montagem dos equipamentos e logo depois já havia cerca de 50 pessoas ao redor da mesa de som. Reconhecendo muitos professores da universidade o primeiro momento foi de fala das pessoas que compunham o coletivo, de professores e de personalidades políticas. Depois foi encaminhado o abraço e solicitado que todas as pessoas atravessassem a Rua Mauá com cuidado e formassem uma grande corrente de mãos dadas no maior perímetro possível da área de entrada do Cais. Creio que a corrente foi do antigo prédio dos correios e telégrafos até a zona do armazém A7. O clima entre os seguranças da localidade era tenso, pois havia a preocupação da parte deles que os ativistas ocupassem o porto. No fim foram ditas algumas palavras de ordem como “não vai ter shopping” que virou uma constante no movimento e foram produzidas e postas a circular na internet muitas imagens.



Imagem 67

As figuras 67 e 68 demonstram o ativismo em defesa da orla no final dos anos oitenta, quando um projeto de demolição do Gasômetro foi proposto. Um grande abraço na orla de Porto Alegre foi organizado por diversos movimentos predominantemente ambientalistas. O mesmo recurso de ação política foi utilizado em prol do Cais Mauá.



Imagem 68



Imagem 69

A articulação dos movimentos passa pela organização de eventos no espaço público. O planejamento e organização destes momentos diz respeito a um processo de produção vinculado ao uso da internet através do ativismo digital.

O busca pelo consentimento de participação nestes espaços virtuais balizou o trabalho de campo junto a coletivos de atores sociais que tem a internet e a ocupação de espaços públicos como ferramentas de atuação.



Imagem 70



Imagem 71



Imagem 75



Imagem 72



Imagem 73



Imagem 74

O Abraço no Cais Mauá.

Era nítida a referência ao que já havia acontecido em Porto Alegre anos atrás com a questão que envolvia o desaparecimento do Gasômetro. O abraço em um espaço público marcado para ser transformado emergiu como ferramenta para uma sensibilização da sociedade civil.

Diferentemente da década de oitenta e noventa as mobilizações organizadas pelo coletivo Cais Mauá de Todos eram fartas de câmeras e possibilidades de registro do acontecido. Um evento com cerca de 100 pessoas não foi pensado somente para o sábado chuvoso que ocorreu, mas também desejado para produção e circulação de imagens em um futuro próximo.

Assim o “desejo de imagens” se faz presente e é elemento significativo em todo saber fazer do ativista urbano, que já não o é sem ser ativista digital. “Nas ruas e nas redes” surge como um premissa básica para uma nova geração que propõe esse modelo de mobilização.

Como já abordado esse armazém A7 é o único não patrimonializado dentro do conjunto que faz parte. Está nas ações do projeto do empreendimento a derrubada de tal para construção de um shopping. Sendo assim, no dia 01 de Junho de 2016, foi articulado pela Frente Parlamentar do Cais Mauá um evento na câmara de vereadores que visou o tombamento do Armazém A7 através de projeto de lei do município. Através de uma coleta de assinaturas de vereadores e vereadoras, políticos apoiadores e o movimento tentaram lograr o máximo de assinaturas para instauração de um processo interno câmara que viria a ser votado futuramente.

Uma maquete do armazém A7 foi produzida e muitos apoiadores da causa, inclusive eu, tiramos fotos com a obra que circundou os espaços da câmara de vereadores. Acompanhar esta busca por assinaturas que não dessem conta só de políticos de partidos de esquerda, mas que fosse apoiada por uma pluralidade de perspectivas políticas foi interessante. Um vereador identificado com o apoio ao empreendimento se mostrou assustado ao ver Mário, ativista já reconhecido pelos gestores, presente na câmara com a maquete e o abordou “você sabem que vai ter tudo isso no Cais Mauá”. Outro vereador se mostrou indignado com o movimento “tem que dar um prêmio para estes Macacos Xiitas”.

Diante de tais comentários os políticos apoiadores e integrantes do movimento não se mostraram desanimados com o dia. Segundo Jacqueline era esperado esse tipo de reação e refletiu “minha vida está aqui”. Já Vanessa fez ressonância às palavras da colega e disse que “as pessoas acham que vão nos desmobilizar com as palavras”. O engajamento desses sujeitos parecia sair fortalecido após estas manifestações. Prontamente depois da função da câmara ter encerrado muitas eram as ligações no celular para dar notícias de como foi o evento. Com 13 assinaturas obtidas foi atingido a proposta do dia de inserção de um projeto de lei do tombamento do A7 a ser discutidos pelos vereadores futuramente.



Imagem 76 – Evento ocorrido na Assembleia legislativa de Porto Alegre que teve como objetivo conseguir assinaturas para que o Armazém A7 fosse tombado através de projeto de lei pela prefeitura.



Imagem 77



Imagem 78



Imagem 79

Um grupo de professores docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul integrou-se aos coletivos elaborando um manifesto como forma de apoio as reivindicações. As primeiras reuniões para elaboração deste manifesto dataram do final de 2015 quando os docentes se reuniram com o objetivo de fomentar a luta dos grupos de oposição ao empreendimento e construir, a partir de sujeitos com conhecimento em várias áreas, um manifesto da universidade. Além de ser uma iniciativa saudada pelo Cais Mauá de Todos e outros coletivos a construção de grupo se deu pois alguns professores já atuavam como ativistas numa trajetória de militância.

Nas reuniões das quais participei, tive acesso a uma lista de e-mails através das quais os professores trocavam ideias e partilhavam opiniões sobre a redação de um texto em forma de Manifesto que, pretendia coletar pelo menos 100 assinaturas de docentes da universidade. No dia 27 de Maio de 2016 o Manifesto, foi lançado no Jornal O Sul. As principais ideias do Manifesto foram: nenhum coletivo é contrário a uma revitalização necessária nos armazéns; não deveria ser autorizada a construção de shoppings e estacionamento. Nele declarava-se: “somos totalmente favoráveis que seja viabilizado um novo uso a esse espaço público de crucial importância para a história da cidade, mas não nos moldes preconizados pela administração municipal”. Nele, também, criticava-se a “concepção anacrônica em termos urbanísticos, sociais, ambientais e políticos” e “fundamenta-se em um paradigma urbanístico já superado há pelo menos duas décadas”.

Na opinião dos professores, os projetos sugeridos diziam respeito às orientações do Plano de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre da década de setenta, durante a vigência da ditadura militar no Brasil. A construção de grandes avenidas cortando a cidade, a metropolização e a influência da globalização, haviam definido o ritmo do início dos grandes centros de consumo da capital gaúcha. A visão de que hoje estamos em outra etapa das políticas urbanas na qual estão inseridas conquistas como o estatuto da cidade e da metrópole que preveem uma melhor utilização democrática de espaços públicos como o porto é a tônica do manifesto.

A “preservação da paisagem urbana e do patrimônio histórico e cultural”, assim como para os demais movimentos, surge como imponderável na construção de um argumento contrário ao empreendimento. Isso por que, como veremos no próximo capítulo, a maioria dos projetos para o Cais Mauá esteve baseada em uma especulação imobiliária na qual se propõe descaracterizações paisagísticas. Assim como a ideia de que “o empreendimento previsto trará uma ocupação fomentadora de segregação e de elitização” chama atenção para especulação imobiliária e os processos de elitização nas cidades brasileiras e latino americanas (Proença, 2003)⁵⁹.



Imagem 80



Imagem 81



Imagem 82

⁵⁹Conforme os professores em uma perspectiva comparativa em gastos públicos coloca-se que o processo de revitalização dos armazéns geraria um custo de R\$ 43 milhões o que é menos do que foi investido na região da orla ao lado porto que vai até a Praça das Cuias “os armazéns do Cais Mauá poderiam ser restaurados realisticamente com recursos mobilizados pelo município”. Por fim ressalta-se a indignação deste tipo de empreendimento estar sendo posto em prática em uma “capital que se destacou no mundo pela prática da democracia participativa” e, ressonância com os outros coletivos, sugere a rescisão do contrato com o consórcio vencedor de uma licitação questionável.

O último e não menos importante coletivo que tive oportunidade de realizar um acompanhamento etnográfico a organização “Rede Minha Porto Alegre” que conheci em Maio de 2016, em busca de novos interlocutores que se mobilizassem pela temática da revitalização do Cais Mauá. Descobri neste coletivo um importante grupo que baseava todo seu engajamento sobre as causas cidadinas nas novas tecnologias da informação e comunicação.

A Minha Porto Alegre é um movimento que convida o cidadão porto alegreense a participar da vida política da cidade, nas “ruas” ou nas “redes”. Percebe-se de início a abertura da organização a uma pluralidade de “repertórios de ação” (TILLY, C. 1978) que fazem parte dos processos de mobilização seja na frente do computador, seja nas ruas. Através do site é possível obter informações sobre a vida da cidade, mas, quase sempre ignoradas pela população⁶⁰. Segundo Carolina, fundadora da organização em Porto Alegre, um dos objetivos é estimular os cidadãos a participar dos debates relacionados aos problemas e transformações urbanas, que estão mudando a cidade. As manifestações de 2013 também foram fomentadoras da organização da Capital.

Nós que temos entre 20 e 30 anos temos a idade da democracia no Brasil. Somos a primeira geração que vive em um estado democrático. As manifestações de 2013 na cidade foram um incentivo na criação da Minha Porto Alegre no sentido de gerar na geração mais nova essa vontade de participar politicamente. Dai surgiu a ideia, como a gente tinha visto com a experiência da Meu Rio, de criar uma plataforma de participação política que tivesse formato apartidário e não levasse em conta só os momentos da eleições. (Retirado do diário de campo 06/07/2016).

Esta mudança qualitativa, de uma ação coletiva para uma ação conectiva, já era advertida uma variedade de autores (Bennett & Segerberg, 2012) e retrata uma maior capacidade mobilização com temporalidades curtas e em escalas mais

⁶⁰ Sobre os repertórios de ação da Minha Porto Alegre nota-se um afastamento dos meios de organização tradicionais. Segundo Alonso (2012) os novos repertórios de ação constituídos por atores não tradicionais tem em questão “formas inovadoras do uso político” em que a base está na globalização da informação. Há uma abertura ao ciberespaço como fomentador das novas formas de ação política na qual a velocidade de mobilizações é tão grande como a de desmobilizações. Por isso um “sentimento de perplexidade com o uso de novas tecnologias e um tensionamento entre esquemas de interpretação na produção de novos quadros interpretativos da ação coletiva” (SILVA, 2014).

amplas⁶¹. Um individualismo que é conectado e ligado a um pertencimento múltiplo não se desdobra em pertencimento organizativo, pelo contrário, se autonomiza.

A Minha Porto Alegre entrou na rede de manifestações, quando diversas mobilizações a respeito do Cais foram sugeridas no seu site. Mais de 600 e-mails foram enviados às autoridades competentes, sobre a possibilidade de realizar uma nova licitação para a revitalização do Cais Mauá. No dia 06 de Julho, deste ano, participei de uma mobilização denominada “Todos juntos pelo Cais”. O evento se realizou num escritório de arquitetura no Bairro Bom Fim, contando com a presença de inúmeros coletivos. O objetivo desse encontro foi refletir sobre um ato simbólico que ocorreria uma semana depois na Assembleia Legislativa em Porto Alegre. A ideia dos participantes, envolvidos na Minha Porto Alegre, foi montar miniaturas de papelão, representando o Cais Mauá, solicitando que aos deputados tomarem posição sobre a licitação do consórcio do Cais Mauá.

Essa experiência deixou-me muito feliz. Não só por participar do evento, mas da produção dele. No dia 14, compareci na Assembleia e encontrei Carolina, que explicou aos presentes o programa do ato simbólico: a ideia era deixar os armazéns de papelão na entrada da assembleia e ir de gabinete em gabinete dos deputados, questionando sua posição sobre a proposta de empreendimento no Cais Mauá. Antes de subir para os gabinetes, perguntei a Carolina como ela se sentia com a participação das pessoas nesse evento.

O que mais me dá prazer no processo que a Minha Porto Alegre desenvolve é o processo, mais do que o resultado. É essa criação. O fomento das pessoas dessa capacidade de mudança. É o fato da gente estar criando uma plataforma para as pessoas estarem criando suas próprias agendas e seus próprios projetos de participação na vida da cidade. (Retirado do diário de campo 14/07/2016)

⁶¹ Em “The logic of connective action” as autoras W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg distinguem a lógica familiar de ação coletiva - associada a altos níveis de recursos organizacionais e a formação de identidades coletivas - e a menos conhecida lógica da ação conectiva baseada no compartilhamento de conteúdo personalizado em toda a rede de mídia. Pensando em grandes mobilizações como a Primavera Árabe e o movimento dos indignados na Espanha as autoras refletem que há um processo de “personificação da ação política” que cada vez mais está disinstitutionalizada. Percebi no contato etnográfico que tive com o coletivo Rede Minha Porto Alegre o incentivo a esta personificação através da possibilidade de demandas pela plataforma virtual. Foi interessante perceber que não era preciso se engajar em um coletivo em prol de revitalização diferenciada para o Cais Mauá, as pessoas poderiam simplesmente produzir uma manifestação através de alguns clicks que suas demandas chegassem aos gestores públicos.

A Rede minha Porto Alegre é uma nova forma de engajamento, ausente nos outros coletivos que havia conhecido no transcurso do trabalho etnográfico. As diferenciações nos modos de fazer política na luta pela manutenção de espaços públicos ficaram mais evidentes a partir do momento em que a internet torna-se uma ferramenta essencial no trabalho de engajamento. Contudo não se trata de uma ruptura com as práticas do ativismo urbano clássico, mas sim de continuidades e descontinuidades de um saber fazer que constrói o ativista como um sujeito coletivo e conectivo (Bennett & Segerberg, 2012. p.739)

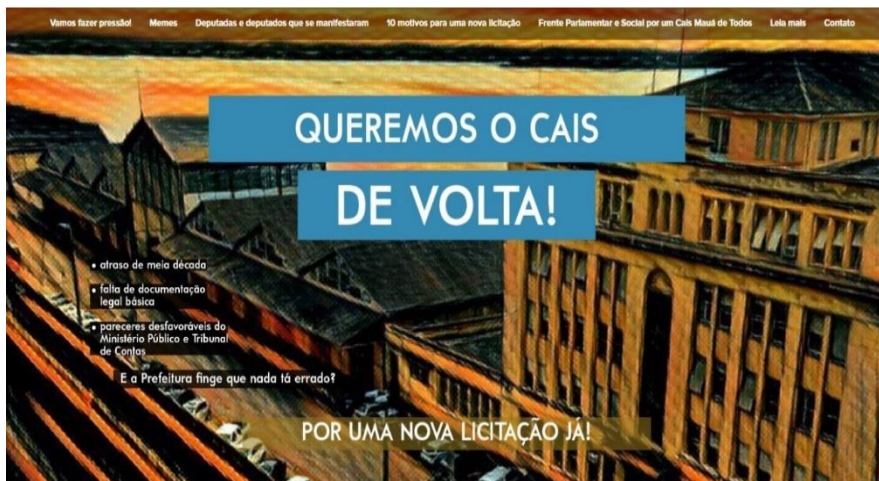


Imagem 83



Imagem 84

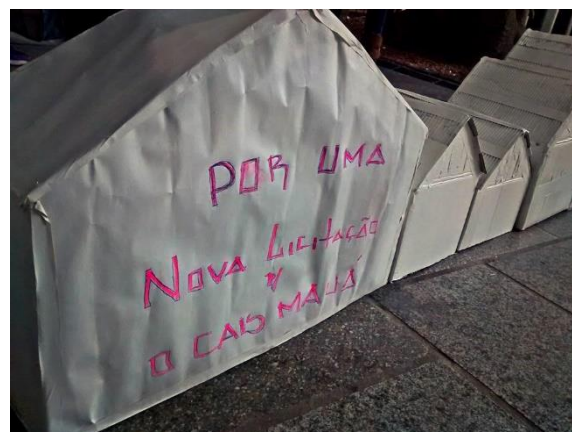


Imagem 85

A atuação da Rede Minha Porto Alegre na revitalização do Cais Mauá surgiu através do acesso da sociedade civil na sua plataforma virtual de mobilizações. Entre aproximações e distanciamentos de uma velha e uma nova geração de ativistas que se mobilizam em defesa da orla o uso da internet nas formas de engajamento militante é um fator importante. Aqui não pensamos em rupturas, mas em continuidades e descontinuidades provindas de um novo modos operandi na constituição de redes de engajamento social.



Imagem 86



Imagem 87

Capítulo 5

O Cais Mauá do Brasil: etnografia de processos políticos em contradição.

A partir de 2010, o projeto atual de revitalização do Cais Mauá teve sua aprovação pelas principais instâncias do Estado. É o acompanhamento etnográfico junto aos movimentos de ativismo urbano nos debates sobre o armazém, o shopping, os grandes prédios, o muro, as águas, a licitação, entre outros que denomino de etnografia de processos político em contradição. A aposta de dar aos contrassensos um espaço nesta produção partiu do trabalho de campo, no sentido de que as incompatibilidades entre as ideias dos movimentos e do consórcio empreendedor eram reladas por interlocutores constantemente.

Dito isso, este capítulo ao abordar estas contradições cotidianas no saber fazer dos movimentos diz respeito a uma inserção empírica do pesquisador em campo. Primeiramente abordo minha interlocução com profissionais da área do urbanismo que me levaram a pensar as relações entre antropologia e desenvolvimento urbano. Depois apresento o projeto vigente de revitalização do Cais Mauá tocando em seus principais pontos: a área dos armazéns, do Gasômetro em que é previsto um shopping e das docas nas quais é previsto a construção de três prédios. O trabalho de campo, as entrevistas e a pesquisa em jornais deram-me acesso a discursos de contraposição presentes cotidiano dos movimentos e nos trâmites burocráticos de debate do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU). Por fim através do questionamento “Porto Alegre é uma cidade resistente?” encerro o este último capítulo refletindo em como se encontra, no início de 2017, o processo de revitalização da área portuária da capital gaúcha.

Os movimentos e o estado não são blocos monolíticos⁶². Há uma pluralidade atores, cenários e redes de influência política partidária explícita. Um dos elementos do trabalho de campo foi esse dar-se conta das pluralidades, apesar dos fortes

⁶² Para Michel Herzfeld (2005) a ideia abstrata de Estado, aquele que o compreende como um único ente, personificado pelos grandes líderes ou planejadores é ingênua. Conceber o estado dessa forma é ignorar a existência de uma diversificada camada de intermediários. No que se refere a pesquisas entre movimentos sociais e estado Herzfeld nos ajuda a compreender como o Estado pode ter como uma das principais características a confusão.

alinhamentos entre estado e empreendimento. Quanto aos movimentos já abordei sua multiplicidades ligadas a diversidade de geração e contato com a novas tecnologias, as diferenças nas ferramentas utilizadas como produção de eventos e ocupação e, principalmente, a polêmica de ter o agente do estado como auxiliares da luta dos movimentos ou não. Quanto ao estado é mais difícil perceber suas multiplicidades no que diz respeito ao projeto do Cais Mauá. No acampamento da frente parlamentar em prol do Cais Mauá foi uma das poucas vezes que visualizei essa diversidade de atores e posições no estado. A cooperação entre os agentes do estado e do empreendimento é enorme e só o trabalho de campo que visualizou as minúcias destas contradições internas do estado no momento de projetar o espaço do porto.

Em visita ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)⁶³ em junho de 2016 dei-me conta de um novo grupo de interlocutores que poria me ajudar significativamente no entendimento sobre as transformações propostas para o Cais Mauá: os urbanistas. Essa aproximação se deu pela realização de eventos no espaço do IAB que tivessem como tema a os planejamentos urbanos para região portuária. Dentro dos urbanistas constantemente presentes conheci Tiago, Cristiano e Rafael. Foi com o último que consegui estabelecer mais contato através de participação nos eventos e entrevistas.

Um das primeiras diferenciações importantes que aprendi com o Rafael foi a de “planos” e “projetos” que dizem respeito a diferentes etapas de remodelação de um espaço urbano⁶⁴. Um bom projeto urbanístico é aquele que está inserido em um plano de políticas de desenvolvimento urbano maior. Assim a crítica primeira e fundamental ao projeto de revitalização do Cais Mauá é o de que ele está

⁶³ O Instituto de Arquitetos do Brasil é uma organização que representa a categoria profissional dos arquitetos desde a década de 90. No decorrer das conversas com algum urbanistas ativos na construção do IAB pensei em como seria interessante realizar uma experiência de trabalho de campo mais significativas junto aos urbanistas. Talvez, uma etnografia que levasse em conta a memória do trabalho deste importante profissional e as particularidades cotidiana de quem tem função de planejar o meu urbano.

⁶⁴ Essa aproximação junto aos urbanistas ressoou positivamente no Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGASUFRGS). Através do contato com a professora Jeniffer Cuty do (Curso de Museologia/Depto Ciências da Informação) elaboramos em conjunto uma proposta de curso de extensão em “Antropologia e Planejamento Urbano e Regional”. A atividade, que tem formato de ciclo de debates, está em andamento e prevê novas atividades em 2017.

descontextualizado com o tipo de cidade existente ao seu entorno⁶⁵. Não por que se desrespeite o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA/1999) que leva em consideração a área do centro histórico, mas por que a própria construção deste plano é questionável por muito ativista por suas flexibilidades no que diz respeito à inserção da iniciativa privada na construção da cidade.

Esse debate resultou na ideia de que não houve uma licitação para plano urbanístico na área, somente para projetos de negócios. A abertura a um empreendimento que utiliza de recursos única e exclusivamente da iniciativa privada, pela carência econômica do estado, abre as portas do Cais Mauá para uma revitalização que se baseie no mercado e no lucro. Conforme estes urbanistas há uma contradição no que diz respeito a estes planos: por que há cem anos, com a escassez tecnológica do início do século, se fez projetos dentro de planos (como o de Melhoramentos) e agora, com todo arcabouço técnico e administrativo que Porto Alegre tem, não se faz? Segundo Rafael isso deve ao fato de que

O Cais Mauá hoje não foi precedido de um plano urbanístico que pensasse essa concessão como algo relacionado com a cidade. Por exemplo, toda a questão de contrapartida de um empreendimento deste porte deveria ser pensada através de um plano pré-existente e isto constar inclusive no edital. Não pode se prescindir um plano para projetos urbanos deste impacto.

No entendimento do urbanista sempre haverá questionamentos quando o mercado através de planos de negócios são colocados na frente dos planos urbanísticos. O projeto urbano do atual empreendimento foi feito sem nenhuma participação da sociedade civil sendo agilizado dentro de uma caixa preta na qual só com alguns sujeitos envolvidos poderiam tomar as decisões urbanísticas para área. Questionado sobre o PDDUA/1999 como um plano que orienta as práticas urbanísticas na cidade e inclui a área central Rafael continua

Há quem diga que Porto Alegre não tem plano. Mas a partir do plano diretor de 1999(PDMDUA), que era um misto de planejamento estratégico e

⁶⁵ Quando um projeto urbanístico ou um plano de negócios para a área do porto passa por tantas alterações como o de revitalização do Cais Mauá podemos associar estas mudanças práticas de resistência proposta pelos coletivos de ativismo e aos tramites institucionais do estado de desalinhamento político. Neste ponto podemos ressaltar as sucessivas transições de partidos na administração pública do estado do Rio Grande do Sul nas últimas décadas.

planejamento participativo, e a partir disso se entregou muito do planejamento ao mercado. A cidade perde a rigidez que o plano de 1979 adquiriria com o plano de ocupação do solo. E vira uma coisa que seja talvez um dos mais permissivos planos diretores das capitais.

Uma grande contradição questionada pelos movimentos é abertura de um processo licitatório que inibiria a participação de outros concorrentes. Processo diferenciado dos editais de concessão de áreas portuárias de revitalização como Buenos Aires⁶⁶. O grande inibidor no caso do Cais Mauá, segundo alguns interlocutores, era a necessidade do termo estrangeiro. Haveria que ter um arquiteto de nome internacional envolvido. É isso que faz que esse consórcio vencedor apresente o nome do renomado arquiteto e urbanista espanhol Férmin Vázquez⁶⁷.



Imagem 88 - Outdoors da campanha do Cais Mauá já estavam nas ruas de Porto Alegre em 2011. Fonte: Gilberto Simon/Divulgação

A proposta preliminar deste arquiteto vai ser desenvolvida pela equipe do arquiteto Jaime Lerner com um escritório local em Porto Alegre que agencia e desenvolve o projeto.

Nas palavras do urbanista Rafael a grandiosidade do projeto, além de não levar em conta o tamanho da área, restringe a quantidade de atores que poderiam participar da proposta de revitalização. Considero esta entrevista importante por ser realizada em um momento no qual já tinha

uma caminhada de trabalho de campo e discernimento do que era realmente relevante ser dialogado com o entrevistado. A associação de grandes projetos de negócios a carência de planos urbanísticos que acompanhem essas transformações foram as pauta dessa entrevista. Assim a “operação urbana consorciada” surge como uma alternativa a este modelo de empreendimento.

Primeiro assim, é um termo forte mas é um termo que arquiteto usa: é um frango no pires. Isso é a viabilidade, a margem de lucro do empreendedor...

⁶⁶ O Puerto Madero é uma área portuária construída na cidade Buenos Aires na Argentina que serve como referência para o empreendimento Cais Mauá do Brasil S/A. Podemos encontrar muitas similaridades e diferenças na concessão do território do porto entre as duas cidades.

⁶⁷ Férmin Vázquez é um importante arquiteto espanhol que, dentro de outras obras, projeto o edificação denominada “La Mola” um mescla de hotel e centro de conferências. Localiza-se no Parque Natural de Sant Llorenç del Munt i l’Obac, arredores de Terrassa, cidade da área metropolitana de Barcelona.

é a grande questão para se garantir esses atos construtivos. Isso por que se fez uma licitação e um projeto em uma área pequena. Mas não se pensou em fazer uma operação urbana consorciada que é um instrumento do plano diretor que recriaria uma legislação específica para a relação público privada visando grandes projetos urbanos. Por que se entregou um grande projeto do cais para uma concessão só? Têm vários outros modelos de concessão que poderiam ser aplicados ali. Se o estado assume a responsabilidade fazer um plano e um projeto e dizer “aqui vai ter um edifício”, “aqui vai ter um centro de eventos”, “aqui vai ter um escritório corporativo”...e ai ele abre um edital de concessão daquela área que vai construir esse prédio por um determinado período. Assim tu abriria para uma diversidade de atores e amplia a possibilidade de agentes envolvidos. Então hoje o que nós temos é um pacote para ser entregue pronto. Assim quando a gente fala do frango no pires é que é um projeto grande demais pro terreno. Se otimiza e se maximiza os lucros e é isso que temos visto no processo: tudo que onerava de mais o empreendedor foi retirado do projeto. E o Shopping que era pra ser um centrinho comercial virou da metade do tamanho do Barra Shopping. E isso ali no lado da Usina do Gasômetro. (Entrevista realizada em 27/11/2016)

A “comissão para revitalização do Cais Mauá” montada por agentes do estado desde de 2004 desempenhou um papel importante para regulação de uma licitação para área portuária. Uma das suas primeiras ações foi à elaboração de um projeto de Lei Complementar (PL638) que visava mudar pontos do regime urbanístico da região. A ideia principal era o de aumentar o “índice construtivo” da área do cais prevista no plano diretor como área especial de interesse cultural que tem regime urbanístico próprio⁶⁸. Essa lei complementar é enviada para câmara e é aprovada em 2010 para compor o edital de licitação. Sem demora abre-se um edital de concessão da área vencido por um consórcio misto de empreendedores brasileiros e espanhóis que agora vão passar por um caminho longo de aprovação de instrumentos como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA RIMA)⁶⁹ e o Estudo de

⁶⁸ A construção de grandes prédios no Cais Mauá necessitou uma lei específica composta por um grupo de estudos, pois o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDEUA) não podia aprovar um projeto especial com torres acima de 52 metros.

⁶⁹ O EIA RIMA é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é o conjunto de estudos realizados por especialistas de diversas áreas, com dados técnicos detalhados sobre a construção de grandes empreendimentos. O meio físico, biológico e sócio-econômicos são levados em conta na elaboração na análise de impactos ambientais. Já o RIMA é o relatório de impacto ambiental, RIMA, refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental (EIA). O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação. (<http://www.matanativa.com.br/blog/o-que-e-eia-rima-estudo-e-relatorio-de-impacto-ambiental/>)

Viabilidade Urbanística (EVU) ⁷⁰ que virão a serem espaços etnográficos interessantes⁷¹.

⁷⁰ O EVU é o Estudo de Viabilidade Urbanística baseado pelo Decreto Municipal de Porto Alegre 18886/14. Caracteriza-se por um estudo realizado em uma região específica, que busca analisar se determinado empreendimento imobiliário pode ou não ser executado. Isto com o objetivo de identificar o impacto que o empreendimento terá nos sistemas viário, habitacional e produtivo, assim como determinar quais as alterações que serão provocadas pelo mesmo.

⁷¹ O acompanhamento dos debates do EVU em 2016 se tornou espaços etnograficamente rico. Isto porque são raras vezes os porta vozes do empreendimento apareceram em público e nestes momentos eles estavam presentes. Então é claro que quando falo em processos políticos em contradições me refiro às idiossincrasias entre os movimentos e o estado no que se refere aos projetos para o Cais Mauá.

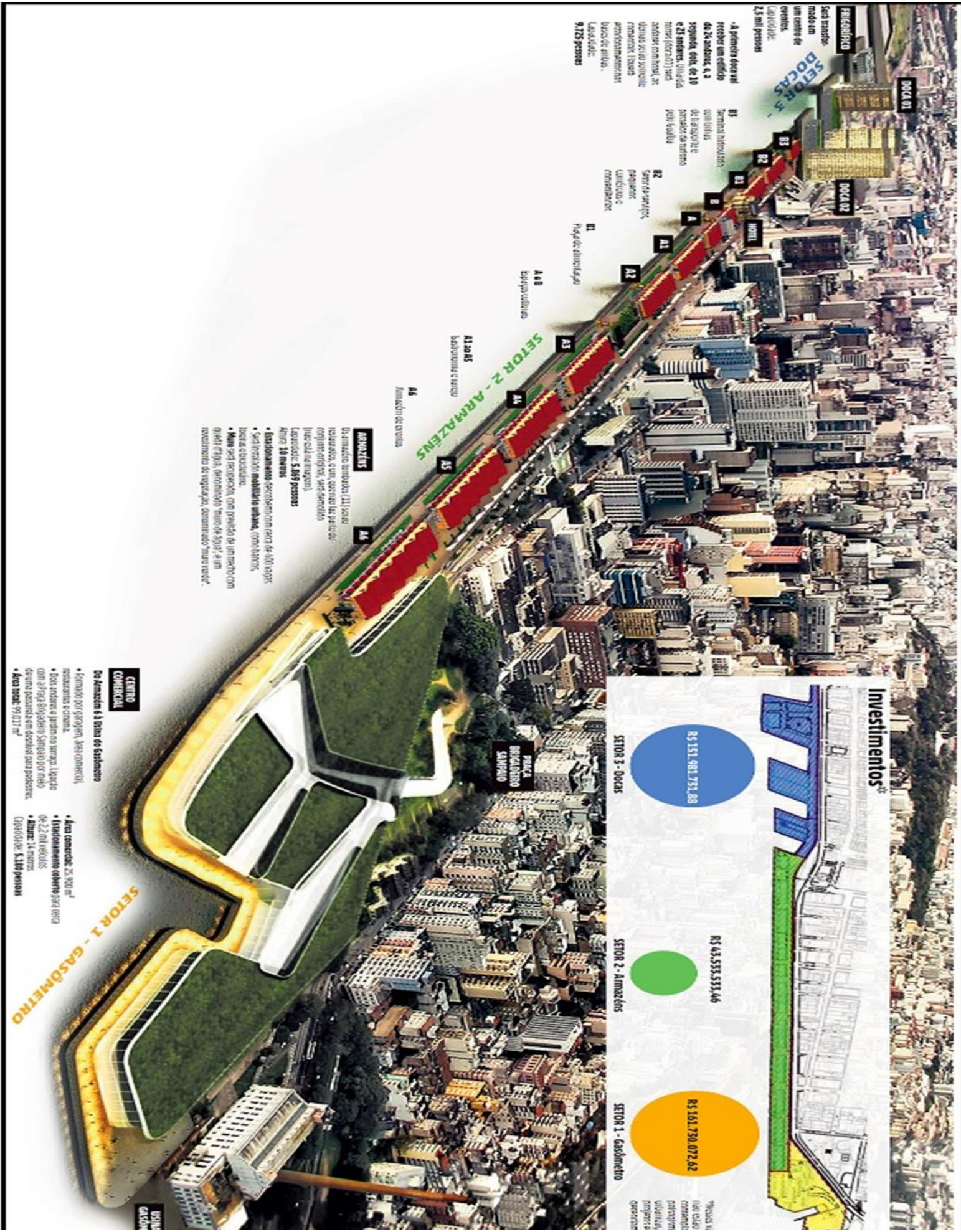


Imagem 89- Mapa do Projeto de Revitalização do Cais Mauá. Fonte: Site Cais Mauá.

5.1 A área dos Armazéns: a revitalização e os seus usos.

Como podemos ver na figura 91 o projeto está dividido em três partes das quais se inserem a revitalização dos armazéns, a construção de um shopping ao lado do gasômetro e de três prédios na parte das docas em frente ao mercado público. A parte dos armazéns é a primeira que será operacionalizada, assim como é a mais barata e a que gera menores debates entre os movimentos⁷². Não é questionável e surge como um consenso que os armazéns sejam revitalizados, o que é discutível são seus possíveis usos e a ideia de “revitalização”. Segundo Vanessa “estes projetos que envolveram o Cais Mauá desde a década de 90 colocam sempre as mesmas coisas como shopping e estacionamento...é um combo, mesma coisa do Barra Shopping e que querem fazer na Rua da Praia”.⁷³

Associando processos similares em áreas distintas da cidade é interessante perceber que somente para a revitalização dos armazéns, segundo reportagem do Jornal Já, custaria somente 10% do valor total do empreendimento tendo seu projeto pronto desde de 2013⁷⁴. Patrimonializados desde o início da década de 80 nestes armazéns estão previstas as atividades culturais e de lazer projetas pelo empreendimento através do que “conseguiram conversando com pessoal do patrimônio histórico” como disse a arquiteta responsável pelo projeto no debate sobre o Estudo Viabilidade Urbanística em outubro de 2016. A lei complementar que admite a construção de prédios de mais 52 metros de altura em áreas de interesse cultural aprovada pela câmara em 2010 exigiu do empreendimento algumas contrapartidas como espaço para juventude e ciclovias. Todas estas ações estão previstas para área dos armazéns e para as praças adjacentes entre eles.

⁷² O que percebi no processo etnográfico é que não ocorrem divergência sobre o uso público do espaço do cais como espaço de lazer. A revitalização dos armazéns não é um ponto discutível. Seus usos sim. As razões de desacordo estão na construção de grandes empreendimentos de embelezamento estético urbano e a elitização nos usos dos espaços. Os movimentos, todavia, questionavam a política de segredo que cerca as informações públicas sobre os projetos, pois pouco se sabe sobre seu desenvolvimento. Eles exigiam maior transparência sobre a apropriação pública do espaço do Cais Mauá, e de outros empreendimentos previstos para orla porto alegreense.

⁷³ Essa fala foi retirada do diário de campo do dia 07 de Julho de 2016 enquanto acompanhava o evento de rua “07/07/07” organizado pelo coletivo Cais Mauá de Todos em prol da manutenção do armazém A7.

⁷⁴ Cais Mauá: projeto de restauro dos armazéns está pronto desde 2013 <http://www.jornalja.com.br/cais-maua-projeto-de-restauro-dos-armazens-esta-pronto-desde-2013/>

Uma das grandes críticas ao projeto é que a licença para restauro dos armazéns é de 2013 e “caducou”. Durante o processo de trabalho de campo percebi que os movimentos tinham nos prazos e nas datas de cumprimento dos contratos uma ferramenta de questionamento ao empreendimento. Segundo o consórcio o que viabiliza financeiramente o restauro dos armazéns é a aprovação do EVU⁷⁵ pois é onde pode-se visualizar o impacto das torres e das obras viárias sobre o patrimônio. Mas, segundo me contou Rafael, a área dos armazéns poderia trazer recursos para o empreendimento sem necessariamente ser caracterizada como uma contrapartida do empreendimento para cidade:

No meu entendimento isso não é algo tão pacífico por que se tu tens todos os armazéns pra uso comercial, arrendamento e locação. Segundo a empresa tu tens um armazém, de fato para a cultura, mesmo assim com atividades que gerariam retorno financeiro. Então tu não tens muitas áreas ali que não tenham retorno financeiro e que fujam dessa ideia de comércio. Tem um pequeno centro de eventos que poderia ser muito destacado em relação a outros que Porto Alegre já tem. Se há um grande turismo que a cidade tem vocação é o turismo de negócios, e para esse tipo de turismo necessita-se de um grande centro de eventos que Porto Alegre não tem.

É nesse contexto de debate sobre a revitalização dos armazéns e de usos que surge a contradição da salvaguarda do Armazém A7. Como já abordado a estrutura dos armazéns foi trazida da França durante toda a década de vinte com a exceção do A7 que foi concluído somente dez anos depois e por isso de seu não tombamento. Esta estrutura entra no cadastro de inventário de propriedades da prefeitura e não está catalogado como “inventário estruturante” e sim como “inventário de compatibilização”, podendo assim ser derrubado a qualquer momento.

Tendo em vista o projeto que prevê sua demolição para construção do shopping na área, o coletivo Cais Mauá de Todos se articula desde a sua formação para, em diferentes níveis da burocracia do estado, tentar impedir a derrubada. Como procurei demonstrar no capítulo anterior foram várias as ações e tentativas de sensibilizações frente à sociedade civil. Jacqueline me contou que “a gente tentou condicionar a demolição do A7 a segunda fase que é a construção do shopping. Isso poderia ser um grande prejuízo no sentido de derrubar um armazém pra não fazer

⁷⁵ Sem unanimidade, projeto do Cais Mauá avança na Prefeitura <http://www.jornalja.com.br/sem-unanimidade-projeto-do-cais-maua-avanca-na-prefeitura/>

nada. Mas infelizmente nem isso nós conseguimos”. O consórcio garante que a não patrimonialização do armazém pelo IPHAN é o atestado que a peça não possui o valor histórico e social que o movimento aponta. Em uma participação em evento no qual estive acompanhando o movimento na Assembleia Legislativa as manifestações dos vereadores favoráveis ao empreendimento era de que o “Cais vai continuar lá” ou que “a mudança na paisagem não será significativa” e ainda “os retornos valerem a pena”⁷⁶.

Dentro do projeto para esta área, segundo site do empreendimento, se encontram:

- Quatro históricos guindastes portuários serão restaurados e receberão iluminação especial.
- O antigo prédio do DEPREC, inaugurado em 1947 em estilo art déco, será restaurado, abrigará um hotel-conceito e terá suas características arquitetônicas da fachada preservadas.
- Os armazéns A e B, junto ao Pórtico Central, serão destinados à cultura e à arte popular.
- Entre os armazéns A1 e A5 vai ficar a área destinada a design e decoração, com espaços para lojas de móveis, utensílios, tapeçaria, galerias de arte, além de operações de gastronomia com vista para o Guaíba.
- O A6 é o armazém destinado a eventos, atendendo a uma demanda crescente na capital gaúcha, podendo receber casamentos, convenções de empresas, seminários, leilões, entre outros.
- O armazém B1 vai receber uma praça de alimentação, com espaços para operações de fast-food e refeição executiva.

⁷⁶ Neste momento de trabalho de campo senti uma frustração de muitos ativistas que trabalham com patrimônio. Como poderia o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS) ser flexível às ações do empreendimento nos armazéns tombados? Como poderia o IPHAN/RS não considerar o Armazém A7 patrimônio histórico? Algumas críticas por parte dos ativistas foram feitas a esta organização que estaria alinhada com o consórcio de empresas responsável pelo empreendimento.

- O B2 vai abrigar lojas de conveniências, pequenos comércios e serviços, como lotéricas, agências de turismo, bonbonnière, entre outras.
- No B3 funcionará um terminal hidroviário, para receber embarcações de turismo e transporte.



Imagem 90 – Projeto para área dos Armazéns no Cais Mauá. O espaço contará com restaurantes e áreas públicas. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.



Imagem 91 – O projeto para áreas dos Armazéns dos 11 guindastes existentes manterá 4 revitalizados. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.



Imagem 92 – Momento da assinatura do contrato de concessão da área do Cais Mauá pela então governadora Yeda Crusius em 2010. Fonte: Jornal Já.



Imagem 93 – Manifestação em prol do Armazém A7 organizada por artistas de rua na Rua Sepúlveda em frente ao pórtico de entrada do Cais Mauá. Fonte: Jornal Já.

5.2 Entre espigões, shoppings e plataformas: o setor Docas e Gasômetro.

O que temos de quantidade de informações relacionadas à revitalização dos armazéns não se compara aos raros informes que dizem respeito à área do Gasômetro e das Docas. No dia da Assembleia que discutiu o EIA RIMA no Grêmio Náutico União um professor da universidade que compõe os movimentos me falou que a área do Gasômetro, além do projeto de destruição do A7, a altura do shopping e sua área de acesso também era algo questionável no projeto. Estes pontos foram modificados no projeto arquitetônico do complexo e revelados em apresentação do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) ao Conselho do Plano Diretor da cidade.

Sobre o Shopping o mais significativo é uma diminuição da altura do prédio o colocando no mesmo patamar dos armazéns. Segundo um dos arquitetos do empreendimento “depois de algumas conversas com as secretarias, alteramos o projeto, diminuindo a ocupação de lojas e liberando a vista”⁷⁷. Já sobre a questão do acesso ao centro de compras⁷⁸ originalmente estava previsto o rebaixamento da Avenida João Goulart no trecho, sobre a qual se estenderia uma grande esplanada verde. Porém esta plataforma ocuparia um bom espaço da Praça Brigadeiro Sampaio ocasionando corte de muitas árvores e perda de um espaço de sociabilidade. Conforme membros do movimento Cais Mauá de Todos “essa plataforma de acesso sumiu do projeto não por respeito ao ambiente, mas por falta de dinheiro do consórcio”. Porém um arquiteto representante do empreendimento respondeu que “a criação da passarela não foi retirada do projeto por nós. Foi decisão da Prefeitura, em razão de uma série de intervenções que serão feitas na avenida”.

Nota-se que ideia de “reestabelecer uma relação perdida da cidade com o rio” nas propostas do empreendimento passa pela construção de vias de acesso ao Cais Mauá sem necessariamente mexer no muro. Porém muitas destas demandas

⁷⁷ Projeto do Cais Mauá sofre algumas mudanças na área do Gasômetro <http://www.jornalja.com.br/projeto-do-cais-maua-sofre-mudancas-na-area-do-gasometro/>

⁷⁸ Chamar essa obra de “Shopping” ou “Centro de Compras” virou um ponto de debate na reunião aberta do CMDUA de outubro de 2016. Em debate público Jacqueline advertiu que essa denominação era só mais uma artimanha do empreendimento para conseguir mais aceitabilidade na comunidade porto alegreense. Segundo a ativista a categoria “shopping” estaria em plena crise de uso e os empreendedores perceberam isso.

esbarraram em dificuldades de execução e burocracias da prefeitura. Além do pórtico principal e do shopping outro acesso planejado era uma área que ficaria em frente ao conhecido “Camelódromo” no centro da cidade. A proposta de criar uma passarela de pedestres ligando o empreendimento ao Camelódromo, sugerida pela Secretaria de Urbanismo como forma de integrar melhor o empreendimento ao centro da cidade, também parou em impedimentos urbanísticos. De acordo com representantes do consórcio “seria preciso elevar muito a passarela, mais até do que o próprio edifício do Camelódromo, em razão dos cabeamentos e do trem, que passam bem em frente”⁷⁹.

Em conversa com ex prefeito de Porto Alegre Raul Pont o gestor público tocou nessas questões de uma relação perdida da orla com o rio e de como as vias de acesso são importantes, mas fazem parte de uma política voltada para o uso de carros⁸⁰. No que se refere aos portões de entrada, as grandes divergências se ligam ao planejamento de prolongamento da Rua Ramiro Barcelos que segundo Pont

“Beneficiará mais ao empreendimento do que à população da Capital, uma vez que será por esta via, rebaixada sob a Avenida da Legalidade, que entrarão os veículos na área das docas do Cais Mauá, onde serão erguidos os espigões com hotel e escritórios”. Assim o projeto de três prédios na região das docas é considerado, em conjunto com a área do shopping, a mais agressiva do “combo” que vem com a revitalização dos armazéns. Segundo reportagem no Jornal Já, em valores de 2015, só esta intervenção na rua Ramiro Barcelos custaria ao empreendedor R\$ 24,3 milhões, que significa metade do valor a ser gasto com a cada vez mais barata revitalização dos armazéns.

As torres projetadas terão 100, 90 e 52 metros de altura e se encontram próximas ao antigo frigorífico e uma praça histórica, que também serão revitalizados. Conforme informações no site do empreendimento o setor de docas contará com torres comerciais com serviço de hotelaria e, além disso, também oferecerá estacionamento, com 2.036 vagas. A Praça Edgar Schneider, com 4,2 mil metros

⁷⁹ Projeto do Cais Mauá vive dias decisivos na semana da eleição <http://www.jornalja.com.br/projeto-do-cais-maua-vive-dias-decisivos-na-semana-da-eleicao/>

⁸⁰ Essa entrevista foi realizada no dia 10 de Novembro de 2016 na sede do Partidos dos Trabalhadores no bairro Santana. Ela faz parte de uma busca da minha parte de encontrar vozes dissonantes ao projeto que viessem de dentro do estado. O momento foi marcado por uma ressentida derrota de Raul Pont nas eleições para prefeitura de Porto Alegre em 2017. Consegui um acesso a sua agenda cheia por ele dizer que foi um dos primeiros gestores públicos a apontar irregularidades na licitação do Cais Mauá em 2008.

quadrados e uma escultura restaurada em pedras portuguesas, será a maior das dez praças do complexo e o prédio do antigo Frigorífico do Porto, inaugurado em 1935, deve dar lugar a um centro de eventos, com convenções, atividades culturais, entre outras.

No debate sobre o EVU os arquitetos do empreendimento foram questionados sobre a altura dos prédios a serem construídos nas docas e responderam que “as duas torres maiores que 52 metros são só um pouco mais altas que os edifícios da Mauá... considerando a topografia da cidade, que se eleva, elas ficarão totalmente integradas na paisagem”. Para o urbanista Rafael as manifestações contra a construção dos prédios giram em torno de uma divisão interessante entre uma cidade do lazer e outra do trabalho

Pode-se imaginar duas cidades compartilhando a ambiência natural e construída que caracteriza o território urbano: a cidade do lazer, da cultura, das caminhadas, da bicicleta e do transporte coletivo e a cidade do trabalho, dos negócios e do automóvel” além disso “o projeto irá carregar significativamente o sistema viário com agravamento dos atuais congestionamentos”.

Boa parte destas falas podemos ver sistematizadas na fala de Katia que articula a ideia de mobilidade urbana e zonas comerciais com o processo de revitalização do porto:

É que esse projeto do Cais Mauá tá restrito a aquela área ali. Esse projeto tá de costas pra cidade, ele se fecha em si mesmo, ele é um projeto que não dialoga com o centro da cidade onde o vetor econômico da cidade é o comércio de rua. Se colocarem um shopping naquela região do centro, será uma concorrência desleal que vai acabar com o comércio de lojas de rua. Sem falar que POA já é a cidade a cidade com mais shoppings por habitante no Brasil, então assim, quanto mais shopping menos o poder público investe na cidade. "não ande na rua, você deve fazer as coisas nos ambientes fechados do shopping, lazer, comércio, serviços". A gente tem essa visão do poder municipal há pouco tempo atrás, quando um vereador transformou o Largo Glênio Peres em estacionamento a partir das 19 horas, ele falou que ia fazer isso defendendo a medida para levar gente mais qualificada para o centro da cidade. Dizendo isso, ele está dizendo que as pessoas que andam de ônibus não são qualificadas. Quem não anda de carro não é qualificado? E ele está governando para quem está dentro do carro. Uma cidade só para carros não é boa nem para os carros. Pois há o congestionamento. Isso é ligado à questão de insegurança na cidade, que está diretamente relacionado às áreas onde se caminham nas ruas e as que não se caminha. (Entrevista realizada em abril de 2016)



Imagem 94



Imagem 97

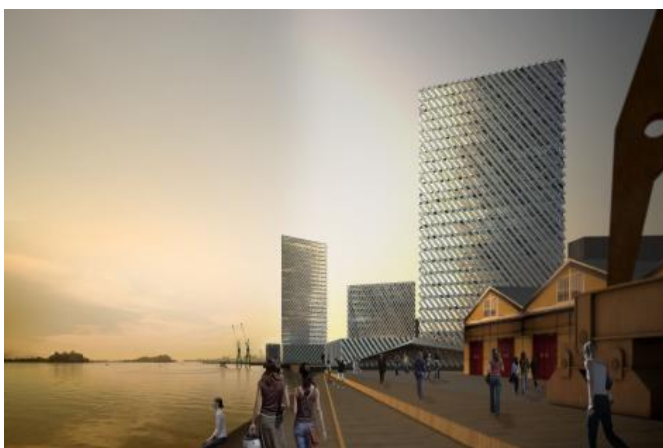


Imagem 95

As imagens do empreendimento que visa à construção de um shopping e três grandes prédios associadas às imagens produzidas pelo movimentos contrários a revitalização.



Imagem 96



Imagem 98

5.3 A Costura Urbana e a luta por conexão e permeabilidade

Uma proposta alternativa ao projeto vigente de revitalização é a do trabalho de final de graduação no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Maria Helena Cavaleiro (2008) denominado “Manifesto Mauá: Uma Costura Urbana no centro de Porto Alegre”⁸¹. Este projeto é usado com um exemplo de outras possibilidades para a revitalização do Cais Mauá. O Coletivo Cais Mauá de Todos em muitos momentos nos eventos que organizou trouxe esse projeto como representante de uma ideia de cidade vinculada com o cais que eles sonhariam. A principal ideia deste trabalho gira em torno da cidade e do cais como dois retalhos a serem unidos. A separação pelo muro, além de uma pretensa seguridade e proteção contra enchentes, dividiu em “retalhos” a cidade do seu rio, por mais que vínculo simbólico dos habitantes da cidade com o Guaíba jamais tenha sido perdido, é preciso um projeto de vinculação urbanística.

Essa integração sonhada passa inexoravelmente pela intervenção na Avenida Mauá através do debate sobre a permanência do muro. Contudo é necessário a manutenção do perfil da orla e é essa associação que Cavaleiro (2008) e os movimentos que se baseiam nessa proposta buscam na suas ideias de remodelamento da área portuária. Assim é organizado, além de um projeto urbanístico, uma proposta programática de cunho cultural e educacional em diálogo com atividades já existentes no centro. As contradições de propostas de intervenção urbanas na área do cais se fazem visíveis quando se abordam as eliminações de barreiras, as interfases de qualificação do espaço aberto e o modelos de usos do espaços constituídos.

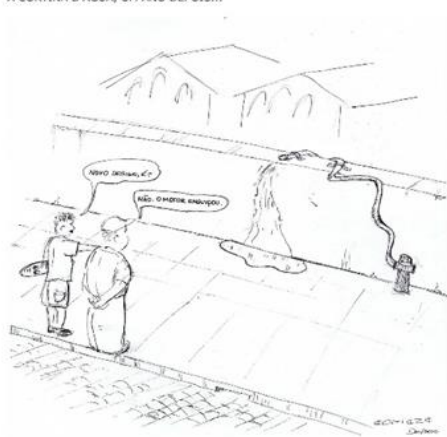
Construído no final da década de 1970 mais que relacionada a um tipo de ideia de planejamento urbano da época a construção dessa barreira diz respeito ao princípio do momento da desativação da área portuária e a um histórico de enchentes que precisavam ser de alguma forma contidas. Desde então houve

⁸¹ Durante os trabalhos de campo os ativistas sempre levavam as imagens deste trabalho impressas para demonstrar como as coisas poderiam ser feitas de outra forma. O grupo Cais Mauá de Todos adotou este projeto em todas suas ações o que me deixou curioso para ler o trabalho. Depois desta leitura pude perceber melhor o imaginário de cidade articulado pelos ativistas que veem na “permeabilidade e na conexão” entre o Cais Mauá e a cidade um elemento fundamental de suas pautas.

alguns movimentos que buscavam o debate sobre sua presença na Avenida Mauá que, agregada a construção da estação de trem “Mercado-Rodoviária” e suas regiões de manobra dos vagões, bloquearam fisicamente o acesso à área portuária.

As transformações na área, segundo relato dos integrantes do movimento “Pôr do Sol Livre”, passam por revisão do sistema de contenção de cheias que “além de causar uma invisibilização visual traz uma promessa de proteção duvidosa”. O movimento “Pôr do Sol Livre” se mobiliza especificamente no que concerne as questões do muro da Avenida Mauá. Conheci uma integrante do movimento no dia da Assembleia Pública chamada pelo consórcio no espaço do Grêmio Náutico União. Recebi um panfleto e perguntei “onde o grupo se encontra?” A resposta veio prontamente com um sorriso “a gente não se encontra, nos articulamos pela internet através de um grupo do Facebook”. Desde então participo deste grupo que anda pouco movimentado desde o meio do ano de 2016.

A CORTINA D'ÁGUA, UM ANO DEPOIS...



copyright © 2010 Adriana Schönhofen Garcia. All rights reserved. <http://schonhofen.blogspot.com/>

Imagem 99 – Uma cortina d’água estava prevista no muro da Mauá como item da revitalização. A imagem demonstra uma sátira construída pelos movimentos.

Fonte: ASchonhofenG

Segundo Cavalheiro (2008) a construção do muro causou uns status de fluxo e transitoriedade na área no qual as pessoas não tem oportunidade de espaços de permanência. Uma nova linha que interligasse o centro nos pontos da Rodoviária, Mercado Público, Praça da Alfandega e Gasômetro seria interessante no sentido de ser uma política pública urbana de permanência em uma área que, desde a década setenta, é marcada pela mobilidade. Esta questão é levantada inclusive pela “Associação de Moradores do Centro Histórico de Porto Alegre”, que tem integrantes que apoiam o coletivo em defesa do cais.

Conforme representantes do consórcio que tem área concedida para revitalização “o muro está lá para proteger de enchente...defendemos o muro por esse motivo”⁸². Sendo assim, dentro da atual proposta, não há previsão de derrubada do muro, e sim de criação de algumas passarelas de difícil implementação. Nota-se então que, na pluralidade de grupos de

⁸² Pós cheia, muro do Cais Mauá volta ao debate <http://www.brasil247.com/pt/247/rs247/201340/Ap%C3%B3s-cheia-muro-do-Cais-Mau%C3%A1-volta-ao-debate.htm>

mobilização, não há um consenso de que existe uma relação perdida dos habitantes da cidade com a orla, mas há um comum acordo de que o muro contribui para essa perda de vínculo. Independentemente da posição destes coletivos quanto ao projeto de revitalização o sonho de um espaço aberto entre o centro histórico e o cais é parte do que impulsiona e faz surgir novos grupos que debatem a questão do muro.

PÔR DO SOL LIVRE

Na contramão do progresso e do desenvolvimento os setores mais retrógrados e reacionários da cidade querem impedir que o Cais Mauá seja devolvido ao povo de Porto Alegre.

Sob falsos argumentos de que a população não foi ouvida (em 2009 foi realizada audiência pública) ou que a nova área seria destinada a "poucos" esta turma quer mais uma vez tentar impedir que a cidade se desenvolva.

Agindo desta forma eles demonstram profundo desprezo pela população de Porto Alegre, principalmente a mais carente. A prefeitura possui outras prioridades além de agradar a esta pequena parcela reacionária, o dinheiro público necessário para revitalizar um porto será muito melhor empregado na construção de creches, postos de saúde, hospitais ou outras áreas onde estes recursos são muito mais necessários. Além disto a cadeia produtiva que gira em torno do empreendimento é enorme, diversos empregos diretos e indiretos serão criados. Desde a atendente de loja, passando pelo motorista que faz as entregas, o decorador, a garçonete, o cozinheiro, a faxineira, o segurança, etc... Sem falar na arrecadação de impostos que será muito bem-vinda para o já deficitário cofre público.

O **Pôr do Sol Livre** apoia o projeto Cais Mauá e vamos além. Propomos também a derrubada do Muro da Mauá, este muro físico e ideológico que impede a nossa visão de futuro, que fez Porto Alegre virar de costas para o Rio e para o horizonte de possibilidades que existe neste tipo de parcerias. O Muro de Berlim já caiu, vamos derrubar o Muro da Mauá e construir juntos uma Porto Alegre livre, democrática e moderna como sempre sonhamos.

facebook.com/pordosollivre

#PôrDoSolLivre #AbaixoMurodeBerlim



Imagem 100 – Divulgação do material do movimento “Pôr do Sol Livre” foi realizada na Assembleia Pública chamada pelo consórcio. O material traz uma referência ao muro de Berlim como algo a ser vencido.



O muro de três metros de altura por 2.547 m de comprimento protege a cidade de nova inundação | GABRIELA DE BELLA/METRÔ

No muro ninguém mexe

Intocável. Diretor-presidente do Porto Cais Mauá garante que retirada do muro é 'impossível' e que alternativa nunca pautou reuniões

Monumento que caracteriza a principal via de chegada a Porto Alegre, o muro da Mauá permanecerá intacto e integrado ao projeto de revitalização da área. A possibilidade de retirá-lo, que agradaria o urbanista espanhol Fermín Vázquez conforme manifestação do próprio, em passagem pela capital na semana passada, é refutada pela presidência do Porto Cais Mauá. Enfático, o diretor-presidente do grupo que gerencia as obras de revitalização da área, Mário Freitas, diz que a preferência do urbanista autor do projeto arquitetônico sequer foi aventada nos encontros que ainda definem os rumos do futuro do porto da capital. "Talvez na cabeça do arquiteto seria mais bonito tirar o muro, mas sabíamos que não era possível. Nun-

ca se pensou em derrubar o muro, porque desde o início haviam dito que não pode. É uma diretriz da cidade", explica Freitas.

Em fase de 'pré-obras'
As análises técnicas do projeto urbanístico feitas pela prefeitura são o único entrave que impede que tratores entrem no Cais Mauá e dêem início à remodelagem. Mário Freitas não faz previsão de datas, mas afirma que a estrutura será entregue para a Copa do Mundo de 2014. "Não tem uma data definida, mas está num processo onde não há mais volta. É uma obra para entregar para a Copa do Mundo. A nossa parte tem que acabar um pouco antes para lojas e restaurantes se estabelecerem lá dentro", antecipou.

© METRÔ POA



Obra do novo Cais do Porto terá um ano de duração | REPRODUÇÃO/PMMA

Destruição perigosa

Muralha protetora

Construído após a enchente de 1941, que inundou o centro da cidade, o muro de três metros de altura e 2.647 de comprimento foi edificado para conter uma nova catástrofe. Segundo o engenheiro civil César Franarin, seria temerário removê-lo. "Pode acontecer de novo de ocorrer uma enchente, inclusive deve acontecer de novo. Podem até usá-lo como uma passarela, ou inseri-lo no projeto arquitetônico, mas tirá-lo é impossível", alertou. © METRÔ POA

"Pode acontecer de novo uma enchente, inclusive deve. Tirá-lo [o muro] é impossível."

CÉSAR FRANARIN, ENGENHEIRO CIVIL



Enchente inundou as redondezas da praça da Alfândega | BEV/ARQUIVO

Imagem 101 – Reportagem do Jornal Metrô. O tema do muro veio à tona novamente após enchente em outubro de 2015.



Imagem 102 – Imagens tiradas das redes sociais do movimento #OcupaCaisMauá.



Imagem 103 - Imagens tiradas das redes sociais do movimento Pôr do Sol Livre.

A ideia de permeabilidade entre duas áreas desconectadas pela presença do muro é o principal argumento de quem é a favor da derrubada desta barreira na Avenida Mauá. Segundo integrantes do Movimento Cais Mauá de Todos novas formas de tecnologias de contenção de enchentes poderiam ser implementadas na orla sem necessariamente impedirem o potencial simbólico e paisagístico de uma relação da cidade com o cais. Esse espaço poderia se tornar referencial na qualidade urbana de Porto Alegre se fossem investidos novas ideias de usos de



Imagem 104 – Segundo o estudo de Maria Helena Cavalheiro (2008) um dos principais pontos a se pensar no estabelecimento de propostas alternativas é o de “permeabilidade” das obras do cais com a cidade. Fonte: Cais Mauá: uma costura urbana (2008)

espaço construído.

A costura urbana como projeto urbanístico para o Cais Mauá também não teve consenso entre urbanistas e ativistas contrários ao projeto. Isso por que se questiona a produção da licitação, a forma como as coisas forma conduzidas, e um projeto alternativo escolhido por quem é contra o empreendimento poderia gerar reações que invisibilizassem que o problema maior está no processo licitatório. Como aborda Rafael

Na faculdade de arquitetura tinha uma época que nas cadeiras de projeto 1 e 4 os alunos faziam muitos projetos para aquelas áreas do cais. Então uma aluna de arquitetura, membra do coletivo Cais Mauá de Todos, fez um TCC sobre uma possibilidade de projeto para área. O coletivo de apropriou do projeto e mandou pra rua como um modelo do que poderia ser feito. Então

houve um pouco de confusão e algumas pessoas haviam previsto que isso poderia acontecer de que “o coletivo queria era aprovar o seu projeto e por isso era contra o do consórcio”. Mas na verdade foi somente uma estratégia de mostrar outras possibilidades.

5.4 Aprofundando contrassensos: o acompanhamento do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU)

Estas falas e debates foram apresentadas em vários eventos dos quais participei. Os mais significativos foram o da discussão em público no qual o consórcio apresentou o projeto o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU). Trago a experiências de acompanhamentos de algumas reuniões abertas ao público do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDEUA). Quando o projeto de revitalização do Cais Mauá chegou nesta instância da administração municipal muitas reuniões aconteceram⁸³. Estes momentos se caracterizam por serem tensos e havia uma forte divisão entre coletivos favoráveis e contrários ao projeto. A participação neste nível da burocracia institucional da prefeitura foi importante para a percepção das particularidades do processo político que ocorrera. A ideia de que “Porto Alegre está perdendo a identidade” sempre contraposta a de que “é necessário Porto Alegre se tornar uma cidade do novo século” era o eixo central das contradições entre tradição e modernidade na cidade contemporânea. Segue um trecho do diário de campo da última reunião do CMDEUA aberta ao público que participei

Cheguei na Assembleia legislativa onde ocorreria uma reunião aberta do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) no dia 18 de Outubro de 2016 e me encaminhei para tirar algumas fotos do ambiente. No lado esquerdo do plenário encontrava-se Daniel, um dos principais gestores deste conselho. Daniel me falou que essa reunião não seria costumeiramente aberta ao público, mas se tratando da importância da pauta, decidiu abrir para participação da sociedade civil. Durante o evento ameaçou parar a atividade várias vezes principalmente quando ocorria o que foi chamado de “grenalização ingênua”. Muitos ativistas chegaram ao local. Dentro das interrupções algumas falas foram interessantes. Uma arquiteta do projeto falando da construção do shopping foi interrompida por um urbanista que gritou “isso não é um terreno”. Logo veio a resposta do outro lado da plateia onde estavam os indivíduos

⁸³ Fiquei sabendo dos debates sobre o EVU no CMDEUA da mesma forma como me inteirei da maioria dos trabalhos de campo que realizei: na mesma semana ou um dia antes. As atividades não costumavam não ser muito divulgadas e só o contato direto com interlocutores como Vanessa e Jacqueline que me avisavam as datas fez possível minha ida aos eventos.

favoráveis ao projeto e se ouviu “sai pra lá comunista”. De lá também surgiram manifestações como “privatiza, privatiza tudo” de um grupo de jovens identificado como “Banda Louca Liberal”. Ao som de vaias dos coletivos contrários ao empreendimento um senhor de terno e gravata entrou em uma discussão tensa com alguns ativistas os chamando do já clássico adjetivo “caranguejos”. Daniel, o mediador do debate, teve dificuldades de controlar os ânimos, mas o evento, a trancos e barrancos, foi até o final da apresentação do EVU pelos arquitetos do empreendimento. (Diário de campo 18 de Outubro de 2016, Assembleia Legislativa de Porto Alegre)

Ainda sobre a questão dos planos e projetos para área do centro histórico de Porto Alegre representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) mesmo não concordando com o projeto o problema não é dos arquitetos que o projetaram e sim dos clientes gestores de negócios “a gente aprende desde cedo em urbanismo que clientes ruins significam projetos ruins” abordou Tiago que é presidente da entidade. Sendo assim há um “vício de origem” neste projeto de revitalização que já nasce sem um plano urbanístico para área e se manifesta unicamente como um projeto de negócios.

O empreendimento no Cais Mauá representava uma descaracterização da cidade, uma perda no que diz respeito à história e uma “falta de respeito fundamental à paisagem urbana”. Por outro lado, há uma demanda explícita na produção destes debates na qual se questiona a dicotomia e a “grenalização” porto alegreense entre favoráveis e contrários ao projeto. Desse discurso que se coloca no centro entre preservacionistas e desenvolvimentistas é interessante perceber a ideia de que “todo projeto tem algo de bom e ruim: vamos tirar o que há de melhor”.

A participação das autoridades da Prefeitura e do Governo do Estado nestes eventos foram um reforço e um incentivo ao empreendimento. Após o debate final sobre o Estudo de Viabilidade Urbanística o prefeito Jose Fortunati abordou que

A partir de agora as pessoas podem acreditar que a revitalização do Cais Mauá vai sair do papel. A partir de agora temos um projeto, temos um estudo dos impactos ambientais e de viabilidade urbanística... estamos provando que com muita seriedade ao trabalharmos no conjunto governo do estado, municipal e empreendedores privados podemos qualificar a nossa cidade.

Mesmo contando com o aval das autoridades públicas, ainda houve muitas demandas de cancelamento da licitação. Segundo o ativista José, representante de uma organização ambientalista, há uma expectativa grande por parte da iniciativa

privada de ganho de lucros em Porto Alegre. José, que teve um espaço para falar no microfone no dia do debate do EVU, mandou um recado para o arquiteto projetista do empreendimento Jaime Lerner: “Parem de trazer sonhos que não são os nossos”.

Representantes da Prefeitura retrucaram afirmando que é por causa de ambientalistas e pessoas ligadas ao movimento de patrimônio que a cidade não se desenvolve. O adjetivo já conhecido de “caranguejos” que bloqueia o desenvolvimento urbano é o que mais é apresentado pelos representantes do empreendimento. O vereador Valter Nagelstein (PMDB) sempre aparece como um dos grandes apoiadores do projeto e faz campanha para que a



população favorável ao progresso da cidade participem dessas atividades de debate. Segundo o vereador esse projeto trata da “execução de um dos projetos mais desejados pelo porto aлегrenses quem além de criar um amplo espaço de cultura e lazer vai gerar nove mil empregos diretos e indiretos”.

Imagem 105 – Divulgação do Vereador Valter Nagelstein convocado partidários do projeto para reunião pública.

O mesmo vereador, que realizou está divulgação, esteve presente no dia final do debate sobre do EVU. Após o termino da sessão o procurei para conversar sobre as impressões dos debates do dia, porém o gestor público estava gravando um vídeo para postar em suas redes sócias. Acessei o conteúdo do vídeo que trazia o seguinte discurso⁸⁴.

É preciso que Porto Alegre se desvencilhe destes ranços. Nós não podemos ser mais ser a nova Cuba do Sul. Não podemos mais ser a cidade que se dá ao luxo de abrir mão de investimentos, de emprego, de revitalização urbana, de geração de impostos que alimentam a máquina pública. Barcelona tem shopping dentro d’água que gera recursos e empregos e ninguém fala nada. Todo mundo reconhece Barcelona como um exemplo de urbanismo no mundo. Então é a retomada de uma área urbana que está sonogada ao porto aлегrense. Porto Alegre vai ser uma antes, outra depois da revitalização do cais.

⁸⁴ Conteúdo em Vídeo gravado pelo Vereador Valter Nagelstein após resultado da votação no Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre Porto Alegre, RS <https://www.youtube.com/watch?v=98HSDdXp5Ts>

Uma das manifestações interessantes contra o empreendimento partiu de uma conselheira do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Laura (nome fictício) acompanhava o conselho há muitos anos e disse que sua briga sobre a revitalização do Cais Mauá, sempre foi pelo porto. Inconformada com a paralização das atividades portuárias na região da Avenida Mauá, a conselheira afirmou que “Navegantes não é porto” e que, com boa vontade e incentivo do Estado, poderia construir-se um “retro-porto que reativaria a atividade portuária e o transporte aquaviário na cidade”.

Outras demandas apresentada pelos movimentos, durante as reuniões do CMDEUA, foi a da consulta pública semelhante à realizada no Pontal do Estaleiro. A vitória do voto “não” ao projeto de revitalização do Estaleiro Só e da orla sul surgiu como demanda dos movimentos contrários a revitalização do Cais Mauá, que afirma a certeza dos representantes do empreendimento e do estado de que a população era favorável ao projeto. Segundo uma das autoridades governamentais, que acompanhou todo o processo licitatório, a consulta pública não é viável por que “além de mobilizar um grande aparato burocrático e administrativo do estado o projeto foi feito dentro dos princípios legais e validado pelo próprio Conselho do Plano Diretor, que lá no início do processo aprovou as diretrizes para o empreendedor”.

Para Vanessa, que acompanhou de perto a consulta pública no caso do Pontal do Estaleiro, a necessidade desta nova consulta pública tinha como motivação tornar a população mais ativa no processo democrático e informar-se mais sobre as obras no porto. “Por que o medo de uma consulta pública?”⁸⁵. O debate reacendeu a relação íntima do processo de revitalização e construção de grandes obras no cais e na orla sul. Conforme Raul Pont, ex prefeito de Porto Alegre,

O que há de semelhante é o tipo de negócio que foi planejado pra o Pontal e para o Cais. O que há de semelhante é o poder econômico que quer se apropriar do espaço sem respeitar aquele espaço que é público. Essas áreas de beirada de rios, da marinha, tem uma conotação ambiental por si

⁸⁵ Delegados do planejamento querem consulta pública sobre Cais Mauá <http://www.jornalja.com.br/delegados-do-planejamento-querem-consulta-publica-sobre-cais-maua/>

só por causas das espécies e da legislação. E também a questão do espaço público, com dinheiro do Estado, para movimentar a economia da região, e nós perdemos para outros portos. Perdemos milhões com isso, além e terem feito rotas destruindo a mata para construir a rota do sol. Mas esse porto que funcionava no Cais Mauá era bastante importante, só não tinha muito espaço para armazenamento. Com um pequeno investimento o Cais poderia continuar sendo utilizado como porto.

Na visão do político, apesar da falta de estrutura aquaviária, a reutilização do porto como centro de atividades culturais com transporte de mercadorias e pessoas seria um investimento para a cidade que projete receber mais turistas. O porto aqui não é visto como algo saudosista de um passado distante no qual a cidade possuía uma identidade verdadeira, e sim como um espaço mito que necessita de uma reformulação que leve em conta os interesses da comunidade. O ex prefeito continua abordando que

Atualmente querem alterar muito o plano urbanístico do cais, para ter um ganho infinitamente maior em shoppings. Então apesar de POA ser a cidade de muitos movimentos, pelo o que a gente acompanha na Câmara, ambientalmente, todos os conselhos são dominados pelos projetos financiados pelo capital. Então, se eles quiserem colocar um prédio com espelhos com cem andares lá, eles aprovam. E prédio não é um conceito de vida sustentável, pois precisa ter energia solar e muita coisa para manter esse adensamento populacional tão grande.

Na esteira destas discussões, surgiu a opinião que este espaço tinha “vocaçãõ para parque”. Quem levantava essa questão nos eventos organizados seja pelo estado, seja pelos movimentos era o professor de história da UFRGS Francisco Marshall. Intelectual reconhecido no meio cultural da cidade e ativista, salienta que o espaço do porto poderia ser o cenário de “uma nova economia criativa contemporânea” e sugere que seja construído o “Parque estadual no Cais Mauá” com respeito à paisagem e a biodiversidade junto ao Parque Estadual do Delta do Jacuí de frente ao cruzamento de rios.

Conversando com Marshall em um evento público, perguntei-lhe o que se entendia por “nova economia criativa contemporânea” relacionada ao Cais Mauá. Ele disse-me que se refere aos usos do espaço no qual poderiam construir-se armazéns abertos para empresas que prezem novas formas de trabalho, com respeito à paisagem e ao patrimônio histórico. Possibilidades de museus, bibliotecas e espaços públicos de convivência entrariam mais em harmonia com o ambiente do

que centros de compras e espigões. Porém, para o urbanista Rafael, um “Parque Cultural” seria mais condizente com as condições do espaço

Quando a gente fala em um Parque Ambiental para o Cais Mauá eu preferiria falar sobre Parque Cultural. Por que o ambiental nos leva em mente a arborização... praças e antigas e novas onde há mistura de espaços secos com vegetais...isso não é um parque ambiental. A não ser que tu amplie o significado de ambiental. Acho que tem uma questão muito mais de impacto de uma ideia e uma resposta àquela crítica grosseria “só sabem ser contra e não sabem propor nada.



Imagem 106 – Ativistas de diversos coletivos pousaram para a foto após a reunião aberta do CMDUA de 18 de Outubro de 2016. Fonte: PoaEmMovimento

5.5 Porto Alegre, cidade resistente? O futuro do cais é o agora

Após e dez anos de tramites administrativos, o ano de 2017 começa com duas grandes vitórias: a aprovação do EIA RIMA e do EVU. Os movimentos continuam a fazer resistência tanto nos espaços institucionais do estado, através de investigações nos ministérios e no tribunal de contas, quanto nos espaço públicos por intermédio de chamada de eventos e ocupação da rua nas proximidades do porto. Uma notícia boa para os movimentos foi que a primeira fase da revitalização seria o restauro dos armazéns, ação à qual os agentes políticos destes coletivos não são contrários.

O site do consórcio Cais Mauá lançou a seguinte nota no dia 01 de Dezembro “A expectativa da Cais Mauá é de que até meados de janeiro de 2017 os projetos arquitetônicos já estejam aprovados para que se possa solicitar a concessão da licença de instalação e começar a obra”. A nota apontava que faltam poucos tramites burocráticos para dar início às obras e acrescentava,

A tão esperada obra de revitalização do Cais Mauá, em um dos mais belos cartões postais da Capital, está mais próxima de se tornar realidade. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), entregou no dia 17 de novembro a Licença Prévia (LP) para o empreendimento, o que atesta, além da sua concepção, a viabilidade ambiental.

Porto Alegre é uma cidade resistente? Esse questionamento esteve presente em muitas atividades organizadas pelos coletivos que defenderam uma revitalização diferente à proposta para o Cais Mauá. Fiz essa pergunta a pessoas que se mobiliaram e surgiram algumas respostas interessantes. Para a ativista Katia, essa questão nos acompanha como cidade há muitos anos no qual podemos associar os primeiros provincianos ligados ao Parthenon Literário à nova geração que briga pela não privatização dos espaços públicos.

Acho que sim, Porto Alegre é resistente. Não sei como é a trajetória de outras cidades, para saber se ela é muito ou pouco. Mas ela tem um núcleo de resistência, que busca não aceitar episódios graves. Sem querer idealizar, Porto Alegre tem uma história de resistência. Se a gente for pensar, a cidade tem uma tradição, a coluna da legalidade, o primeiro movimento ambientalista foi criado aqui em Porto Alegre. Na década de 50 um grupo de empresários associados à política da época pretendeu

construir vários conjuntos habitacionais de luxo no Parcão. Este espaço só é o que é graças ao movimento social que lutou pela permanência de mais áreas públicas na cidade. Também tem o caso do Mercado Público na década de 70 que o prefeito elaborou a proposta de demolir para melhorar o trânsito. Um grupo de pessoas reagiu e conseguiu a manutenção do espaço. Importante lembrar que não se tratam apenas de propostas de restauração do patrimônio edificado, mas de uma articulada ideia de intervenção urbana na forma de empreendimentos. (Entrevista realizada em Abril de 2016)

Muitas das pessoas com as quais conversei durante o período de pesquisa, falam de atribuir tanto valor a beleza do processo construído pelos movimentos, quanto aos resultados que ainda podem vir a ocorrer. Para a ativista Jacqueline não se trata de uma luta perdida, e sim de um processo de articulação política histórica que merece ter sua importância⁸⁶. O atual alinhamento político dos poderes públicos em seus diferentes níveis é considerado uma das principais forças de ação para a transformação da paisagem urbana na orla na cidade. Segundo Rafael

Como há um alinhamento tanto da administração pública do município eleita agora em 2016, quanto em governo do estado e federal as coisas se ajeitam tranquilamente. Há uma relação fluida entre a parte administrativa e política com esses alinhamentos. Até que ponto existe uma brecha legal capaz de anular todo o processo? Eu não acredito. Sobre os próximos passos tenho uma grande dúvida se o consórcio atual vai concluir essa obra ou vai passar adiante. A empresa que ganhou não tem capital e procura captações. Há boatos que grandes empresas conhecidas podem comprar a proposta e tocar o projeto.

Segundo a presidente do consórcio, em nota divulgada no site do empreendimento, “os recursos para as obras estão apartados e tão logo tenhamos todas as licenças e a aprovação, iniciaremos com as obras”. O ex prefeito de Porto Alegre José Fortunati projetava acabar sua administração com um ato simbólico no porto com a autorização definitiva para início das obras. Tramites burocráticos que giram em torno da averiguação das contas do consórcio são avaliados tanto pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), quanto pelo Ministério Público de Contas

⁸⁶ Eu e Jacqueline conversamos quando voltamos do evento organizado pela vereadora Sofia Cavedon em prol da não derrubada do armazém A7. Nessa ocasião me relatou que era muito difícil barrar o empreendimento visto o alinhamento político entre prefeitura, estado e empreendedores do consórcio. A ativista parecia já saber que o projeto de revitalização do Cais Mauá passaria em todas as instâncias do estado e, mesmo assim, abordou que ainda havia outras possibilidades nas quais os movimentos estavam trabalhando para impedir as grandes transformações na área.

(MPC) em uma batalha administrativa que parece que levará mais um tempo a ser resolvida como aborda a matéria do Jornal Já⁸⁷.

O procurador do MPC, Geraldo da Camino, já havia solicitado ao conselheiro a suspensão do licenciamento enquanto as dúvidas abertas pela inspeção não sejam totalmente esclarecidas. O conselheiro, entretanto, discordou da opinião do procurador e rejeitou o pedido de suspensão, embora tenha intimado os gestores públicos envolvidos para que prestem esclarecimentos. Da Camino, então, recorreu da decisão, que deverá ser avaliada pelo pleno do TCE na próxima semana.

Enfrentamentos políticos como este, mobilizam os ativistas que participarem de eventos e tentarem influenciar nas decisões governamentais. O ano de 2016 termina com a pretensa extinção da Secretaria de Portos e Hidrovias (SPH)⁸⁸ que historicamente administrou a área portuária e começa com a possibilidade de remodelação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre que realiza as ações de licenciamento ambiental⁸⁹.

⁸⁷ Fortunati apressa-se a liberar obras no Cais Mauá antes do fim do seu mandato <http://www.jornalja.com.br/fortunati-apressa-se-a-liberar-obras-no-cais-maua-antes-do-fim-do-seu-mandato/>

⁸⁸ O Náufrago da Navegação <https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/2017/01/03/o-naufrago-da-navegacao-por-tau-golin/>

⁸⁹ Extinguir a SMAM é avançar quarenta anos atrás <http://www.sul21.com.br/jornal/extinguir-a-smam-e-avancar-quarenta-anos-atras-por-gerson-almeida/>

Conclusão

Busquei demonstrar no decorrer deste trabalho que a sentença de que há um “reestabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto” através do projeto atual de revitalização do Cais Mauá não é consensual. Ela aglutina inúmeras contradições políticas que procurei acompanhar etnograficamente através do contato com coletivos de ativismo urbano. Também, ao dispor-me a dar conta de conviver com estes grupos, percebi como o consentimento na pesquisa etnográfica esta inexoravelmente atrelado ao alinhamento político.

Tive por objetivos demonstrar o quanto transformações urbanas na cidade, especificamente as ligada área portuária porto alegreense, resultam memória política. Através da pesquisa histórica em acervos e com imagem pude perceber que a (re)qualificação da área portuária é tão histórica quanto as suas resistências. Como procurei apresentar no terceiro capítulo a característica rural da antiga Porto dos Casais era pleiteada por organizações como a do Parthenon Literário que contrapunham a visão progressista de cidade deseja por uma administração de perspectiva política positivista.

Na atualidade, como se manifestam as amarguras provincianas e os devaneios progressistas? Pensar nas (des)continuidades da ação política, suas rupturas, contradições e vinculações foram a pauta do desenvolvimento deste trabalho. Sandra Pesavento (1999) ao refletir as tensões entre uma cidade que se sonha e uma cidade real foi uma referência importante, pois aponta para constâncias do fazer político no meio urbano porto alegreense.

Esta pesquisa sobre o processo político de requalificação do Cais Mauá, que teve os coletivos de ativismo urbano como objeto empírico, teve duas dimensões principais: a histórica e a do conflito. A pesquisa histórica sobre esta área foi importante por permitir apontar algumas consonâncias fundamentais na apresentação de características e contrassensos desta proposta de transformação dá área portuária. Podemos dizer que o que resulta deste processo são conflitos territoriais e de imposição de uma imagem do porto. Neste sentido o empreendimento etnográfico teve a missão de mapear as disputas e contradições nas imposições de sentido do lugar.

No momento da inserção em campo tive a consciência de estar em meio a um turbilhão de informações em forma de notícias, documentos e opiniões, que ainda estavam sem nenhuma organização. Neste sentido, produzir um capítulo histórico sobre o Cais Mauá foi muito mais uma tentativa de organização do material coletado relativo à problemática durante de pesquisa do que um “não partir do campo”. As memórias dos planos diretores da capital gaúcha, constantemente comentada pelos ativistas em campo, fomentaram tanto minha participação nos eventos, quanto na consulta nos acervos.

O tema que tratamos nessa dissertação teve sua origem em um debate segundo o qual o Cais Mauá emerge como um patrimônio, como um símbolo do início deste meio urbano que permanece no cotidiano da cidade moderna. Os sujeitos destes discursos além de serem ativistas urbanos formados em diversas áreas do conhecimento, são representantes do poder público e produtores das políticas que modelam o meio urbano. Participando de algumas produções de eventos públicos organizados pelos coletivos que acompanhei entendo que o destino das ideias para um futuro espaço do porto não são consensuais, longe disso, remetem a um arsenal de atores, projetos e possibilidades que se tencionam no ato de planejar o meio urbano.

A área portuária é um campo fértil para a visibilidade tanto da complexa negociação de consensos políticos em Porto Alegre, quanto da trama dos conflitos decorrentes entre atores públicos e privados. O projeto de requalificação urbana, entretanto, passa pela atuação hegemônica de um empresariado, em princípio preocupado também com questões sociais ligadas à cidadania, mas que em determinados momentos cruciais, tem optado por apoiar intervenções urbanas que dialogam bastante com interesses mais gerais de mercado. Essa relação entre cidadania e mercado constitui aqui um campo de tensões bastante problemático.

Enfim, o que é a cidade se não um palco de constantes transformações onde seus habitantes constroem a paisagem e o cenário constrói os atores? Nesta dialética do viver urbano, o ambiente biológico, econômico e sócio cultural do Cais Mauá, é permanente reconstruído. As persistências de certos traços paisagísticos e de relação dos habitantes da cidade com o rio indicam a relação da pluralidade existente entre o tempo e o espaço do porto.

O que esse trabalho propõe-se apontar é que toda análise que indique uma concepção de cultura política homogênea no meio urbano é enganadora. O contato com interlocutores, como Jacqueline, Vanessa, Katia e Rafael entre outros, trouxe à tona a inquietude e o desacordo sobre questões, usualmente, vistas como consensuais pelas autoridades públicas.

Durante o período de realização do mestrado acadêmico em Antropologia Social somos formados para entender como a cultura pode ser pensada como um campo de disputas e a minha experiência empírica de realização de trabalho de campo junto a ativistas urbanos evidenciou-me este processo de entendimento. Assim como a memória, que possui caráter de negociação, mediante os "jogo" temporais cotidianos dos sujeitos, a cultura e a política aparecem enquanto campos de tensão.

A chegada do ano de 2017 com o avanço e licenciamento do projeto de revitalização do Cais Mauá em múltiplas dimensões do cotidiano político do estado é vista de forma plural pelos atores que realizam resistência a este processo. Como disse Jacqueline ao falar do histórico dos movimentos que participou “tenho que confessar que poucas foram às vezes que conseguimos algum ganho significativo”, em contraponto a isso surgem reafirmações sobre o desejo da cidade e de porto. O que se questiona neste percurso é a possibilidade das políticas públicas que transformam o meio urbano assentarem o que é mais rico na área do Cais Mauá – a relação entre as pessoas, as sociabilidades e a abertura do espaço para a comunidade porto alegreense.

A ideia de crise e cansaço nos coletivos de mobilização são representadas por avanços desenfreados nos grandes projetos de especulação imobiliária, nas progressões das políticas que geram a gentrificação e alinhamentos políticos cada vez maiores dos representantes de pautas conservadoras na cidade. O ano de 2016 ficará marcado na história da política brasileira e a revitalização do Cais Mauá foi mais um elemento em disputa.

Neste cenário de perdas novas iniciativas como a da criação da associação “Ama Cais” - da qual me inteirei enquanto escrevo esta conclusão – revigoram a presença do ativismo urbano na cidade. As ocupações nas escolas e na universidade também fazem parte desses modelos de resistências e surgem como

ferramentas importantes dos atores sociais que buscam construir uma cidade “mais humana”.

O processo de revitalização do porto da capital gaúcha, como ficou demonstrado, foi um campo de variadas lutas: de acesso à antiga Porto dos Casais do século XIX, espaço de negócios do século XXI, um novo espaço de convivência social e um local histórico, onde desenvolveram-se inúmeras atividades ligadas ao Rio Guaíba. Os projetos de transformação e resistência sobre o presente e o futuro do Cais do Porto seguem em disputa. Cada geração construirá uma imagem ideal desse espaço, o que comprova o dinamismo da cidade e o impacto das transformações urbanas e culturais advindas do passar do tempo e do contato com outras culturas.

A certeza da continuidade dos projetos de transformação e resistência é o sobra no final deste trabalho. São instigantes as formas de ação política nas grandes metrópoles. Torná-las um eixo principal para nossas reflexões faz também com que nós tenhamos que filiar-nos ao devir temporal e aos processos de transformação nos grupos aos quais nos apegamos.

Referências

- ALMEIDA, L.R. & MAHONEY. **Afetividade e aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. Organização. Edições Loyola. São Paulo. 2007
- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76, p.49-86, 2009.
- AUGÉ, Marc. **“Não-lugares”:** introdução a uma antropologia da **supermodernidade**. São Paulo. Papirus Editora. 2004
- BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração** SP, Ática, 1988. P. 5 a 52 e 75 a 135.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The Logic of Connective Action**. Information, Communication & Society, 15:5, p.739-768, 2012.
- _____. **Organization in the crowd: peer production in large-scale networked protests**. Information, Communication & Society, 17:2, p.232-260, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. In Walter Benjamin obras escolhidas III. São Paulo, Brasiliense, 1989. P. 103 a 150.
- _____. **O flâneur**. In BENJAMIN. Organizador Flávio Kothe coordenador Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1991, p. 65 a 91.
- BOSI, Eclea. **Memória sonho e memória trabalho**. In Memória e Sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo, USP, 1987. P. 5 a 30.
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada**. in: Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000
- CAVALHEIRO, Maria Helena. **Manifesto Mauá: uma costura urbana no centro de Porto Alegre**. Trabalho de conclusão de graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFRGS. 2008.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. UFRJ. 2011
- COELHO, Letícia. **Revelando a paisagem através da fotografia: construção e aplicação de um método – porto alegre vista do guaíba**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Planejamento Urbano na UFRGS (PROPUR/UFRGS).2011
- CUTY, Jeniffer Alves. **A gente sempre pensou em termos de planejamento : a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil**. Tese de Doutorado. UFRGS. 2012.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa, Perspectiva, 1980.
- _____. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1980.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In CARDOSO, Ruth (org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, pp. 17-37, 1986.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. **Antropologia da e na cidade**. Porto Alegre, Marcavivual, 2013.

_____. **Etnografia da duração**. Porto Alegre: Marcavivual, 2013

_____. **A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: Por que e como preservar o passado?** In: Revista Habitus. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiás. Goiânia, v. 4, no 1, jan/jun.2006. pp.455-470.

_____. **A memória como espaço fantástico**. In: GUIGOU, L. Nicolas (org.). Trayetos antropológicos. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad, 2007.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. . **Restaurando com imagens um percurso intelectual: a trajetória de Ruth Cardoso**. História Oral (Rio de Janeiro), v. 2, p. 173-187, 2011.

_____. **Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração**. Rua (UNICAMP), v. 1, p. 01-24, 2010.

_____. **Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas “urbanas: Eunice Durham e Ruth Cardoso**. 2008

_____. **Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas “urbanas: Gilberto Velho**. 2010.

_____. **Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas: urbanas: Rubem Oliven**. 2010.

_____. **Escrituras hiper midiáticas e metamorfoses da escrita etnográfica**. In: A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas. Brasília, ABA publicações, 2015.p. 35 a 46.

FABIAN, Johannes. **Alguns usos do tempo no discurso antropológico; Fazendo um balanço: o discurso antropológico e a negação da coetaneidade**. . In: O tempo e o outro como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, Ed. Vozes, 2013. P. 57 a 70.

FERRAZ, Celia S. e MULLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Editora UFRGS. 2007

FRÚGOLI, Heitor. **O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia**. Revista de antropologia, v. 48, n. 1, pp. 134-165, 2005.

_____. **A centralidade São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. (2000).

GONÇALVES, J. R. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2002

GONZAGA, A. **Homens e coisas de jornal**. Editora Globo. 1944

GUIMARAES, R. S. **A utopia da pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca**. 2011

HALBWACHS, M. **Memória individual e memória coletiva**. In Memória coletiva. São Paulo, Centauro, 2006. P. 29 a 70.

HERZFELD, Michael. 2005. **Political Optic sand the Occlusion of In timate Knowledge**. American Anthropologist Vol. 107, No. 3: 369-376.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 166p.

LEITE, Rogério Proença. "Introdução" e "Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público" in: **Contra-Usos da Cidade: o espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: editora da Unicamp, 2007

_____. **A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 25, p. 73-175, 2010.

MACEDO, Rio Pardense, F. **Porto Alegre, história e vida da cidade**. 1968

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal : estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado PPGAS/UFRGS.2006.

MEAD, M. **Letters from the field: 1925-1975**. New York: Harper & Row, 1977.

MONTEIRO, C.. **Porto Alegre e suas escritas: Histórias e memórias da cidade**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. v. 1. 550p .

MOREIRA, C. **Porto do Rio, um apelo**. Revista Vitruvius, Minha cidade, nº 134.02, ano 12. 2011

OLIVEN, Ruben. **Por uma antropologia em cidades brasileiras**. In Velho, Gilberto (coord.) O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1980

_____. Ruben Oliven: "**As ideias e a cultura viajam**". Entrevista para o jornal Zero Hora de Porto Alegre. 14/12/2012. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/12/ruben-oliven-as-ideias-e-a-cultura-viajam-3982802.html>

_____. "**Ninguém nasce globalizado**". Entrevista para o jornal O Pioneiro de Goiânia 02/04/2012. <http://www.opopular.com.br/editorias/magazine/ningu%C3%A9m-nasce-globalizado-1.301061>

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano :París, Rio de Janeiro, Porto Alegre** (1999)

_____. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. (1997)

RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, **apresentado a Carlos Barboza Gonçalves**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre. 1925.

RICOEUR, Paul. **O esquecimento**. In A memória, a história, o esquecimento. Campinas, Ed. Unicamp, 2007 p. 423 462.

ROCHA, A. L. de C. **Le sanctuaire du desordre, ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques**. Étude de l'esthétique urbaine et la mémoire collective au sud du Brésil. 1994. Thèse (Doctorat) – Paris V, Sorbonne, Paris.

_____. Coleções etnográficas, método de convergência e etnografia da duração: um espaço de problemas. *Iluminuras*. V. 9, n. 21 (2008).

SANSOT, Pierre. **Variations paysageres**. Paris, KE, 1983.

SANTOS, Myrian S. **O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado**. 1990.

SCOTT, James. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

SILVA, Marcelo Kunrath. **De volta aos movimentos sociais?** - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p.2-9, 2010.

_____. OLIVEIRA, Gerson de Lima. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**. *Sociologias*, 13(28), p.86-125, 2011.

_____. **#vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?**. In: Antônio David Cattani. (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo, 2014.

SIMMEL, Georg. Como as formas sociais se mantêm; A natureza sociológica do conflito; Sociabilidade um exemplo de sociologia pura ou forma. In: **Simmel** Organizador Evaristo de Moraes Filho e Coordenador Florestan Fernandes Sociologia. São Paulo, Editora Ática 1983.

_____. **A metrópole e a vida mental**. in: VELHO, OTAVIO (comp), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

SIMON, R.. **Performances da cultura visual e de eventos no processo de revitalização urbana no “Distrito Criativo” de Porto Alegre**. *Iluminuras* (Porto Alegre), v. 15, p. 269-286, 2014

SOARES, Ana Paula Marcante. **O território mito da orla. Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre RS**. Tese de doutorado. PPGAS 2014.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. (Zahar). 1992.

_____. **Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia das sociedades contemporâneas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988. 149p.

VIEIRA, Otávio Augusto Diniz. **As Revitalizações dos Espaços Portuários de Puerto Madero – Buenos Aires – e do Cais Mauá – Porto Alegre – suas relações com o entorno**. Por uma análise de aproximação. Porto Alegre: UFRS, 2011

WIRTH, Louis: O urbanismo como modo de vida. In Velho, Otávio (org.), **O Fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.